

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



ANA MARGARIDA DOS SANTOS PEREIRA

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**CARACTERIZAÇÃO DE UM RECURSO
TÁTICO DE POLICIAMENTO NA PSP:
ESTUDO DAS EPRI DE LISBOA**

ORIENTADOR

PROF. DOUTOR PAULO MACHADO

COORIENTADOR

INTENDENTE, PROF. DOUTOR SÉRGIO FELGUEIRAS

Lisboa, 7 de Maio de 2018



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



ANA MARGARIDA DOS SANTOS PEREIRA
Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS
XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

CARACTERIZAÇÃO DE UM RECURSO TÁTICO DE POLICIAMENTO NA PSP: ESTUDO DAS EPRI DE LISBOA

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Prof. Doutor Paulo Machado e do Intendente, Prof. Doutor Sérgio Felgueiras.

À minha família.

O sucesso consiste em ir de derrota em derrota sem perder o entusiasmo.

Winston Churchill

AGRADECIMENTOS

Este trabalho escrito constitui-se como o término do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, sendo resultante de um percurso individual, e também do esforço de algumas pessoas que muito colaboraram para o concretizar. Chega o momento de recordar e agradecer a todos os que contribuíram para que esta dissertação se concretizasse.

À Polícia de Segurança Pública por me receber como elemento integrante e por toda a formação e conhecimentos que me possibilitou nestes últimos anos.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, e nele, a todos aqueles que contribuíram para a minha formação, assim como aos meus camaradas do XXX Curso de Formação de Oficiais de Polícia pela amizade, convivência e apoio demonstrados nesta longa caminhada.

Deixo um sincero e profundo agradecimento aos meus orientadores Professor Doutor Paulo Machado e Intendente, Professor Doutor Sérgio Felgueiras, pelo facto de terem aceitado orientar este trabalho, pelo apoio e acompanhamento permanente, pelos sábios conhecimentos transmitidos e pelo sentido crítico na orientação.

Um muito obrigado à disponibilidade demonstrada pelo Subintendente Guinote e pelos conhecimentos transmitidos.

Um agradecimento especial aos Oficiais da PSP que aceitaram conceder um momento para serem entrevistados, pois este trabalho não teria sido possível sem os seus testemunhos e opiniões. A eles, o meu muito obrigado.

À minha família, a minha eterna gratidão por tudo.

A todos, obrigado.

RESUMO

As organizações policiais, em virtude da sua posição intermédia entre o poder político e a sociedade, estão sujeitas a dinâmicas muito variadas e a responder às exigências que se lhes afiguram de cada uma dessas interlocuções. Esta circunstância, a par da evolução mundial, nomeadamente a globalização e o crescendo tecnológico, trazendo consigo novas ameaças, riscos e fenómenos criminais, impõe à Polícia uma adaptação constante ao mundo que a rodeia.

Para dar resposta aos novos fenómenos que preocupam os governantes e os cidadãos, as organizações policiais necessitam de realizar algumas reformas, onde podemos enquadrar a criação de novas soluções ao nível do policiamento, desde modelos, até às táticas e técnicas de policiamento.

Nesta investigação procuramos compreender o surgimento de uma das soluções de adaptação da PSP aos problemas e necessidades, nomeadamente a criação e implementação das EPRI, que surgiram de uma influência macrossocial, de modo a responder à criminalidade violenta e grave.

Da análise realizada, para a qual se recorreu a métodos mistos, percecionámos que o recurso tático EPRI se coaduna com os modelos de policiamento profissional e JITS, estando também enquadrado nas Grandes Opções Estratégicas da PSP.

As EPRI resultam de um processo de implementação relativamente longo, vindo complementar a resposta da PSP, e apresentam-se como uma mais-valia no panorama do policiamento, algo que as tem impelido para um largo espetro de atuação, que deverá levar a PSP a avaliar este recurso, defendendo-se a necessidade de uma revisão procedimental.

Palavras-chave: Visibilidade, prevenção, reação, recurso tático, EPRI.

ABSTRACT

Police organizations, because of their intermediate position between political power and society, are subject to some dynamics and respond to the distinct requirements that appear to them from each of these interlocutions. This circumstance, together with the world evolution, in particular globalization and technological growth, which bring with it new threats, risks and criminal phenomena, imposes on the Police constant adaptation to the world that surrounds it.

In order to respond to the new phenomena that concerns governors and citizens, police organizations need to carry out some reforms, where we can frame the creation of new solutions in policing, from models, to policing tactics and techniques.

In this investigation, we sought to understand the emergence of one of the PSP's adaptive solutions to the problems and needs, namely the creation and implementation of EPRI, which arose from a macrosocial influence in order to respond to violent and serious crime.

From the analysis performed, using mixed methods, we realized that the EPRI tactical resource is in line with the professional policing and JITS models, and is also part of the General Planning Guidelines of PSP.

The EPRI results from a relatively long implementation process, complementing the PSP's response, and are an added value in the policing scene, which has pushed them to a broad spectrum of action, which should lead PSP to assess this resource, arguing for the need for a procedural review.

Keywords: Visibility, prevention, reaction, tactic resource, EPRI.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE	vii
LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	xi
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
A. Contextualização e Problema de Investigação.....	1
B. Perguntas Derivadas	3
C. Objetivos de Investigação.....	3
D. Hipótese de Investigação.....	3
E. Estrutura Capítular	4
CAPÍTULO I. ESTADO, POLÍCIA E SOCIEDADE	5
I.1. Enquadramento teórico	5
I.1.1 O papel da Polícia	6
I.1.2 Polícia e Política.....	6
I.1.3 Polícia e Controlo Social	7
I. 2. O Estado e a emergência de novas políticas de segurança	8
I.2.1 A Segurança num Estado de Direito Democrático.....	9
I.2.1.1 Conceito, evolução e desafios	9
I.1.4. Síntese capitular.....	12
CAPÍTULO II. METAMORFOSES DA ATUAÇÃO POLICIAL	14
II.1. Política Criminal no ordenamento jurídico português.....	14
II.2. Prevenção Criminal	15
II.3. O dualismo policial: prevenção vs Repressão	18
II.4. Síntese capitular.....	21

CAPÍTULO III. O POLICIAMENTO: MODELOS E ESTRATÉGIAS.....	22
III.1. Modelos de Polícia	23
III.2. Modelos de Policiamento	25
III.2.1. O modelo profissional	25
III.2.2. Policiamento Comunitário	26
III.2.3. Policiamento Orientado pela Inteligência (<i>Intelligence-Led Policing</i>).....	28
III.3. Estratégias de policiamento da PSP.....	28
III.3.1. Grandes Opções Estratégicas 2013-2016.....	29
III.3.2. Grandes Opções Estratégicas 2017-2020.....	30
III.4. Síntese Capitular.....	31
 CAPÍTULO IV. MÉTODO	 32
IV.1. Entrevistas	33
IV.1.1. Análise de conteúdo	33
IV.2. Múltiplos Níveis de Realidade Social	34
IV.3. Material Empírico Utilizado: Relatórios Diários das EPRI.....	35
 CAPÍTULO V. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	 36
NEP – Policiamento de Visibilidade.....	46
Análise dos Relatórios Diários das EPRI.....	53
A. Meios Humanos	53
B. Supervisão no terreno	54
C. Áreas de Patrulhamento.....	54
D. Acompanhamento das EPRI no terreno	54
E. Meios materiais	55
F. Resultados operacionais	55
G. Funções desempenhadas	56
 CONCLUSÕES.....	 62
A. Recomendações.....	65
B. Limitações da Investigação	65
C. Investigações Futuras.....	66

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
APÊNDICES E ANEXOS.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema Social de Polícia. Elaboração própria.	8
Figura 2: Dinâmicas políticas e sociais. Bayle (2006, p. 41).	13
Figura 3: Relação de funções exercidas pelas EPRI	57
Figura 4: Ocorrências de reação registradas nos Relatórios Diários das EPRI.....	58
Figura 5: Serviços policiais do tipo "Outros" realizados pelas EPRI.....	61

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 1.....	105
Quadro 2 - Sinopse dos conteúdos da Questão 1	105
Quadro 3 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 2.....	106
Quadro 4 - Sinopse dos conteúdos da Questão 2	106
Quadro 5 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 3.....	107
Quadro 6 - Sinopse dos conteúdos da Questão 3	107
Quadro 7 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 4.....	108
Quadro 8 - Sinopse dos conteúdos da Questão 4	109
Quadro 9 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 5.....	109
Quadro 10 - Sinopse dos conteúdos da Questão 5	110
Quadro 11 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 6.....	110
Quadro 12 - Sinopse dos conteúdos da Questão 6	111
Quadro 13 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 7.....	111
Quadro 14 - Sinopse dos conteúdos da Questão 7	112
Quadro 15 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 8.....	112
Quadro 16 - Sinopse dos conteúdos da Questão 8	113
 Tabela 1: Síntese da análise dos Relatórios das EPRI - I.....	 117
Tabela 2: Síntese da análise dos Relatórios das EPRI - II.....	117

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE I - Guião da Entrevista	76
APÊNDICE II - Entrevistas	78
APÊNDICE III - Análise das Entrevistas.....	104
APÊNDICE IV - Cronologia das EPRI.....	114
APÊNDICE V – Síntese da análise dos relatórios diários das EPRI.....	116
ANEXO I - Fatores que influenciam os riscos do crime e a violência	118
ANEXO II - Os Nove Princípios do Policiamento por Sir Robert Peel, 1829.....	120
ANEXO III - Ojetivos do Policiamento Comunitário	123
ANEXO IV - Níveis de Intervenção Policial	125
ANEXO V - Posicionamento Estratégico Global da PSP ao longo dos tempos	127
ANEXO VI - Relatório Diário das EPRI	129

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

al. – Alínea
AO – Área Operacional
art. - Artigo
CCC – Centro de Comando e Controlo
CD Faro – Comando Distrital de Faro
CD Setúbal – Comando Distrital de Setúbal
Cfr. - Conforme
cit in – Citado em
CLS – Contrato Local de Segurança
COMETLIS – Comando Metropolitano de Lisboa
COMETPOR – Comando Metropolitano do Porto
COPS - *Community Oriented Policing Service*
CP – Carro-patrolha
CRP – Constituição da República Portuguesa
CTIPM – Curso de Técnicas de Intervenção para Motociclistas
CTIPT – Curso de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro
DN – Direção Nacional
DO – Diretiva Operacional
e.g. – Por exemplo
EIR – Equipa de Intervenção Rápida
EPRI – Equipas de Prevenção e Reação Imediata
ERT – Equipas de Reação Tática
ERTE – Equipas de Reação Tática Encoberta
EUA – Estados Unidos da América
FS – Força de Segurança
FSS – Forças e Serviços de Segurança
GNR – Guarda Nacional Republicana
GOA – Grupo Organizado de Adeptos
GOE – Grandes Opções Estratégicas
i.e. – Isto é
ITP – Incidente-tático policial
ILP – *Intelligence-Led Policing*
JAI – (Conselho de) Justiça e Assuntos Internos
JITS – Segurança *Just-In-Time*

LOIC – Lei Orgânica da Investigação Criminal
LOPSP – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LQPC – Lei Quadro da Política Criminal
MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
NEP – Norma de Execução Permanente
NGP – Nova Gestão Pública
OEPC – Operação Especial de Prevenção Criminal
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPC – Órgão de Polícia Criminal
OS – Ordem de Serviço
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA – Plano de Atividades
PAO – Plano de Atividade Operacional
PAOE – Plano de Atividade Operacional Especial
PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
POI – Policiamento Orientado pela Inteligência
POP – Policiamento Orientado para os Problemas
PJ – Polícia Judiciária
PSP – Polícia de Segurança Pública
RA – Relatório de Atividades
RH – Recursos Humanos
SARA - *Scanning, Analysis, Response e Assessment*
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE – União Europeia
UEP – Unidade Especial de Polícia
u.r. – Unidade de Registo
UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*
Vide - Verificar
ZAOC – Zona de Acumulação de Ocorrências Criminais
ZUS – Zona Urbana Sensível

INTRODUÇÃO

A. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

“Todas as organizações seguem nas suas atuações um padrão, um ideal que pretende dar sentido à sua própria existência. Ou seja, partem de um elemento que as legitima, que as habilita para atuar e têm uma grande finalidade, uma missão como horizonte último das suas atuações. A Polícia não constitui nenhuma exceção” (Lasier, 2016, p. 21). Esta afirmação demonstra em grande parte o fundamento da atuação policial, quer em termos de legitimidade legal, quer quanto às missões que tem de cumprir: as tarefas que derivam da lei e as reivindicações que a sociedade lhe coloca.

Neste macro enquadramento da atividade policial, há influências que modificam o carácter da atividade de policiar, desde as políticas governamentais, nomeadamente as políticas públicas de segurança, e a influência da Nova Gestão Pública (NGP), bem como as mudanças nos contextos sociais, económicos, político e tecnológico (Wright, 2011). A Polícia é um elemento crucial nos sistemas de controlo social que protegem as sociedades do crime, subversão, desordem, através da ameaça ou do exercício da força coerciva, tal como sugere Ramírez (2005) mas é sujeita a desenvolvimentos no modo de policiar, nomeadamente, derivados da globalização, que veio revolucionar o modo como definimos e como praticamos a segurança.

A segurança, tarefa essencial de um Estado democrático, e tradicionalmente por ele assegurada através das FSS, tornou-se um conceito pluridimensional, sendo a sua produção, nas palavras de Marenin (2007) influenciada nas últimas décadas pelo desenvolver da sociedade do risco, pela mercantilização da segurança e por reformas do seu setor. Assistimos, assim, a um alargamento da produção de segurança a diferentes níveis, com base nos novos desafios que conduziram a uma governança da segurança e que levaram à alteração do paradigma securitário um pouco por todo o mundo.

As mudanças que atingiram as sociedades levaram a novos modos de cometer o crime, carecendo as FSS de buscar novas estratégias e táticas para o combate a novos métodos criminais, pelo que existe necessidade de perceber quais as estratégias preconizadas pelas Polícias, bem como as táticas que desenvolvem e praticam. Deste modo, importa levar a cabo um estudo que relacione o contexto social vivido em Portugal, os métodos criminais e as respostas da Polícia aos problemas que deles derivam, especialmente a criação e implementação de táticas de policiamento.

A escolha desta temática baseia-se no desenvolvimento pela PSP de um recurso tático policial relativamente recente, as Equipas de Prevenção e Reação Imediata (EPRI), que se assumem internamente como uma importante ferramenta à disposição das distintas Subunidades policiais no combate à criminalidade violenta e grave.

Não existem na atualidade quaisquer estudos, direcionados à PSP, realizados no âmbito de táticas de policiamento, nem visando especificamente as EPRI. Neste sentido, entendemos ser importante estudar este recurso tático policial, pretendendo contribuir originalmente e de modo exploratório, para o aumento do conhecimento científico sobre a criação e implementação de táticas de policiamento na PSP, bem como sobre a sua caracterização e aplicação prática, quer em termos de funções desempenhadas, quer relativamente à sua inserção no(s) modelo(s) de policiamento praticados pela PSP.

Pretendemos assim o desenvolvimento de um estudo sobre o modo de criação e implementação de recursos táticos, permitindo-nos perceber quais os critérios para que tal processo se desenrole e quais os critérios para o seu desenvolvimento e implementação, focado nas EPRI, pois não sendo possível estudar todas as táticas, usaremos como pretexto as EPRI, que funcionarão como o *leitmotiv* desta dissertação, trazendo-lhe valor acrescentado. Posto isto, os resultados alcançados não serão generalizáveis a outras táticas, servindo apenas para o contexto das EPRI, e especificamente no COMETLIS.

Na senda da experiência já adquirida em matéria de policiamento, a PSP deve ter uma visão estratégica de futuro, que em nosso entender, deverá passar por uma criação de estratégias e/ou táticas de policiamento realizada de modo cientificamente sustentado, bem como pela conjugação equilibrada com outras táticas já existentes por forma a obter resultados positivos no combate às ameaças à segurança. Pretende-se também maior rigor científico nestes processos de modo a melhor definir critérios de avaliação desses recursos e facilitar a perceção de eficácia ou de insucesso do recurso tático, no quadro dos compromissos assumidos, quer em termos orçamentais, quer perante a própria comunidade, no âmbito da *accountability* das políticas.

A investigação permitirá, por um lado, aumentar a probabilidade de sucesso da criação de futuros recursos táticos, e, por outro lado, um melhor aproveitamento do conhecimento adquirido pelos elementos policiais que integram estas equipas, bem como pelos Oficiais que os comandam e/ou controlam.

Identificado um problema, a definição de uma linha de investigação pretende, no seu essencial, gerar conhecimento sobre o assunto ou, não sendo possível, gerar novas formas de atingir esse conhecimento, abrindo novas linhas de investigação. Desta contextualização, podemos formular a nossa pergunta de partida:

De que forma são implementadas as táticas de policiamento pela PSP?

B. PERGUNTAS DERIVADAS

Formulada a questão de partida, torna-se necessário delimitar as variáveis da nossa investigação, assim como as linhas diretrizes da investigação científica, de modo a melhor responder à questão principal. Deste modo, estabelecemos as seguintes perguntas derivadas:

- Q1: O que está na génese de uma tática de policiamento?
- Q2: Como se formam e adaptam as táticas de policiamento?
- Q3: De que forma se articulam/equilibram as distintas táticas de policiamento?
- Q4: O que são as EPRI?
- Q5: Como e porque surgiram as EPRI?
- Q6: Quais os objetivos da sua criação?
- Q7: Como se caracterizam as EPRI?

C. OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

Perante a problemática exposta e, de modo a concretizar a resposta à nossa pergunta de partida, delineámos os seguintes objetivos de investigação:

- OB. 1. Perceber o que está na génese de um modelo de policiamento.
- OB. 2. Compreender como se formam e adaptam os modelos de policiamento.
- OB. 3. Analisar e caracterizar quais os modelos de policiamento vigentes na PSP na atualidade.
- OB. 4. Compreender de que forma se articulam/equilibram os distintos modelos de policiamento.
- OB. 5. Definir uma EPRI.
- OB. 6. Compreender como e porque surgiram as EPRI.
- OB. 7. Perceber quais os objetivos da sua criação.
- OB. 8. Caracterizar as EPRI.

D. HIPÓTESE DE INVESTIGAÇÃO

As hipóteses de estudo “são proposições conjecturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13). Para um primeiro nível de resposta, sobretudo incidindo na questão Q5, foi definida uma hipótese de investigação com base num modelo por nós definido para caracterizar os distintos níveis de influência socioprofissional que estiveram na origem das EPRI:

H1: Existem diferentes níveis de influência (macro, meso, micro) no processo de criação e implementação de um recurso tático de policiamento, com uma

expressão assimétrica, sendo o nível de influência macrossocial o que mais influi na criação de uma nova tática de policiamento.

E. ESTRUTURA CAPITULAR

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas grandes secções: uma secção teórica e outra prática.

O primeiro capítulo deste trabalho é constituído pela revisão da literatura, onde no primeiro capítulo se explora o macro enquadramento da Polícia, a sua posição entre sociedade e poder político e todas as nuances que advêm dessa posição. Exploramos também o conceito de segurança, a sua evolução e o que implica esse desenvolvimento para a atividade policial.

No segundo capítulo, analisamos as metamorfoses da atuação policial, nomeadamente a articulação das opções estratégicas de prevenção ou de reação, delimitadas pela Política Criminal, ou pelas opções das Polícias. Para uma melhor compreensão destes e de conceitos similares, são os mesmos explorados neste capítulo, por forma a perceber o dualismo policial entre prevenção e reação/repressão.

No terceiro capítulo, analisamos a estratégia da PSP, de um modo geral, bem como alguns dos principais modelos de policiamento da atualidade, com vista a perceber se as EPRI se enquadram nela e em qual dos modelos de policiamento praticados pela PSP mais se coadunam.

O quarto capítulo engloba o método empregue e justifica a opção por uma abordagem qualitativa e quantitativa de investigação, identificando-se o *corpus* da investigação, bem como explanando-se o procedimento adotado.

O quinto capítulo contempla a análise e discussão de resultados, na qual integramos a resposta às questões da investigação, a verificação da nossa hipótese, e a confirmação dos objetivos propostos.

Por fim, no sexto capítulo, consta a síntese das conclusões, assim como as recomendações que decorrem das conclusões, bem como a referência a algumas limitações da nossa investigação e a sugestão de investigações futuras.

CAPÍTULO I. ESTADO, POLÍCIA E SOCIEDADE

I.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Antes de desenvolver esta temática importa perceber qual a razão de ser da Polícia ou a necessidade de ela existir e, em que moldes se insere a atuação policial nas sociedades modernas. Deste modo, é importante e necessário realizar uma conceptualização amadurecida sobre este macro enquadramento da natureza da ação policial, quer político quer societal, antes de entrar em questões mais particulares do nosso tema de investigação.

O agrupamento do Homem em comunidades levou a necessidades diferentes, surgindo assim uma entidade superior com poder coercivo, com vista à obtenção de segurança, passando-se de um estado natureza para um estado político. “O agrupamento do homem e a consequente emergência do poder político são explicadas fundamentalmente pela necessidade de segurança [sendo que, deste modo] os conceitos de sociedade, segurança e poder estão intimamente relacionados” (Oliveira, 2006, p. 53).

Entre os cidadãos e o Estado surge a Polícia, como uma “instituição específica (...) uma instituição intermediária entre o sistema político e a envolvente societal” (Bayle, 1981, p. 516). Por outras palavras, a Polícia ocupa um lugar intermédio entre o Estado e os cidadãos, estabelecendo relações com ambos, nomeadamente tendo uma posição de cumprimento das orientações do primeiro e de resposta às exigências dos últimos. Esta posição é justificada por Oliveira (2006) com duas razões. Em primeiro lugar, as instituições policiais estão “profundamente inseridas no tecido comunitário (...) sujeitas a uma dinâmica societal que resulta das transformações sociais, que num determinado momento tornam inadequados os meios de regulação social mais antigos” (Oliveira, 2006, p. 102). Deste modo, existindo uma forte demanda da segurança dos cidadãos haverá, necessariamente, uma transformação da organização, que deverá adaptar-se às exigências. Em segundo lugar, “dado que o aparecimento dos aparelhos profissionais de Polícia especializados está ligado aos processos de criação dos Estados, existe, necessariamente, uma dinâmica política que resulta da existência de uma autoridade que age em nome da colectividade, editando normas e garantindo o seu cumprimento” (Oliveira, 2006, p.102).

A Polícia tem, deste modo, uma posição de destaque no funcionamento político de uma coletividade, pois a legitimidade de um governo depende da sua capacidade de assegurar a ordem entre as populações nos territórios juridicamente submetidos à sua autoridade (Monet, 2006). O mesmo autor afirma que quando deixam de existir a ordem e a segurança deixa de existir Estado, sendo que “a existência de uma Polícia pública é o sinal indiscutível da presença de um Estado soberano e de sua capacidade de fazer prevalecer a sua razão sobre as razões dos súbditos” (Monet, 2006, p. 16).

I.1.1 O PAPEL DA POLÍCIA

Podemos definir o que é a Polícia e o seu papel a partir de distintas perspetivas. Se, por um lado, podemos definir a Polícia num entendimento jurídico, por outro também o podemos fazer com base nas ciências sociológicas, aliás “as que parecem merecer mais crédito” (Leitão, 2005, p. 107).

A atividade de Polícia não é mais do que “o exercício de autoridade do Estado sobre uma população civil” (Waddington, 1999, *cit in* Wright, 2011, p. 23). No pensamento de Ramírez (2005, p. 29) “a Polícia é a organização encarregada de assegurar a tranquilidade individual e a convivência pacífica através do controlo dos atos antissociais”, sendo um “mecanismo de distribuição de uma força coerciva não negociável, aplicada de acordo com os ditames de um domínio intuitivo das exigências situacionais” (Bittner, 1970, *cit in* Wright, 2011, p. 27), tendo assim na capacidade de usar a força a sua função *core*, que a distingue de outras organizações do Estado.

O papel da Polícia torna-se mais difícil de definir tendo por base somente a atividade de policiar, que é, nos dias de hoje, uma atividade desenvolvida por vários organismos públicos e privados. Reiner (2010) defende isso mesmo ao mencionar que o policiamento não está confinado à Polícia, enquadrando aí também, por exemplo, as funções de vigilância dos seguranças privados. Coleman e Norris (2000) argumentam também que “a Polícia não deve ser equiparada com o policiamento, uma atividade que pode ser desempenhada por um número de agências” (*cit in* Wright, 2011, p. 39).

Ao longo do tempo os termos ‘Polícia’ e ‘policiamento’ foram adquirindo significados diferentes, influenciados pelas relações entre a Polícia e os cidadãos em diferentes tempos e lugares. Deste modo o seu significado reflete, além de fatores estruturais relativos à própria instituição, também o impacto das interações entre Estado, Polícia e as pessoas (Wright, 2011). Consideramos assim que a Polícia é uma organização adaptada às exigências do seu tempo, com um leque abrangente de funções, muitas delas decorrentes do seu poder de autoridade em representação do Estado, mas outras tantas decorrentes das exigências que a sociedade lhe coloca e às quais tem de dar resposta.

I.1.2 POLÍCIA E POLÍTICA

De acordo com Bayle (2006) podemos falar em politização de uma sociedade quando a transformamos numa sociedade politicamente organizada, implicando isso que exista uma capacidade de se fazer cumprir as decisões e regras promulgadas em nome da comunidade, se necessário através da força. O autor recorda ainda a definição clássica de política por Max Weber, que assume que existe uma comunidade política quando a sua sobrevivência é garantida de modo contínuo, num território determinado, através da

ameaça e aplicação de coerção física pela administração (Bayle, 2006). Assim, o papel desempenhado pela Polícia está intimamente relacionado com a capacidade reativa do sistema político (Bayle, 1981), quer ao nível conceptual quer a um nível mais funcional, definindo-se a Polícia como uma característica essencial para caracterizar um regime político (Bayle, 2006).

Torna-se necessário vincar que a história da Polícia não se separa da história política em nenhum momento pois uma constrói a outra, reforçando a ideia de que é a “especificidade de cada Estado que estrutura a especificidade das Polícias” (Gleizal, Domenach e Journès *cit in* Oliveira, 2006, p. 103), o que iremos confirmar adiante. Parece-nos assim perentório concluir que, sendo a função policial a de garantir o cumprimento das regras essenciais à vida em sociedade, tendo a faculdade de recorrer a intervenções coercivas, a ligação da Polícia com o sistema político é muito clara e irrefutável.

I.1.3 POLÍCIA E CONTROLO SOCIAL

A função policial está associada ao controlo social, nomeadamente a um controlo social negativo (Bayle, 2006). Quando a um bom comportamento associamos uma recompensa falamos em controlo social positivo. Pelo contrário, existindo por parte de um indivíduo uma conduta desviante, ser-lhe-á determinada uma sanção, no âmbito de um controlo social negativo. Bayle (2006) distingue ainda controlo social interno e externo, definindo o primeiro como um mecanismo de autodisciplina dos indivíduos baseado na sua moral, ao passo que associa o controlo externo às pressões sociais exteriores para que os indivíduos se integrem nas normas. O autor especifica mais o seu raciocínio dividindo o controlo externo em dois subtipos: um *imediato* e um *institucionalizado*. O primeiro é levado a cabo pelos pares, de forma “espontânea, não organizada, informal (...) vigilância que os indivíduos que compõem um grupo exercem uns sobre os outros sancionando mutuamente os seus desvios” (Bayle, 2006, p. 20), exercendo uma espécie de autopolicamento entre si. O controlo institucionalizado caracteriza-se como um “controlo organizado, mediatizado” (Bayle, 2006, p. 21), realizado através de instituições que fazem a sua intervenção em nome do bem comum da sociedade. Deste modo começa a surgir a função policial quando numa determinada comunidade, a tarefa de garantia do respeito pelas normas sociais não é atribuída indiscriminadamente a todos os membros do grupo, mas antes confiada especialmente a alguns membros que atuam em nome deste, acometidos de uma função (Bayle, 2006).

Também Ramírez (2005) refere a Polícia como protagonista nos modelos de controlo social formais, através da sanção e da força, embora defenda que a Polícia possa também dar o seu contributo aos mecanismos informais para de modo preventivo exercer

um controlo sobre comportamentos antissociais. Adianta ainda que a Polícia é parte integrante do chamado ‘Sistema Social de Polícia’, que define como “conjunto de instituições e mecanismos, responsável de assegurar o cumprimento da lei no seu sentido amplo de norma de comportamento” (Ramírez, 2005, p. 26), a par dos tribunais penais e das prisões (num sentido mais restrito) e englobando a família e a escola (sentido amplo).



Figura 1: Sistema Social de Polícia. Elaboração própria (adaptado de Ramírez, 2005)

Este esquema pretende ilustrar as inúmeras relações que se podem estabelecer, com maior ou menor intensidade, entre os distintos atores do sistema. Além da visão de controlo da sociedade, vêm alguns estudos demonstrar que também a sociedade considera a Polícia como a guardiã simbólica da estabilidade social e da ordem, protegendo, deste modo, os valores sociais comuns e os mecanismos de controlo social (Banton, 1964; Bittner, 1970; Newburn, 2008; Skolnick, 1966).

Podemos, deste modo, afirmar que a Polícia assegura hoje em dia certas funções de controlo social, pelo que “uma reflexão sobre a Polícia, sem referência à reflexão sobre o problema do controle social como um todo, parece condenada ao fracasso” (Bayle, 2006, p. 25), existindo uma relação inversamente proporcional entre o surgimento de formas de controlo social por parte da Polícia e a importância social dos processos informais de regulação (Bayle, 2006). Quanto mais os mecanismos de controlo social tradicionais perdem a sua importância e eficácia, maior é a tendência para a construção de mecanismos de regulação institucionalizados. Daqui depreendemos que esta tendência poderá contribuir para a origem de novas formas de policiar, uma vez que a Polícia terá de dar repostas que regulem a sociedade, face à sua incapacidade para o fazer.

I. 2. O ESTADO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA

Numa primeira abordagem, consideramos importante a conceptualização da segurança enquanto fim do Estado e, conseqüentemente, a abordagem jurídica da Polícia e o seu enquadramento no ordenamento jurídico português, que define as suas funções. Além disso, importa expor o conceito de segurança, a evolução do mesmo e as conseqüências que traz para a atividade de Polícia, o que faremos de seguida.

I.2.1 A SEGURANÇA NUM ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

O conceito de segurança tal como o conhecemos hoje é resultado de uma evolução significativa. No pensamento de Oliveira (2006), a segurança evolui, e é com o Estado Providência que a noção de segurança se transforma devido à “crescente demanda dos cidadãos, que exigem do Estado, já não a mera protecção coerciva dos seus direitos e liberdades mas, todo um conjunto de actuações em diversas áreas da vida social, especialmente na protecção de riscos e perigos reais e prováveis” (Oliveira, 2006, p. 54). É o Estado, enquanto organização com poder político, que busca prevenir e extinguir os problemas existentes numa determinada comunidade, recorrendo aos fins “que hoje em dia abrangem a segurança, a justiça e o bem-estar social dos seus membros” (Dias, 2015, p. 23). Deste modo, um Estado de (pleno) Direito preza pela garantia e a manutenção da segurança enquanto base da democracia e da vida pacífica em comunidade. A segurança, que é aplicada através da administração policial, resultou da génese do Estado moderno, o detentor do monopólio da violência legítima (Oliveira, 2006).

Nesta linha de ideias, podemos afirmar que a garantia e a manutenção da segurança são tarefa de um Estado de Direito Democrático, pois a segurança assume-se como base e garantia da paz pública necessária a uma sociedade. A CRP mostra-se sensível às questões da segurança, nela constando um artigo relativo à liberdade e segurança (art.º 27º), previstos concomitante e propositadamente pois a segurança é “a garantia da liberdade física e psicológica para usufruto pleno dos demais direitos fundamentais” (Dias, 2015, p. 25) e, enquanto “provisão de um bem público essencial, que precede e é condição prévia de todas as outras funções do Estado” (Peneda, 2012, p. 201) obriga os Estados a ter como objetivo primordial a promoção do bem-estar tanto individual como coletivo (Valente, 2013).

A CRP determina os fins da Polícia: “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (art.º 272º n.º 1) e levar a cabo “a prevenção dos crimes” (art.º 272º n.º 3), argumentos que a LOPSP replica rigorosamente.

Enquadrada a instituição Polícia no seio normativo português, podemos concluir que a tarefa da segurança que cabe ao Estado é delegada nas FSS, entre as quais a PSP, que tem assim um leque de funções legais, como a garantia da segurança interna e a prevenção de crimes, que tem de cumprir, encontrando na sua atividade as soluções práticas que melhor se coadunam às exigências e problemas com que se depara para o conseguir.

I.2.1.1 Conceito, evolução e desafios

Podemos definir segurança como um conceito pluridimensional e que “engloba o carácter, a natureza e as condições de um estado de tranquilidade resultante da ausência

de qualquer perigo” (A. Fernandes, 2005, p. 30). O conceito de segurança pode abranger variadas interpretações, pois é um “conceito socialmente construído, adquirindo um significado especial apenas num contexto social específico” (Fiães Fernandes, 2005, p. 138). A sua conceção não é consensual e o debate em seu torno não é de hoje, mas “o fim do conflito bipolarizador e o impacte da globalização reforçam a urgência de uma reconceptualização” (Brandão, 2004, p. 37), globalização esta que “afecta as dinâmicas estaduais, a segurança, e as práticas de governação” (Guedes e Elias, 2012, p. 51).

David (2002, *cit in* Lourenço, 2009) defende a extensão progressiva do conceito de segurança, com vista à abrangência de dimensões da vida social para além da segurança do ponto de vista tradicional, de domínio político-militar e estadual, indo assim ao encontro à proposta das Nações Unidas (PNUD, 1994), que aponta para o conceito de segurança humana, centrando a segurança nas pessoas e não no Estado. Isto demonstra efetivamente que a ideia de segurança era algo subjacente à segurança dos Estados, numa abordagem realista da segurança, cujo paradigma assenta no Estado como ator principal.

Ao longo dos séculos as sociedades têm evoluído de forma constante, mas os séculos XX e XXI transformaram esta evolução em algo exponencial. A sociedade é hoje complexa e incerta, e “escapa à nossa compreensão teórica e ao nosso domínio prático” (Dias, 2015, p. 107). Vivemos, portanto, numa sociedade do risco, à qual se associam a certeza e a ansiedade, numa sociedade “crescentemente vista e tratada mais como uma rede do que como uma estrutura” (Bauman, 2007, *cit in* Elias, 2012, p. 2), num mundo caracterizado por “um ambiente infinitamente complexo e caótico” (Sarmiento, 2006, p. 161). Esta sociedade pós-moderna e global trouxe exigentes desafios aos Estados, que se tornaram pequenos para a complexidade das ameaças¹, vendo-se obrigados a compartilhar o domínio exclusivo da segurança com novos atores, que têm vindo a desempenhar um papel com cada vez mais importância na provisão de segurança. No pensamento de Krahmann (2005), que defende que o estudo da segurança precisa de expandir-se para lá do Estado como unidade primária de análise, estes novos atores, não-estatais, podem ser divididos em duas categorias: atores privados e organizações intergovernamentais. Na primeira inclui empresas privadas, instituições de caridade, bem como algumas ONG nacionais e internacionais. Na segunda categoria, a autora inclui instituições multilaterais compostas por Estados soberanos.

Torna-se assim evidente que os Estados começaram a dialogar e a cooperar entre si, nomeadamente através de organizações supragovernamentais, por via do surgir de um

¹ De acordo com “Estratégia de Segurança Interna da União Europeia - Rumo a um modelo europeu de segurança” (2010), as ameaças comuns à União Europeia são: o terrorismo, em todas as suas formas, as graves formas de criminalidade organizada, a cibercriminalidade, a criminalidade transfronteiras, a violência em si mesma, bem como as catástrofes naturais e as catástrofes provocadas pelo homem.

quadro internacional complexo. Deste modo, esbatem-se as fronteiras dos Estados, deturpando-se o tradicional modelo vestefaliano de fronteira, imiscuindo-se as noções de segurança interna e segurança externa ou, por outras palavras “a segurança interna tem vindo a ser externalizada e a segurança externa a ser internalizada” (Collins, 2007, p. 3).

Tornou-se impreterível que nos preocupemos com a segurança a diferentes níveis, tendo em conta os novos desafios que, ao exigirem um alargamento de atores e domínios nesta área, originam o que se denomina governança da segurança, multifacetada, que visa somente a resposta a uma nova realidade, pelo que se exige uma reflexão sobre o modo de garantir a segurança, alterando-se o paradigma securitário para responder aos desafios do século XXI. Assim, a segurança que era tradicionalmente respeitante ao domínio político-militar de um Estado e das suas fronteiras, redefine-se e abarca outras áreas como o ambiente, a economia, entre outras, revestindo-se de uma horizontalidade e de uma verticalidade nos seus eixos de atuação. Quando nos referimos ao eixo horizontal da segurança enquadramos as distintas áreas de atuação, bem como atores a um igual nível, como as diferentes Polícias, a Proteção Civil, entre outros. Já quando nos referimos ao eixo vertical, temos em linha de conta a produção de segurança desde o nível local, passando pelo nacional e terminando no internacional (Elias, 2012).

No caso português, analisando a governança da segurança interna do ponto de vista de Antunes Dias (2012), constatamos um nível interinstitucional, que admite a colaboração entre diferentes entidades ao nível nacional, bem como uma governança a um nível supranacional, como por exemplo a cooperação no âmbito da União Europeia, ou a cooperação ao nível da OTAN, ONU, entre outras organizações.

Lourenço (2009) aponta episódios marcantes ocorridos nas últimas décadas que modificaram a relação entre o binómio segurança e Estado de Direito, dos quais destacamos o reconhecimento por parte dos Estados e das Nações Unidas de que a criminalidade organizada e transnacional é uma ameaça aos vários países, que sozinhos são incapazes de a combater, podendo estar em causa a sua autoridade. O autor destaca também a intensificação do sentimento de insegurança, que refere não existir apenas unicamente devido ao crime, sendo necessário procurar noutros fatores a justificação para este aumento, como as incivilidades, que “não têm uma definição jurídica precisa” (Roché, 1996, p. 48). Assim, devemos incluir no sentimento de insegurança uma vasta gama de fenómenos, como por exemplo vidros partidos, paredes grafitadas, entre outros, assumindo que as perceções de (in)segurança não se baseiam apenas no crime, mas também na forma como o ambiente em que a sociedade se insere é percecionado. O facto de determinados comportamentos não constituírem um crime, não lhes correspondendo uma sanção do ponto de vista penal, não impede que a sua ocorrência seja reprovada socialmente.

Lourenço (2009) consagra a existência de um triângulo cujos vértices são a segurança, a insegurança e o Estado de Direito e, não sendo estanques, buscam o alcance de um equilíbrio, sempre “forçosamente instável”. O autor defende que a resposta ao problema de insegurança apenas se alcança com a definição de novos modos de atuação, assentes na conceção de segurança cujo foco são as pessoas e num “Estado forte e legitimado” (Lourenço, 2009, p. 10). Nesta senda de ideias, perante um mundo cada vez mais globalizado, dotado de alta tecnologia e propício a graves ameaças, onde coexistem o crime e a incivilidade, torna-se necessário por parte do Estado e dos atores sociais que o integram uma resposta mais eficaz.

Fica assim esclarecido que numa sociedade de risco, as exigências dos cidadãos condicionam e conduzem o poder político, que por sua vez direciona muitas das suas políticas para a garantia da segurança (Ericson & Haggerty, 1997). De igual modo, refere Oliveira (2006) que o recrudescimento da insegurança motivou nas sociedades ocidentais um problema social e político, integrando por força da sua forte componente mediática, as agendas políticas dos governos (Beck, 1992), que se vêm obrigados a dar resposta política aos problemas que são colocados pelos cidadãos, através de políticas públicas de segurança. Estas são entendidas como um conjunto de medidas e decisões levadas a cabo pelas instâncias políticas, por forma a produzir “uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança induzidas pelo fenómeno da segurança” (Dieu, 1999, p. 30). Neste âmbito, e atendendo a que a segurança se tornou num “conceito de banda larga” (Guedes e Elias, 2010, p. 30) a sua manutenção requer a capacidade de mobilizar uma variedade de instituições e organizações sociais ou não, públicas ou privadas, incluindo necessariamente a Polícia, que desenvolve a tarefa da segurança.

I.1.4. SÍNTESE CAPITULAR

De modo a concluir este ponto, identificam-se três componentes essenciais numa organização policial: é um instrumento que recebe ordens do poder; pode, enquanto serviço público ser solicitado pelos cidadãos; e, tem uma cultura organizacional própria que conduz os seus interesses e a forma como visiona o mundo (Monjardet, 1996, *cit in* Lasier, 2016). Estes factos, colocam a Polícia num posicionamento intermédio entre governantes e sociedade, o que faz com que formem a ambivalência da função policial, que tanto está ao serviço de uma como da outra e as suas distintas combinações gerem diferentes filosofias policiais. Bayle (2006) propõe um quadro que expõe os resultados destas dinâmicas, que originam modelos de Polícia do tipo mínimo, comunitário, autoritário e/ou arbitral:

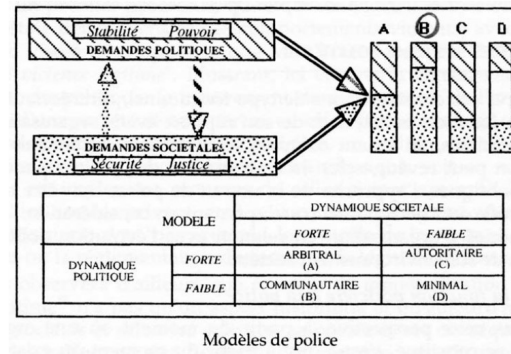


Figura 2: Dinâmicas políticas e sociais. Bayle (2006, p. 41).

Importa então reforçar que o papel da Polícia é de modo evidente influenciado pela sua relação com o poder político e também com a sociedade, originando assim filosofias de Polícia que se adaptam a estas dinâmicas e, que influenciam consequentemente os modelos de Polícia e os modelos de policiamento. Após este capítulo de enquadramento da ação policial, seremos mais capazes de analisar quer as metamorfoses da atuação policial (Capítulo II), quer os modelos de Polícia e de policiamento (Capítulo III), de modo a introduzirmos o nosso objeto de estudo: as Equipas de Prevenção e Reação Imediata.

No que concerne ao conceito de segurança, verificamos que as alterações aqui enunciadas relativas à mudança de paradigma de securitização atinentes ao Estado inevitavelmente têm consequências para a Polícia e para o seu modo de desenvolver e produzir segurança. Para terminar, não podemos olvidar a evolução que têm sofrido as sociedades, muito em parte pelo desenvolvimento exponencial da tecnologia, a par da globalização, que, em conjunto, exigiram e exigem novas respostas aos Governos e às Polícias. Também, não podemos deixar de frisar as ameaças, cada vez mais complexas, exigindo deste modo uma maior orientação estratégica e mais eficácia. Tudo isto, em conjunto com a maior preponderância de incivilidades, gera um sentimento de insegurança que urge atenuar. Referem Alves e Valente (2006) que:

“Os fenómenos sociais e criminais que têm marcado a sociedade portuguesa (...) exigem uma nova dinâmica preventiva e dissuasora das acções anti-sociais adequada às novas problemáticas colocadas na área da criminalidade e insegurança – a PSP tem adoptado estratégias de policiamento que procuram dar respostas concretas e direccionadas para estes problemas criminais específicos”. (p.93)

Assim, terminamos este capítulo rematando que, para necessidades específicas de criminalidade e insegurança, tem de existir a adaptação e atualização por parte do Estado e da Polícia, relativamente às estratégias que empreende para a resolução dos seus problemas. Deste modo, será expectável que, para combater determinados fenómenos surjam respostas apropriadas por parte das organizações policiais.

CAPÍTULO II. METAMORFOSES DA ATUAÇÃO POLICIAL

Este capítulo releva a instituição Polícia, o seu modo de organização e de atuação, bem como as suas funções, sendo essencial a sua adaptação às diferentes épocas e contextos, e a redefinição da sua missão. A par desta temática, considerando a mudança do paradigma securitário, tentaremos enquadrar a atuação policial e a política criminal, e expor o dualismo que se verifica numa organização policial, entre prevenção e repressão (ou reação), que influenciará as estratégias e táticas apontadas como solução das organizações policiais para responder aos novos paradigmas da criminalidade.

II.1. POLÍTICA CRIMINAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS

Analisando a perspetiva de prevenção criminal que está prevista no nosso ordenamento jurídico, nomeadamente na Lei-Quadro de Política Criminal², entendemos a política criminal como uma política de reação e prevenção que o Estado define para garantir a segurança pública, nomeadamente prevendo a articulação do sistema judiciário e dos vários OPCs. A LQPC dispõe ainda no art.º 8º n.º 1 que compete especialmente às FSS o desenvolvimento de planos de policiamento de proximidade ou programas especiais de Polícia destinados a prevenir a criminalidade. Mas o ordenamento jurídico nacional reconhece ainda a importância da prevenção criminal integrando-a na atividade de Segurança Interna³, visando a prevenção e salientando as não menos importantes medidas de repressão criminal. No pensamento de Fiães Fernandes (2006) estas políticas repressivas são importantes, mas não deixa de ser necessário conduzir as políticas de segurança para o domínio da prevenção, de modo a detetar e neutralizar as causas do crime e da insegurança. Fiães Fernandes (2014) enquadra ainda a prevenção como um dos pilares essenciais da segurança interna, a par da ordem pública, investigação criminal, inteligência e cooperação internacional.

No que concerne à LOIC⁴, a PSP é um OPC de competência genérica (art.º 3º, n.º 1 alínea c)), cabendo-lhe assim, entre outras, “desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes” (art.º 3º n.º 4 al. b)). No âmbito da LOPSP⁵, nas atribuições que cabem a esta FS, o art.º 3º enuncia distintas funções, nas quais se enquadram a prevenção, a vigilância, a deteção de crimes e a investigação dos mesmos.

Podemos assim referir que a Polícia leva a cabo a sua estratégia de prevenção criminal atuando em várias frentes relacionadas com o crime. Percecionando um ambiente

² Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal.

³ Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna.

⁴ Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.

⁵ Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, que aprova Lei Orgânica da PSP.

de insegurança, a Polícia visa a descoberta das causas do problema, ou, mais especificamente, compreender como o mesmo ocorre, averiguando o(s) local(is) mais fustigados, apurando os autores e as (possíveis) vítimas. Identificados os problemas de insegurança ou de criminalidade, são delineadas as estratégias e as táticas policiais que contribuirão para uma solução.

Podemos concluir que, pela legislação analisada, a política criminal prevê na atuação policial quer a prevenção, quer a repressão/reação/investigação, não se vislumbrando assim o abandono do paradigma repressivo. Parece-nos assim que, quer a prevenção quer a repressão são ambos pilares da segurança interna que têm de existir e de se complementar, e aos quais as organizações policiais têm de atender.

II.2. PREVENÇÃO CRIMINAL

Prevenir, num sentido estrito, é simplesmente “eliminar as causas que permitem a manifestação de um problema” (Ramírez, 2005, p.39). Refere Dias (2015, p. 83) que “a prevenção é o fundamento de toda a atividade de Polícia [podendo a mesma] exercer-se em diversas oportunidades” ou em diferentes momentos, nomeadamente antes, durante e depois da produção do dano. Sousa (2003, *cit in* Dias, 2015), entende que a prevenção direta é aquela que se produz antes do dano e a prevenção indireta, ou repressão, é aquela que “consiste numa reação a um ilícito” (Sousa, 2003, *cit in* Dias, 2015, p. 83), sendo a primeira integrante da função policial e a segunda integrante da função dos tribunais.

Numa perspetiva mais policial, a prevenção é “o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infracções (...) sejam de natureza criminal ou outras e, sobretudo, quando ocorram antes da prática do acto delinquente” (Oliveira, 2006, p. 79). De acordo com Welsh e Farrington (2011), a prevenção criminal engloba todos os esforços para evitar um crime antes que este aconteça, não abrangendo o sistema penal, à semelhança do que defende Cusson (2007, p.49) quando refere que “prevenir, é agir de maneira proativa e não coercitiva com vista a reduzir a frequência ou a gravidade das infrações”. No entendimento da ONU acerca do tema, a prevenção do crime abrange estratégias e medidas que visam a redução do risco da ocorrência de crimes, bem como os seus efeitos, que incluem o medo da criminalidade, intervindo de modo a influenciar as suas causas (UNODC, 2010). E, para terminar este rol de definições, destaca-se do art.º 2º da Decisão 2009/902/JAI do Conselho da União Europeia o seguinte entendimento de prevenção criminal:

“Abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e ações destinadas a reduzir os fatores de potenciadores das causas da criminalidade. A prevenção criminal inclui contributos dos governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, das autoridades locais e das associações

especializadas que tiverem criado na Europa, dos setores privados e do voluntariado, bem como dos investigadores e do público, com o apoio dos meios de comunicação social”. (p. 45)

É claramente perceptível que este entendimento europeu de prevenção não o é em *stricto sensu*, abrangendo assim os momentos pré- e pós-crime. Deste modo, quando analisamos o conceito de prevenção, como podemos perceber pelas distintas abordagens, podemos concebê-lo de dois modos: *stricto sensu* ou *lato sensu*. A prevenção deve apenas considerar as ações tomadas a montante do cometimento do crime ou da infração, num sentido mais restrito (Cusson, 2009; Welsh e Farrington, 2011). *A contrario sensu*, outros autores entendem-na como uma ação mais alargada no tempo e nos intervenientes (Dias, 2015; Sousa, 2003; UE, 2009). Podemos então distinguir prevenção criminal de repressão ou controlo criminal, sendo esta última respeitante ao controlo de uma situação cujas causas não se puderam evitar, tendo ocorrido o crime, dando lugar à prevenção pelo sistema penal. Neste âmbito, o Direito Penal exerce a sua prevenção através da teoria do fim das penas e a sua consequente prevenção geral e especial, que não importa aqui desenvolver.

Aprofundando um pouco mais a teoria que orbita em torno da prevenção, sugere Oliveira (2006) que existem três tipos de prevenção. Por um lado, a prevenção primária que trabalha as causas do crime e as suas origens, nomeadamente ao nível económico e social, distribuindo prestações sociais, operando a médio/longo prazo e abrangendo a generalidade dos cidadãos. Por outro lado, a prevenção secundária, que atua já na exteriorização do fenómeno, dedicando-se especificamente a grupos identificados com tendência para cometer delitos, ou seja, a sectores específicos da sociedade, numa atuação de curto e médio prazo. Por fim, a prevenção terciária, realizada após o delito, tendo um carácter punitivo, através da aplicação de uma pena, no sentido de readaptar os delinquentes para que não voltem a reincidir.

A ONU (2010, p. 10) sugere também que “determinar os factores associados aos tipos de crime diferentes, pode levar ao desenvolvimento duma gama de estratégias e programas para alterar esses factores, e impedir ou reduzir a incidência de crimes desse género” (*vide* Anexo I). Ainda de referir a prevenção situacional, que visa a alteração do ambiente favorável à prática de delitos, pois o crime não se dá somente pela motivação do agente criminógeno, mas também pelas oportunidades criadas pelas características situacionais. Neste âmbito da prevenção podemos incluir a videovigilância, a colocação de dispositivos de proteção nos estabelecimentos comerciais e nas residências, o urbanismo (*e.g.* a iluminação pública), e até mesmo a vigilância policial (Oliveira, 2006).

Gomes (2007) defende que a prevenção criminal deve atender ao “triângulo do crime”, um conceito que exige a presença de três fatores para a prática do delito (um infrator motivado, um alvo adequado e um ambiente favorável). Assim, a prevenção criminal

deve incidir nestes três vértices: no infrator, visando a diminuição da sua motivação; no alvo, com o intuito de diminuir a probabilidade de ser vítima de crime; e, no ambiente, de modo a que seja menos favorável à atuação do criminoso, eliminando ou reduzindo a oportunidade do meliante.

Assim, enquanto Oliveira (2006) teoriza a prevenção criminal em redor da prevenção primária, secundária, terciária, social e situacional, outros autores como Cario (1996) e Sarnecki (1992, *cit in* Alves, 2008) defendem a existência de três modalidades de prevenção criminal: a prevenção penal (de carácter geral ou especial), a prevenção social (primária, secundária ou terciária) e, a prevenção situacional (ou comunitária).

Também Tonry e Farrington (2005, *cit in* Welsh e Farrington, 2012), e a ONU (2010), encaram a prevenção criminal de uma forma particular, enumerando quatro estratégias: a “*developmental prevention*” (prevenção à criminalidade através do desenvolvimento social), que visa evitar o desenvolvimento do potencial criminal em indivíduos, a “*community prevention*” (prevenção à criminalidade com base comunitária ou local) que incide nas condições sociais de uma determinada comunidade e das suas instituições, a “*situational prevention*” (prevenção situacional), cujo objetivo é reduzir as oportunidades de crime, aumentando o risco e as dificuldades para o criminoso, e por fim, a “*criminal justice prevention*” (programas de reintegração), que abrange todos os atos levados a cabo pelas organizações policiais e pelo sistema judicial após a detenção de um indivíduo que tenha cometido um crime, não se enquadrando no âmbito da prevenção criminal *stricto sensu*.

De referir que qualquer uma destas abordagens de prevenção criminal não resulta quando posta em prática de modo isolado. É essencial a adoção de uma estratégia conjunta que coloque em prática as diferentes modalidades de prevenção de forma concertada e que defina claramente a atuação das entidades governamentais, sociais, entre outras, que a ela estejam vinculadas. Analisando a filosofia de atuação policial da PSP⁶ podemos concluir que esta organização compreende isso mesmo, ao definir que o combate à criminalidade é plurivectorial e não apenas uma questão de eficácia da Polícia, abrangendo questões da prática policial e também dos domínios político, institucional, jurídico e social.

Além das perspetivas de prevenção criminal apresentadas, podemos ainda mencionar a dissuasão, um fenómeno abrangido pela prevenção em sentido lato, que procura evitar que ocorra um delito, nomeadamente através da presença policial ou, por outras palavras, através de visibilidade policial, pois não podemos olvidar que as condutas antisociais existem. Nas palavras de Ramírez (2005) a dissuasão é “um mecanismo de resposta antecipada a uma situação que se sabe que se vai produzir, e sobre a qual não se

⁶ Disponível em <http://www.psp.pt/Pages/apsp/quemsomos.aspx?menu=1&submenu=1>, consultado em 21/12/2017.

estão a atacar as causas para eliminá-las” (p.40), acrescentando que por vezes o que frequentemente se denomina como prevenção criminal é apenas dissuasão.

A nova governança da segurança exige um trabalho mais profundo na prevenção dos crimes, cujas medidas de prevenção criminal são muito distintas (podendo ir desde programas de vigilância voluntária, passando pela atuação das autoridades e Polícias locais, dos governos, até a organizações supranacionais). Neste leque de medidas enquadra-se a atividade das FSS, devendo a Polícia estar na dianteira da prevenção criminal, identificando problemas, possíveis infratores e delineando estratégias que os possam combater. E apesar de ser a Polícia a entidade que pode dispor de mais e melhor informação criminal, consideramos que não é necessariamente aquela a mais adequada a agir sobre as causas do crime, sendo mandatório apelar ao contributo da sociedade e, logicamente de outras instituições com essa tarefa atribuída ou que para ela podem contribuir. Assim, consideramos que a prevenção criminal é uma estratégia multisectorial, a montante do cometimento do crime, e não apenas tarefa das FSS.

Parece-nos assim que a Polícia, na sua tarefa de vigilância e prevenção tem o seu papel principal no âmbito da prevenção secundária e da dissuasão, nomeadamente através de medidas de intervenção, orientadas para determinados grupos de pessoas (vítimas ou criminosos), locais, situações ou eventos, que Sarnecki (1992, *cit in* Alves, 2008) refere como essenciais, baseando-se no facto de que a criminalidade não é aleatória. Mas não podemos deixar de mencionar a importância da prevenção depois do delito ocorrer, ou seja, da reação policial e da atuação da justiça, devendo existir um equilíbrio, porque afinal a prevenção pode falhar e há que reagir e dar resposta ao problema que não se pôde evitar, sendo assim fulcral o contributo da Polícia na repressão, nomeadamente através da investigação criminal.

Pela literatura há uma oposição clara entre prevenção e repressão (reação) e, em face do que acabamos de expor, parece-nos que faz sentido a existência de um equilíbrio entre estes conceitos, à semelhança do que defende Gleizal (1997, *cit in* Oliveira, 2006). Tendo as forças policiais que dar resposta aos problemas com que se deparam, a existência de uma solução estratégica que combine prevenção e reação, poderá ser uma decisão sensata.

II.3. O DUALISMO POLICIAL: PREVENÇÃO VS REPRESSÃO

No pensamento de Oliveira (2006), passamos de uma administração da segurança para uma governança da segurança. Esta nova realidade, implica várias mudanças, entre as quais o esbater da fronteira entre prevenção e repressão, alterando assim o domínio de ação da Polícia, que passou também a prevenir e a combater incivildades, para além do

crime. Gleizal (1997, *cit in* Oliveira, 2006) sintetiza estas mesmas ideias, defendendo que o novo paradigma da segurança orbita em torno de 3 dimensões: é uma crítica às tradicionais instituições produtoras de segurança; busca um equilíbrio entre prevenção e repressão; e requer uma coprodução da segurança, recorrendo a distintos atores.

Apesar do equilíbrio defendido, dada a nova realidade complexa e também a crise do referencial repressivo que, segundo Roché (1998), deriva principalmente da construção de um sistema penal demasiado distante do público, que acarreta muitos custos e não evita o cometimento de crimes e incivildades, a aposta faz-se em políticas de prevenção para o combate quer de problemas criminais quer de problemas de insegurança, indo de encontro ao defendido por Robert Peel (1829) quando afirmava que a missão da Polícia é a prevenção do crime e da desordem (*vide* Anexo 2).

A prevenção criminal é “a atividade primordial da função Polícia. A ela deve corresponder o maior empenhamento, de modo a produzir o máximo possível de utilidade social” (Alves, 2008, p.171). Quando esta não resulta, entra em cena a reação, de modo a evitar ou conter danos. Com opinião contrária, afirmam João, Lobo e Bação (2013) que “a ênfase está muito mais na repressão que na prevenção” (p.141) o que não deixa de ser verdade pois no mundo ocidental é a reatividade que caracteriza a maioria dos modelos de policiamento, influência da tecnologia e profissionalização da Polícia adotados pelas Polícias norte-americanas e copiados na Europa do pós-guerra.

Os conceitos de prevenção e reação, se analisarmos a prevenção *stricto sensu*, são claramente conceitos opostos. A prevenção atua antes do delito e, sempre que esta não resulta o delito ocorre e desenrolam-se os mecanismos reativos de resposta de emergência ao delito, com vista a cessar o mesmo. Se nenhum dos dois momentos tiver sucesso, resta à Polícia a investigação criminal para o apuramento dos factos e, posteriormente, a dedução da acusação pelas entidades competentes. Desta forma, a prevenção deve ser encarada como um trabalho importante, uma vez que visa impedir o cometimento de crimes e suas consequências. É, no entanto, uma tarefa ingrata, na medida em que, apesar de sólida e continuada é, de certo modo, invisível, sendo difícil medir os seus resultados. Por outro lado, a reação às ocorrências, é muito importante na resposta às solicitações da população, não devendo, no entanto, ser encarada como a atividade primordial da função policial.

De modo a contrapormos os conceitos de prevenção e reação, é importante expor a linha de pensamento de Leitão (2005), que observa o papel da Polícia analisando todo um processo que engloba *inputs*, *outputs* e resultados produzidos (que não exploraremos). Se os *inputs* correspondem às solicitações que levam à ativação do serviço policial, os *outputs* correspondem aos processos policiais, que envolvem três momentos: a prevenção,

a resposta de emergência ou reação (quando a primeira não resulta), e a investigação criminal (quando nenhum dos anteriores é realizado com sucesso) (Leitão, 2005).

A prevenção policial é realizada essencialmente através da patrulha, considerada “*the main business of policing*” (Cordner, 2007a, p. 898), bem como a face mais visível da Polícia. Por simples palavras, a patrulha (aleatória), quer seja apeada ou auto, cinge-se a uma área geográfica, realizando movimentações de modo casual, não previsível e absolutamente discricionário, esperando-se que com isso crie instabilidade e dissuasão perante possíveis infratores. Esta, em virtude do crescimento dos meios urbanos, distanciou-se do seu público, optando-se essencialmente pelos meios automóveis para conseguir garantir uma presença policial em todos os locais, e em tempo útil (Leitão, 2005). No que concerne à patrulha policial não podemos deixar de enunciar alguns dos estudos com conclusões curiosas, nomeadamente o “*The Kansas City Preventive Patrol Experiment*” levado a cabo por Kelling, Pate, Dieckman e Brown (1974), que concluiu que o aumento ou a diminuição dos níveis da patrulha, em termos de elementos policiais e viaturas não revelava quaisquer efeitos no crime, no sentimento de insegurança e na satisfação do público. São assim poucos aqueles que assumem que a visibilidade e a omnipresença policiais através da patrulha são suficientes para a redução do crime (Cordner, 2007).

No que concerne ao segundo *output* policial, a ideia inerente à resposta rápida é a de que quanto mais rápido a Polícia chegar ao local do crime mais eficaz será na resolução do mesmo e na detenção do(s) prevaricador(es). Mas a chegada ao local do crime nunca ocorre num período assim tão curto, pois desde que ocorre o crime até à chegada da Polícia ocorrem três momentos: a decisão de ligar (que não é imediata, face ao choque das vítimas), o apuramento de informação pelo operador e a deslocação da patrulha até ao local (Leitão, 2005). Estudos americanos sugerem que a diminuição do tempo de resposta não aumenta a probabilidade de realizar mais detenções, e não é essencial na satisfação do público (este, surpreendentemente, preocupa-se mais com o facto da Polícia aparecer efetivamente) e não raramente previne agressões ou danos (Bayley, 1998).

Ramírez (2005) entende que a resposta policial se concretiza a três diferentes níveis de serviço policial: a patrulha aleatória, a investigação e os operativos especiais, consistindo estes últimos na aplicação de um número considerável de elementos policiais num determinado local e hora, ou num determinado evento com o intuito de dissuadir, funcionando também como uma resposta antecipada, caso ocorra algum delito. Com base no exposto, podemos inferir que a Polícia contribui para a prevenção criminal através da vigilância policial, nomeadamente recorrendo à patrulha, um meio de prevenção situacional e de dissuasão.

No caso específico da PSP, esta força de segurança tem desenvolvido o seu policiamento em meios urbanos, em contextos sociodemográficos muitos diferenciados,

adotando para o cumprimento da sua missão estratégias e medidas de prevenção criminal concretas que vão desde um policiamento de visibilidade até um policiamento mais reativo. “As acções de prevenção criminal, adoptadas pela PSP, são direccionadas para os alvos, autores, tempos e espaços específicos e não tanto para as causas do cometimento do crime” (Alves e Valente, 2006, p. 94) pretendendo-se fundamentalmente “reduzir a oportunidade e as condições que propiciam a sua prática” (Alves e Valente, 2006, p. 94), o que nos revela uma atuação policial mais próxima da prevenção pela dissuasão. Referem ainda os autores que a prevenção criminal em espaços geográficos particulares, mais problemáticos, deve ser levada a cabo pela PSP por “estruturas policiais com características específicas” (Alves e Valente, 2006, p. 94) que contribuam para a visibilidade policial, e que possam gerar um sentimento de segurança nos cidadãos.

Considerando que “as políticas de segurança e as instituições cujas atribuições é manter e assegurar a segurança estão confrontadas, hoje em dia, com novos paradigmas, designadamente o paradigma da prevenção” (Oliveira 2006, p. 79), a ação policial desenvolvida no domínio da prevenção tem como consequência o aumento da legitimidade da atuação da Polícia, uma vez que esta não é apenas solicitada quando já tenha ocorrido a infração, mas antes disso, em virtude do papel policial ser também o de mediação social (Bayle, 2001, *cit in* Oliveira, 2006). A prevenção arrasta outras vantagens. Quanto mais eficazes as medidas preventivas de combate à criminalidade, menores são os gastos de tempo em burocracia e maior é o efetivo disponível para a patrulha, gerando uma maior visibilidade e contribuindo assim para uma imagem preferencial da instituição, que passa a ser vista como um serviço de proteção aos cidadãos, e não tanto como uma força de repressão e controlo social, associados a uma atuação reativa e mesmo repressiva.

II.4. SÍNTESE CAPITULAR

Será então necessário “proceder-se a uma substituição do *referencial repressão* pelo *referencial prevenção*, isto é, adoptar as políticas de prevenção como alternativa às políticas de repressão” (Correia e Duque, 2011, p.44), à semelhança do que defende também Roché (1998). Julgamos que essa é a tese mais defendida, e que seria perfeita num mundo ideal, no entanto, a prevenção *stricto sensu* não consegue ser totalmente eficaz, sendo exigível uma capacidade de resposta por parte do Estado, da Polícia e da Justiça, pelo que defendemos um sistema criminal e uma atuação policial que ponha em prática o equilíbrio entre prevenção e reação. Este equilíbrio é também debatido em matérias de índole policial específicas e que nos importa explorar, nomeadamente os modelos de polícia e as estratégias de policiamento, que “jogam” com estes conceitos de modos distintos, o que faremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III. O POLICIAMENTO: MODELOS E ESTRATÉGIAS

Este capítulo visa identificar em que moldes assenta o policiamento realizado pela PSP, ou por outras palavras, identificar as estratégias de policiamento efetivadas por esta FS. Deste modo, abordamos a temática dos modelos de polícia, que espelha a organização policial de distintos países e de Portugal e, de modo a aprofundar mais o conteúdo teórico em torno do tema de investigação, exploramos alguns dos modelos de policiamento existentes na maioria das organizações policiais. Daqui, partiremos para a análise das estratégias levadas a cabo pela PSP, tentando definir quais os eixos em que sustenta as suas práticas policiais. Entre elas, destacaremos as Equipas de Prevenção e Reação Imediata, *leitmotiv* da nossa investigação.

Antes de partir para qualquer enumeração de modelos, devemos referir que os modelos teóricos apresentados na prática nunca se reproduzem de modo puro. Bayle (2006) defende que estes “modelos” devem ser encarados como modelos ideais e não como reproduções da realidade, pois no mundo real, encontramos apenas a coexistência de “modelos” ou características de um ou mais modelos. Também assim entendem Monet (1991) e Oliveira (2006) quando referem que não existem modelos de polícia puros. Lasierra (2016) acrescenta ainda que os modelos não se limitam a espaços temporais concretos, convivendo no tempo, podendo no mesmo momento temporal “coincidir, inclusive nos mesmos territórios, organizações policiais que sigam predominantemente modelos diferentes” (p.26). Existe assim uma heterogeneidade dos sistemas policiais, tal como entende Bales-tra (2006, p. 2) quando reflete sobre a “inexistência de modelos policiais ideais e universais”. Mas o que entendemos como modelo ou sistema de polícia?

“Os sistemas policiais são subsistemas de sistemas de organização do Estado mais complexos, integrando uma estrutura de valores e de normas idêntica à do sistema mais lato” (Oliveira, 2006, p. 98). De acordo com Rocher (1968), os modelos são simplesmente construções simbólicas e simplificadas da realidade complexa que visam estudar separadamente as diferentes partes da realidade, através de construções simbólicas e simplificadas e, partindo dessas diferentes construções proceder-se-á à sua reconstrução para uma mais fácil apreensão (*cit in* Oliveira, 2006).

Ponsaers (2001) afirmou que existe uma confusão de conceitos e de terminologias relativamente aos modelos de polícia, salientando o facto de existirem denominações diferentes para conceitos iguais, algo com que também nos deparámos na nossa investigação. Deste modo, encontrámos designações diferentes para o mesmo conceito, que conseguia ser ao mesmo tempo um modelo de polícia e um modelo ou uma estratégia de policiamento. Entendemos assim distinguir os modelos de polícia dos modelos de policiamento, embora haja autores que os entendam de igual modo, nomeadamente pelo uso destas

terminologias de modo indiferenciado. Assim, após várias e diferentes leituras, sugerimos definir modelo de polícia como um modo de sistematizar, caracterizar ou definir um sistema de organização policial. Por outro lado, entendemos um modelo de policiamento como uma estratégia levada a cabo por uma organização policial para o cumprimento de determinado(s) objetivo(s) de modo a desempenhar a sua missão. O conceito de modelo ou de estratégia de policiamento como sugerem Cordner (2007), Reisig e Kane (2014), é algo mais voltado para a prática policial e não para a organização policial, que entendemos ser o conceito de modelo de polícia.

III.1. MODELOS DE POLÍCIA

Os modelos de polícia podem ser classificados de distintos modos, consoante a perspetiva de análise ou o que se quer comparar.

Na perspetiva de Mawby (2005) importa estudar os diferentes sistemas policiais existentes no mundo. Assim, o autor divide os modelos e foca o seu estudo em: modelo de Inglaterra/Gales, modelo continental europeu, modelo colonial, modelo comunista, modelo da Europa Central/Leste, modelo norte-americano, e modelo do extremo oriente, embora reconheça a existência de outros mais pelo mundo, com menor relevância.

Hunter (1990) classifica os modelos em função da (des)centralização das competências do Estado, sugerindo que um corpo policial pode ser fragmentado, centralizado ou integrado. No primeiro caso, o modelo policial possibilita a existência de inúmeros corpos policiais, o que ocorre normalmente em Estados federados, cada um com a sua organização policial, o que é considerado pelo autor como ineficiente e passível de maior corrupção (Hunter, 1990). No caso dos modelos centralizados, são poucos os corpos policiais, dependentes de orientações emanadas de um órgão central, como ocorre por exemplo em França, que domina este modelo, mais ordenado e eficiente, privilegiando o controlo do crime em detrimento das liberdades civis (Hunter, 1990). Finalmente, o corpo policial integrado, que é descentralizado, mas não deixa de ter sobre si algum controlo, o que revela ser mais eficiente que o modelo fragmentado, mais democrático que o centralizado e, tende a ter menos potencial que os outros modelos para a ocorrência de abusos e corrupção (Hunter, 1990).

Por outro lado, os modelos de polícia, em função do número de órgãos de que dependem, classificam-se em modelo monista, quando existe uma polícia que depende de um único órgão (ex. Noruega); modelo dualista, quando estamos perante duas polícias que dependem de órgãos distintos (ex. Espanha e França) e, modelo pluralista, que prevê várias polícias dependentes de vários órgãos (ex. EUA, Alemanha) (Monet, 2006).

Branco (2013) defende ser este modo de agrupar os distintos modelos policiais a classificação mais usual, embora assuma apenas dois modelos: monista ou pluralista. Além dos países nórdicos, que o autor enquadra no modelo monista, considera os restantes países europeus enquadrados no modelo pluralista. Acrescenta, no entanto, no modelo pluralista a existência de dois tipos de sistema: horizontal e vertical. Considera o modelo pluralista vertical quando existem “mais que uma força que detém competências genéricas na respetiva área de responsabilidade, em concorrência ou mesmo sobreposição com outra ou outras de competência específica” (Branco, 2013, p.101). Defende que o modelo pluralista vertical mais puro é o modelo dual ou dualista. De modo diferente, considera o modelo horizontal, que contempla várias polícias, cada uma delas com jurisdição apenas em determinadas zonas.

Se olharmos sob um ponto de vista histórico, podemos classificar os modelos de polícia de outro modo. Gomes (2001) considera os modelos de polícia bastante híbridos, distinguindo três grandes modelos: o modelo napoleónico, o modelo nacional e o modelo descentralizado. O modelo napoleónico abrange dois tipos de polícia, dotados de uma estrutura dualista e centralizada. Abarca uma polícia de estatuto militar ou similar, sob a alçada do Ministério da Defesa, que atua exclusivamente nas zonas rurais, e uma polícia de natureza civil, dependente do Ministério da Administração Interna e que atua nos meios urbanos, como é exemplo a PSP. Em Portugal aplica-se este modelo, assim como em Espanha, França e Itália. Gomes (2001) enumera também o modelo nacional, característico dos países do norte da Europa, que admite um corpo policial único em todo o território nacional dependente de um Diretor Nacional no topo da hierarquia que, por sua vez responde perante um membro do Governo responsável pela área da Justiça (Branco, 2013). Por último, destaca-se o modelo descentralizado, característico dos países anglo-saxónicos, que se destaca pela autonomia que concede às polícias; no entanto apenas para uma área de atuação limitada em termos territoriais (Gomes, 2001).

Considerando os critérios até aqui explorados, podemos aditar que em Portugal vigora o modelo de polícia napoleónico, centralizado e dualista, embora um modelo dual imperfeito por apresentar algumas particularidades: a existência da PJ (dependente do Ministério da Justiça) e do SEF, além das duas forças de segurança genéricas, PSP e GNR (Branco, 2013). Poderíamos, ao invés de afirmar que vigora em Portugal um modelo dual imperfeito, referir que existe um modelo pluralista, pois apesar de termos um sistema dual em termos de segurança e ordem pública (PSP e GNR), persiste um sistema pluralista “composto por várias forças com funções de polícia administrativa geral, de natureza preventiva e de segurança pública, nomeadamente a PSP, a GNR, a Polícia Marítima e a PJ” (Oliveira, 2006, p. 243).

III.2. MODELOS DE POLICIAMENTO

Se os vértices do triângulo poder político/polícia/cidadãos definem distintos modelos de polícia, influenciados pelas suas diferentes dinâmicas, teremos em função destes distintos modos de policiar sob diferenciados modelos ou estratégias de policiamento. São inúmeros os modelos de policiamento existentes, alguns deles com filosofias semelhantes, mas com diferentes denominações, sendo conceitos algo coincidentes e confusos, um pouco à semelhança do que ocorre com as terminologias dos modelos de polícia. A classificação dos modelos de policiamento varia muito consoante os autores, embora haja consenso relativamente a uma ou outra estratégia. Surge assim outra dificuldade nesta investigação, que tentamos contornar enunciando os modelos que julgamos serem os mais importantes e aqueles que mais são adequados ao desenvolvimento do nosso estudo.

III.2.1. O modelo profissional

Também enunciado como modelo *standard* ou modelo clássico/tradicional, surge nas primeiras décadas do século XX nos EUA (e após a 2ª Grande Guerra na Europa), para dar resposta ao rápido crescimento dos meios urbanos e reinventar a polícia que, nos EUA, era conotada com elevados índices de corrupção e influência política. Deste modo, surgiu a intenção de especializar e formar a polícia em torno da ideia de profissionalização. Percebeu-se assim a necessidade de dotar a profissão de polícia de bases científicas, de modo a “obter autoridade através do conhecimento” (Ericsson e Haggerty, 1997, *cit in* Lasier, 2016, p. 82). Este modelo compreende ainda a pesquisa de novas técnicas e procedimentos, bem como a utilização de tecnologia, utilizados para patrulhas aleatórias e resposta rápida.

A prioridade desta estratégia é o combate ao crime e à delinquência, que faz essencialmente através da filosofia da resposta rápida às solicitações dos cidadãos e da aplicação imparcial da lei. A lei é o fundamento da atuação policial, daí que alguns autores o apelidem também de modelo legalista, como é o caso de Ponsaers (2001). Neste modelo, o principal fator preventivo considerado é a detenção dos delinquentes, que será um fator dissuasor para outros. Assim, os polícias são treinados para responderem de modo rápido às chamadas de serviço visando conseguir deter os criminosos antes da sua fuga.

No que concerne à relação da polícia com os cidadãos, o modelo profissional não prioriza as opiniões dos mesmos, nem obtém deles a legitimação primordial para o seu trabalho, não considerando a interação com o público como algo primacial. Em termos organizacionais, este modelo caracteriza-se como sendo algo burocrático e de elevada hierarquização, com procedimentos pré-estabelecidos: “tudo está devidamente definido e pautado, todos devem seguir estas orientações, já que não fazê-lo supõe pôr em risco o cumprimento da missão e os objetivos estabelecidos” (Lasier, 2016, p. 97).

Neste modelo, a eficiência da polícia é medida através de indicadores, tais como: número de detenções, tempo de resposta às solicitações e o número de passagens num determinado local durante os turnos (Kelling & Moore, 1988).

Lasierra (2016) defende que as reformas levadas a cabo pelo modelo profissional são por norma justificadas por razões de índole técnica, procurando sempre estar a par das mais recentes novidades tecnológicas que possibilitem intervenções mais rápidas e mais eficazes. O modelo profissional é também conotado como o modelo dos 3Rs: *Rapide response*, *Random Patrol* e *Reactive Investigation*⁷ (Bratton, 2005).

III.2.2. Policiamento Comunitário

O policiamento comunitário, considerado por Ponsaers (2001) como um modelo pós-moderno, surge como resposta aos modelos reativos ou clássicos, vigentes até às décadas de 70/80 do século XX: “muda-se o enfoque do trabalho policial da gestão de chamadas aleatórias sobre o crime para tratar das preocupações da comunidade” (Trojanowicz e Bucqueroux, 1990, p. 3), fomentando-se assim um modelo mais proativo. Para o definir, existe uma multitude de definições, pelo que entendemos adotar a definição do *Community Oriented Policing Service Office* (2009):

“O policiamento comunitário é uma filosofia que promove estratégias organizacionais, que suportam o uso sistemático de parcerias e técnicas de resolução de problemas, para dirigir proativamente as condições imediatas que dão origem às questões de segurança pública como o crime, a desordem social, e o medo do crime”. (p. 3)

A dificuldade de definição surge também pela dificuldade de situar a origem do conceito que surge em Inglaterra com as políticas de Robert Peel (1829) ou, nos EUA, como uma reação ao modelo profissional, por este se ter distanciado da população. Sendo difícil definir o modelo, segundo os teóricos, entendemos ser importante enumerar os objetivos do Policiamento Comunitário, de modo a dar a perceber melhor este modelo (Anexo 3).

O policiamento comunitário considera o público e as comunidades como parceiros na manutenção de um ambiente seguro, considerando-os como coprodutores de segurança e prestando-lhes satisfações do seu trabalho (Ponsaers, 2001). É um conceito que admite a discricionariedade, essencial à prática do modelo. A legitimidade da polícia nesta estratégia policial advém do público, resultando de processos de consulta e interação com os cidadãos, concretizando-se no policiamento consentido (“*policing by consent*”), processo que implica proximidade e confiança, visando definir prioridades de atuação. A lei constitui-se apenas como uma referência, fomentando-se um espírito de discricionariedade por parte dos polícias que resulta numa maior autonomia dos mesmos.

⁷ Traduzido do original: Resposta rápida, patrulha aleatória e investigação reativa.

O mais importante neste modelo não é tanto a diminuição das taxas de criminalidade, mas apenas a melhoria da comunicação entre a polícia e o público, o que melhora frequentemente a segurança subjetiva da população (Eck e Spelman, 2005). Esta comunicação é feita em ambos os sentidos, fomentando uma relação de partilha recíproca.

Em termos de prevenção, a polícia vale-se dos controlos informais existentes nas comunidades, bem como de técnicas de prevenção situacional, atendendo a um dos princípios de Robert Peel (1829): “a polícia é o público e o público é a polícia” (*vide* Anexo 2). Contrariamente a outros modelos, neste caso a polícia apresenta-se como um serviço público (Ferrandino, 2014 *cit in* Lasier, 2016) ou como um modelo de prestação de serviços (Wilson, 1968, *cit in* Lasier, 2016). Na prática, o policiamento comunitário prevê, entre outros, a abertura de esquadras de bairro, a realização de inquéritos para apurar a satisfação da população e a realização de reuniões de prevenção criminal (Skogan e Hartnett, 1997).

Apesar de este ser um modelo que critica as opções do modelo tradicional no combate ao crime, não se conseguiu comprovar a eficácia deste modelo no que concerne à redução da criminalidade (Weisburd e Eck, 2004; Ratcliffe, 2008). No entanto, é replicado em várias polícias de todo o mundo, entre elas a PSP, mas não de modo integral. Lasier (2016) defende que apenas o modelo inglês é um modelo completo de policiamento comunitário, verificando-se nos restantes apenas uma estratégia que complementa os parâmetros tradicionais. Em Portugal não aplicamos um policiamento comunitário, mas sim de proximidade e, pese embora a filosofia do modelo seja a mesma, a nossa legitimidade de atuação advém da lei e não dos cidadãos, não se replicando o policiamento consentido.

III.2.2.1. Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

Em Portugal, e concretamente na PSP, este modelo, que inicialmente tinha a designação de Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), vigora desde 1998, na conceção do XIII Governo Constitucional (com vários projetos piloto em diferentes locais), vindo a ser definidos os seus pressupostos, através de normas de atuação emanadas pela Direção Nacional da PSP em 2006, através de Diretiva Estratégica.

Face à filosofia policial vigente nos países do continente europeu, entre os quais Portugal, não se adotou a designação de policiamento comunitário e sim de policiamento de proximidade pois este conceito quer significar mais um esforço por parte da Polícia relativamente aos cidadãos do que um esforço político para incentivar os cidadãos a colaborar com a Polícia (Ocqueteau, 2000, *cit in* Oliveira, 2006).

Este modelo é promovido através de vários programas especiais dirigidos a públicos-alvo, como são exemplo o programa Escola Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro e, mais recentemente, a iniciativa Significativo Azul, entre outros.

III.2.3. Policiamento Orientado pela Inteligência (*Intelligence-Led Policing*)

O Policiamento Orientado pela Inteligência ou *Intelligence-Led Policing* surge nos anos 1990, e é definido por Ratcliffe (2008a) como:

“Um modelo de negócio e uma filosofia de gestão em que a análise de dados e a inteligência sobre a criminalidade são a pedra angular de um quadro decisório objetivo que facilita a prevenção e a redução da criminalidade através da gestão estratégica e da aplicação efetiva de estratégias que têm por alvo os criminosos prolíficos e os que cometem crimes graves”. (p.89)

Este modelo é uma estratégia derivada da existência de muita informação sobre os crimes e a capacidade de a processar, conjuntamente com a necessidade de mais eficácia no combate ao crime (Medína, 2011, *cit in* Lasierra, 2016), surgindo no seio de uma série de razões, entre as quais: a ineficácia do policiamento tradicional no combate à criminalidade, a necessidade de gestão dos riscos, inerente à sociedade do risco, e a carência de produção de conhecimento para suporte às decisões policiais (Ratcliffe, 2008b). É por isso que o policiamento orientado pela inteligência é considerado a antítese do policiamento comunitário, ao delinear a sua estratégia ao nível dos patamares decisórios e não ao nível dos agentes no terreno (Ratcliffe, 2008a). A inteligência é assim utilizada pelos gestores e decisores no seu planeamento estratégico, nomeadamente no estabelecimento de prioridades, recursos e táticas aplicadas no combate ao crime (Ratcliffe, 2008b). Esta estratégia, ao mesmo tempo que assegura o cumprimento da lei, impede também que os delitos possam ser cometidos, vigiando os criminosos e intervindo para evitar que estes os cometam (Tilley, 2008, *cit in* Lasierra, 2016).

Tudo isto sumariado, e de acordo com Tilley (2005), estabelecemos que este modelo de policiamento se baseia na lei, sendo a polícia a definir as suas necessidades com base na inteligência produzida pelos seus especialistas, mediante a tecnologia disponível que visa a vigilância dos suspeitos no sentido de os “deter” antes de cometerem os crimes, esperando reduzir a criminalidade.

III.3. ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO DA PSP

Após a enumeração de distintos modelos de policiamento aplicados em todo o mundo, importa perceber quais deles são opção da PSP no policiamento que realiza contemporaneamente nos meios urbanos. Analisamos os grandes documentos orientadores da estratégia da PSP: as “Grandes Opções Estratégicas 2013-2016” (GOE 2013-2016) e as “Grandes Opções Estratégicas 2017-2020” (GOE 2017-2020).

III.3.1. Grandes Opções Estratégicas 2013-2016

Neste documento apontam-se questões como “um insuficiente uso de tecnologia inteligente” e a necessidade de realizar mais investimento, “prioritariamente dirigido a tecnologia e equipamento destinados a garantir um policiamento mais suportado por informações e conhecimento técnico-científico («*intelligence-led policing*») à automatização de processos produtivos (...) «*e-policing*»” (PSP, 2012, p. 3), pretendendo-se com estas medidas um efetivo mais equipado e qualificado. É também objetivo deste documento referência prosseguir o modelo de “Segurança *Just-In-Time*” (JITS), que designa de macro modelo e que passamos de seguida a enunciar.

III.3.1.1. Modelo de “Segurança *Just-in-Time*”

A passagem de uma abordagem controladora e repressiva para uma abordagem de gestão, resultou não só da evolução geopolítica e tecnológica globais, mas também por influências da Nova Gestão Pública (*New Public Management*), que trouxe uma visão empresarial às políticas governamentais e o foco na obtenção de resultados, mudanças às quais não escaparam as organizações policiais. Tal política implicou a implementação dos 3 E's (eficácia, eficiência e economia), o que compeliu as polícias à redefinição de prioridades e também ao planeamento e medição dos seus *outputs*.

A PSP, nomeadamente no documento GOE 2013-2016, com o “macro modelo” JITS, vem pela primeira vez colocar em prática a filosofia da NGP, evidenciando preocupações com a correta afetação de recursos. Assim, deve a atividade policial basear-se em critérios de racionalidade para a aplicação de meios no terreno, e aliar-se a tecnologia que permita a concentração e a projeção de meios quando a ocorrência, a inteligência ou as informações policiais o ditarem, afastando o desperdício, sendo assim necessária uma “mudança de paradigma na segurança pública” (Torres, 2011, p. 239) de modo a substituir a lógica de ocupação de terreno que, além de onerosa não é a mais eficaz (Torres, 2011). Este modelo está também previsto noutros documentos de gestão interna da PSP, como as GOE para 2017-2020, nos Planos de Atividades⁸ (PA) da PSP dos anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, bem como nos Relatórios de Atividades⁹ (RA) de 2013, 2014 e 2015, os quais definem a prossecução deste modelo de Segurança *Just-In-Time*.

Atendendo ao disposto nos documentos enunciados, podemos argumentar que o modelo JITS tem como objetivo a disposição racional de meios preventivos e reativos, “antecipando-se às necessidades e potenciando a sua visibilidade e proximidade no terreno” (PSP, 2012b, p. 63). É neste âmbito que a PSP enquadra por exemplo o policiamento

⁸ Instrumento de gestão interna da PSP que visa definir objetivos estratégicos e operacionais para determinado ano civil.

⁹ Instrumento de gestão interna da PSP relativo à autoavaliação da organização, fundada nos resultados alcançados num ano específico.

proativo de visibilidade, a georreferenciação das ocorrências criminais e dos meios policiais, a desconcentração de meios mais reativos, entre outros. O modelo JITS complementa o MIPP, ao nível da prevenção, com a pretensão de obter uma capacidade de intervenção mais musculada para tranquilizar o cidadão e dissuadir criminosos, nomeadamente pela posição estratégica dos meios em locais de concentração ou circulação de pessoas, aliada à sua capacidade de mobilização através de um CCC eficaz, ou por uma atuação do tipo saturação de pontos quentes (*hot spots*) (PSP, 2012b).

Neste âmbito, podemos afirmar a clara aposta da PSP nesta estratégia aliada à tecnologia também com outros fins, nomeadamente a mitigação contínua do sentimento de insegurança, a prevenção face às atuais ameaças à segurança interna, especificamente as de matriz terrorista, para isso diversificando a tipologia e a projeção de meios operacionais, de modo a proteger *soft targets*, e delineando uma mais pronta capacidade de reação, através da presença e visibilidade policial (PSP, 2017).

III.3.2. Grandes Opções Estratégicas 2017-2020

No que concerne às GOE 2017-2020, é delineada a visão “Uma Polícia Moderna, Pró-ativa, Integral, Eficaz e Eficiente – uma Polícia Sempre Presente” que pretende orientar os cinco eixos de atuação que define. Destes, importa referir o Eixo 1 – “Polícia Sempre Presente – Um dispositivo mais eficiente para uma presença mais visível e eficaz”. Destacam-se os objetivos do Eixo 1, em que a PSP ambiciona mais e melhor visibilidade policial, a proteção de *soft targets*, mais presença policial, mais prevenção face às atuais ameaças à SI, mas também mais pronta capacidade de reação, tudo isto no seguimento do modelo JITS.

Neste documento, o modelo JITS preconiza em especial o recurso tático que pretendemos estudar: as Equipas de Prevenção e Reação Imediata. Apesar de existir desde 2009, este recurso não é referido nos documentos de gestão interna da PSP, nomeadamente nos PA e nos RA no que concerne aos anos de 2009 a 2013, inclusive. Surge, no entanto, referido no PA 2014, no âmbito do objetivo operacional “consolidar o modelo de atuação policial” (PSP, 2013, p. 46), através do indicador “novas EPRI que iniciam atividade em 2014” (PSP, 2013, p. 46). Esta menção às EPRI é repetida no PA 2015, no âmbito do mesmo objetivo operacional, mas com um indicador distinto: “Avaliação da Implementação das Equipas de Prevenção e Reação Imediata (EPRI)” (PSP, 2014, p. 46). A contrariar a tendência surgem os PA de 2016 e 2017 que não fazem qualquer referência às EPRI.

Examinados os PA, importa perceber em que moldes foram os mesmos cumpridos, analisando os RA. Assim, no RA 2014, verifica-se o cumprimento do indicador 42, com a criação de novas EPRI. É também referida a implementação, durante o ano de 2014, das

EPRI no COMETLIS, à semelhança das já implementadas no Comando Distrital de Setúbal, com o objetivo de:

“Operacionalizar e dar corpo aos conceitos de Polícia Integral e Segurança Just in Time (JITS), aliando uma alta capacidade operacional, marcada pelo efeito dissuasor, pela rapidez e versatilidade da resposta, à forte componente de visibilidade policial. Estas equipas são essencialmente direcionadas para responder a ocorrências relacionadas com a criminalidade violenta e grave, tendo sido constatado, sobretudo, uma elevada capacidade reativa inerente à prossecução da missão consignada, bem como, uma notável visibilidade junto da população”. (PSP, 2015, p. 68)

Das várias medidas cumpridas constantes no RA 2015, destaca-se a que visa “reforçar a presença, a visibilidade e a intervenção das Forças de Segurança” (PSP, 2016c, p. 76). Esta orientação foi desenvolvida, essencialmente, pelo aprofundamento e alargamento do MIPP, e da continuação da aposta nas operações policiais especificamente dirigidas para a visibilidade policial. Verifica-se ainda neste documento que o indicador 41 relativo à avaliação da implementação das EPRI proposto para 2015 não foi realizado. Refere-se, no entanto, a implementação, em 2015, das Equipas de Prevenção e Reação Imediata (EPRI) no COMETPOR e no CD Faro, que se juntaram às já implementadas equipas no CD Setúbal e no COMETLIS.

III.4. SÍNTESE CAPITULAR

Neste capítulo foram expostos e clarificados conceitos como os modelos de polícia e os modelos de policiamento, que importa distinguir. Dentro destes, enunciamos os principais modelos atualmente postos em prática pela PSP e que interessam a esta investigação. Temos a apontar relativamente a esta temática que a melhor estratégia de combate à criminalidade e ao sentimento de insegurança é aquela que conjuga vários modelos de policiamento, bem como várias técnicas e táticas (Oliveira, 2006; Fielding, 1996, *cit in* Wright, 2011; Fiães Fernandes, 2014; Lasier, 2016)

No que respeita à estratégia adotada pela PSP, verificamos que a mesma se foca nos conceitos de visibilidade, saturação, JITS, MIPP e ILP, bem como numa pronta capacidade de reação, no âmbito de uma “Polícia sempre Presente”.

Este capítulo terá extrema utilidade na análise da nossa problemática, realizada nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO IV. MÉTODO

Entendemos o método científico como um “conjunto de regras básicas que visam obter novo conhecimento científico” (Sarmiento, 2013, p. 4). Enquadramos nesta dissertação abordagens quantitativas e qualitativas, aplicando técnicas de análise documental, entrevistas, análise de conteúdo e análise estatística. Este procedimento valida a opção que se tomou para recorrer aos chamados *mixed methods*, e pelos quais se entende “a adoção de uma estratégia de pesquisa que emprega mais do que um tipo de método de pesquisa” (Brannen, 2005, p. 4).

A elaboração deste trabalho de investigação englobou uma primeira fase de pesquisa bibliográfica com vista à revisão de literatura “para conhecer o estado-da-arte sobre a investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13). Numa fase posterior foram aplicados os métodos qualitativo e quantitativo, pela realização de entrevistas semiestruturadas, tratadas posteriormente através da análise de conteúdo, a qual permitiu “um alcance de natureza quantitativa e/ou inferencial” (Espírito Santo, 2010, p. 66), bem como pela análise estatística dos Relatórios Diários das EPRI.

O *corpus* da análise é “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2004, p. 96). Deste modo, na presente investigação distinguem-se três *corpus* submetidos a análise: o primeiro, constituído por documentação interna da PSP; o segundo, constituído pelas entrevistas aplicadas; e o terceiro, constituído pelos Relatórios Diários das EPRI.

Na fase respeitante à aplicação de técnicas qualitativas, destaca-se a técnica de análise documental que, é uma operação ou um conjunto de operações que pretende representar o conteúdo de um documento de modo diferente do original, para facilitar, num estado subsequente, a sua consulta e referência (Bardin, 2004).

Relativamente à documentação oficial da PSP, devemos referir a codificação que atribuímos à documentação que foi consultada, em concreto os documentos oficiais que merecem atribuição de classificação de segurança, pelo que apenas são referidos genericamente, sem proceder à sua total identificação nem à citação de conteúdos sensíveis.

Posteriormente à análise documental, optámos pela elaboração de entrevistas, uma técnica que se baseia “na capacidade de estabelecimento de uma relação de confiança e à-vontade com o entrevistado, de forma que se consigam respostas fidedignas” (Espírito Santo, 2010, p. 30). A realização destas, de modo presencial e com um objetivo exploratório, visou analisar o processo de criação, implementação e caracterização das EPRI no panorama de policiamento da PSP, pelo que foram escolhidos como interlocutores privilegiados os elementos com funções de comando e direção policial que estiveram envolvidos na criação das EPRI, bem como atuais Comandantes.

Realizou-se, subsequentemente, a transcrição das mesmas e uma análise de conteúdo que nos permitiu obter um conjunto de informações de discursos personalizados, essenciais na recolha de dados descritivos, e que possibilitaram atingir alguns dos objetivos propostos, dando resposta à nossa problemática.

Por fim, foram aplicados métodos quantitativos para a análise dos relatórios diários das EPRI do Comando Metropolitano de Lisboa, com um tratamento estatístico dos dados neles contidos, recorrendo à análise estatística descritiva, univariada e bivariada.

IV.1. ENTREVISTAS

O inquérito realizado, através de entrevistas, visou condensar informação disponibilizada pelos entrevistados, fruto da sua atividade profissional, e permitiu produzir um “corpo” de conhecimento. As entrevistas foram realizadas junto de um conjunto de sete Oficiais da PSP que, quer em fase mais recuada da sua carreira, quer numa posição mais recente, tiveram grande proximidade com o processo de implementação das EPRI na PSP e no Comando Metropolitano de Lisboa, ou, em fase anterior, noutros Comandos, em diferentes condições operacionais, cujas entrevistas se podem consultar no Apêndice II.

O guião de entrevista foi validado quanto ao seu conteúdo, forma e escrita pelo Orientador. Uma vez feita a aplicação do pré-teste ao primeiro entrevistado, este não mereceu qualquer tipo de alteração ao guião inicial.

IV.1.1. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica que visa a obtenção de inferências válidas e replicáveis com base em documentação ou textos que detenham especial importância sobre determinado tema (Krippendorff, 2004). Deste modo, “a análise de conteúdo fornece pistas, aumenta a compreensão do pesquisador acerca de um fenómeno particular” (Krippendorff, 2004, p. 18), assumindo especial importância no contexto das ciências sociais (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Bardin (2004) estrutura a técnica da análise de conteúdo em três fases distintas: a pré-análise e exploração dos documentos; a exploração e codificação do material a partir das unidades de registo; e, finalmente, o tratamento dos resultados, categorização, inferência e interpretação. A primeira fase abrange a escolha dos documentos a serem analisados, uma “leitura «flutuante»” (Bardin, 2004, p. 96), de modo a adquirir uma familiarização com os mesmos, definir o material a estudar e sistematizar ideias.

A etapa de exploração e codificação do material, abrange as operações de codificação, que correspondem “a uma transformação (...) dos dados brutos (...) permitindo atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (Bardin, 2004, p. 103). A codificação é então

um processo que visa agregar os dados brutos em unidades, permitindo a descrição exata das características que são pertinentes no conteúdo (Holsti, *cit in* Bardin, 2004). Definidas as categorias de análise, os dados são passíveis de estudo de acordo com distintas unidades de análise: unidade de registo, unidade de contexto e unidade de enumeração.

Por fim, ocorre a fase do tratamento, categorização e interpretação dos resultados, com o objetivo de obter dados “significativos («falantes»)", em que o analista propõe inferências e adianta interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2004, p. 101).

Neste sentido, “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (Moscovici e Henry *cit in* Sarmento, 2013, p. 46), técnica que “analisa numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras, agregando-as em categorias” (Sarmento, 2013, p. 47).

No presente trabalho de investigação foram definidas subcategorias de análise, cada uma delas enquadrando distintas unidades de registo, de modo a registar a existência e a frequência de conceitos referidos pelos entrevistados. O método de análise empregue foi exploratório, visto não existir uma categorização anterior, realizado com a intenção de realçar as opiniões dos entrevistados.

IV.2. MÚLTIPLOS NÍVEIS DE REALIDADE SOCIAL

Para efeitos de descrever e caracterizar o processo de origem das EPRI, no âmbito do inquérito foi importante criar uma teoria sobre os processos de influência social, que designámos por “níveis de influência socioprofissional”, que explicamos de seguida. Com base nesta teoria, foi por nós definida uma hipótese de investigação para caracterizar os distintos níveis de influência socioprofissional que estiveram na origem das EPRI: micro, meso e macrosocial. A sua verificação ou refutação será realizada com base na análise das entrevistas realizadas.

A sociologia, ciência que nos auxilia a entender o mundo social, abrange distintas perspetivas sobre quais são as mais importantes questões que melhor nos podem ajudar a compreender as características fundamentais do mundo social (Johnson, 2008). Uma das mais evidentes diferenças é a divisão entre os teóricos que se focam nos processos sociais de nível micro, e os que privilegiam o estudo do nível macro.

Se abordarmos o ponto de vista micro, focamo-nos nas interações face-a-face, nos relacionamentos, em encontros, conversas, ou seja, em processos que são influenciados pela identidade, motivação e comportamento de cada um de nós (Johnson, 2008). O nível de influência micro decorre de um processo essencialmente individual, que pode, *e.g.* emergir por força do carisma de um líder (formal ou de opinião), no seio da própria

instituição. Este nível pode resultar, parcialmente, de influências macro e meso, mas assume-se como individual, no sentido em que o seu mentor ou autor capta a atenção dos demais e se posiciona como o criador da solução A ou B.

De modo contrário, “o nível macro envolve um esforço para compreender os sistemas sociais de larga-escala, incluindo a sociedade em geral, as suas instituições e como estão interligados, a estrutura da sua classe socioeconómica, e as suas relações com outras sociedades no nosso mundo incrivelmente globalizado” (Johnson, 2008, p. 8). Neste âmbito, somos afetados em larga escala por forças económicas, políticas, sociais e culturais, resultantes de decisões e ações humanas, que não controlamos. Englobamos neste nível os processos de conhecimento provenientes das ciências policiais e que se encontram fora da instituição, sediados em fontes de informação como literatura técnico-científica, observação de práticas de trabalho policial existentes noutros países, ou conhecimento decorrente da participação de responsáveis da instituição em fora internacionais.

Quer um quer outro nível são igualmente importantes e, entre eles, podemos apontar um nível meso, ou intermédio, no qual “as estruturas ou formações sociais através das quais os micro processos de relações sociais face-a-face podem ligar-se com os padrões de nível macro da sociedade em geral” (Johnson, 2008, p. 8). Como exemplos de estruturas de nível meso podemos enunciar as comunidades, as classes sociais, classes profissionais, entre outros. O nível de influência meso decorre de processos de conhecimento elaborados internamente (i.e. na instituição), resultantes de ações de análise e reflexão, nomeadamente em sede de grupos de trabalho, investigação interna (por exemplo teses ou dissertações) ou de investigação elaborada em parceria.

IV.3. MATERIAL EMPÍRICO UTILIZADO: RELATÓRIOS DIÁRIOS DAS EPRI

Para o cumprimento deste objetivo foram analisados 363 relatórios relativos ao primeiro trimestre dos anos 2015, 2016 e 2017, constituindo um resumo de 2904 horas de policiamento (8 horas/turno) efetuadas por 1905 polícias, no total.

Importa referir que os dois primeiros trimestres analisados (2015 e 2016) dizem respeito às EPRI sediadas na Divisão Policial de Sintra. O primeiro trimestre de 2017 corresponde à agregação das equipas de Sintra e de Loures sob a dependência hierárquica da AO do COMETLIS, pelo que existia um número superior de relatórios para análise.

Para melhor entendimento da análise realizada, anexa-se exemplar do relatório preenchido diariamente pelas EPRI (Anexo 6). Ainda mencionar que são focados os campos que entendemos serem os mais relevantes para os objetivos que tínhamos para cumprir, nomeadamente: “Turno”, “Meios humanos”, “Meios materiais”, “Resultados operacionais”, “Locais onde efetuou serviço/Operação”, “Expediente” e “Informações complementares”.

CAPÍTULO V. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Esta etapa da dissertação visa obter resposta às questões levantadas, com o objetivo de responder à nossa problemática. Neste sentido procederemos à análise do nosso *corpus* de forma faseada, consoante a ordem das questões da problemática formulada.

QUESTÃO 1: O que está na génese de uma tática de policiamento?

Para atingirmos o propósito desta questão recorreremos às respostas obtidas (transformadas em unidades de registo) na Questão 1 do guião da entrevista (vide Quadros 1 e 2 do Apêndice III):

Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática.

A contabilização das unidades de registo (u.r.) (através da frequência com que foram mencionadas) põe em evidência que os entrevistados privilegiam a ‘necessidade’ (42,9%), algo entendido como uma resposta diante de um desafio colocado à instituição, e que é entendido como a ignição que origina uma nova opção tática, sem que este enunciado seja, contudo, maioritário no conjunto dos enunciados produzidos.

O interesse em se dicotomizarem as respostas por subcategorias, ‘problema’ e ‘contexto’, reside na possibilidade de apreender que os entrevistados concentram os seus argumentos para explicar a origem de um novo recurso tático no que designamos por problema (no conjunto das duas subcategorias, 71,5%, cfr. ainda Quadro 2 do Apêndice III).

De referir também a menção ao processo de importação de modelos (7,1%), nomeadamente através da observação do trabalho técnico-operacional desenvolvido por outras Polícias, que poderá influenciar a decisão da criação de um novo recurso tático.

Não deixa de ser focada a ‘evolução da sociedade’, por nós enquadrada na subcategoria ‘contexto’, representando 21,4% das respostas, que “tem sido grande” (Entrevistado 1). Nesta subcategoria o que parece estar em causa é a explicitação de uma mudança tático-operacional movida por uma pressão externa: “a polícia vive processos constantes de adaptação à realidade, que está em constante mudança, com desafios novos e diferentes” (Entrevistado 3), evidenciando a inserção da Polícia no tecido comunitário e a sua sujeição à dinâmica societal e às transformações sociais, que a leva a adaptar-se (Oliveira, 2006) e a responder às exigências que a sociedade pós-moderna lhe coloca. Verificamos que foi focada a dinâmica societal e o que esse fenómeno implica na atividade policial, não existindo, no entanto, qualquer referência a indicações governamentais que determinassem a criação de um novo recurso operacional.

Para reforçar esta ideia, e sabendo que “os sistemas policiais não são estáticos, tendem a acompanhar as mudanças sociais e políticas” (Oliveira, 2006, p. 112) as organizações policiais estão sujeitas a transformações, derivadas, entre outros, da sua falta de eficácia ou de eficiência, e despoletadas através de um conjunto de iniciativas reformadoras, quer de natureza macro quer de natureza micro (Oliveira, 2006). Ainda, de acordo com o mesmo autor, por reformas macro podemos enunciar medidas ao nível político tendentes à atribuição de tarefas de segurança, por exemplo aos municípios, bem como a articulação das áreas geográficas entre FSS. Por outro lado, as reformas do tipo micro são as que dizem respeito a medidas dentro das organizações policiais, como a implementação de novas práticas, novos processos de gestão e novas missões de um novo modelo de organização policial (Oliveira, 2006).

As EPRI manifestam-se assim como um claro exemplo de reforma policial ao nível micro, tendo sido a sua criação concretizada em resultado da necessidade imposta por fatores como a criminalidade e violência urbanas, bem como de fatores inerentes à própria organização com a adoção de novas práticas policiais. Este recurso enquadra-se assim no pensamento de Oliveira (2006) que define a existência de “fatores externos e internos que concorrem para a necessidade de adoção de reformas macro e micro, baseados nos novos paradigmas de intervenção” (p. 92). Este novo recurso tático da PSP concorre, a par de outras medidas e filosofias, para o encontro de “um modelo que seja mais eficaz no combate ao crime e ao sentimento de insegurança” (Oliveira, 2006, p. 97).

Em síntese, podemos apurar pelas respostas obtidas que a origem de um novo recurso tático se relaciona fortemente com a análise do meio em que a Polícia se insere, nomeadamente pela análise das dinâmicas sociais, particularmente da criminalidade registada, e do trabalho desenvolvido pelas Polícias congéneres.

QUESTÃO 2: Como se formam e adaptam as táticas de policiamento?

Para percebermos o processo de formação e adaptação das táticas de policiamento, recorreremos à questão 4 do guião de entrevista, cujo objetivo foi congregar os marcos históricos e relevantes do processo de criação das EPRI, até à atualidade. Analisemos as respostas à questão:

Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

A contabilização das unidades de registo obtidas nesta questão é baseada na definição das subcategorias ‘pré-criação’, ‘criação’, ‘implementação’, ‘atualidade’ e ‘outro’, de modo a agrupar os argumentos das respostas nos distintos estágios de implementação das EPRI (*vide* Quadros 7 e 8 do Apêndice III). As respostas obtidas evidenciam que os entrevistados privilegiam a subcategoria ‘criação’ (47,8%), seguida da subcategoria

‘implementação’ (21,6%), que agrupou as u.r. referentes aos marcos do processo de implementação do recurso no terreno.

Em termos de u.r., a etapa da definição de meios materiais, surge em 17,4% das respostas, seguida da definição de doutrina (13,0%). Com menor relevância são referidos os processos de seleção e formação de RH (8,7%), os obstáculos à criação das EPRI (8,7%), o projeto piloto no CD Setúbal (8,7%), e a sua aplicação no policiamento de grandes eventos (8,7%). Registamos ainda respostas apontando o marco da ideia do recurso (4,3%), a tentativa de alargamento do projeto piloto (4,3%), a implementação noutros Comandos (4,3%), a colocação das EPRI de Lisboa na dependência da AO do COMETLIS (4,3%), a descaracterização do recurso (4,3%), um recurso em processo de consolidação (4,3%), a necessidade de reflexão (4,3%) e, 4,3% não respondeu. Salvo um ou outro entrevistado que tenha indicado datas, a maioria dos respondentes não conseguiu precisar o período temporal.

O primeiro marco distinguido foi a “ideia”, pelo Entrevistado 4, algures no ano de 2009. A maioria das respostas situou-se numa fase inicial de criação das EPRI, período de definição de meios, de alguma doutrina e de RH, facto compreensível pois a maioria dos entrevistados esteve diretamente ligada à sua criação e não tanto à atualidade do recurso. Enquanto alguns entrevistados focam a necessidade de balizar a atuação das equipas ou de “(...) se criar normas e definir técnicas e táticas de utilização dos meios” (Entrevistado 4) nesta fase inicial, outros destacam a criação efetiva de doutrina para as EPRI, ocorrida em 2014, com a Diretiva Operacional. São também referidas as dificuldades sentidas na criação do recurso tático, nomeadamente os constrangimentos financeiros e orçamentais, bem como alguma resistência quer por parte do efetivo policial, quer pela ação de comando, como referiu o Entrevistado 4, quer pelo efetivo no geral, por desconhecem aquela nova forma de policiar e de atuar (Entrevistado 1). Referência incontornável no percurso histórico das EPRI é o Projeto-piloto do CD Setúbal, no entanto apenas foi referido por alguns dos entrevistados.

No âmbito do projeto-piloto, e através da documentação a que nos foi dado acesso, averiguámos que, numa fase inicial, ainda antes de estarem em funcionamento, as EPRI tiveram designação de “Equipas MOTO”, definidas como um “modelo de policiamento reativo” e funcionando integradas na Diretiva das ERT e ERTE, que terá sido adaptada. Este documento apresenta muitas similaridades à atual Diretiva Operacional que define a doutrina das EPRI, com exceção da prerrogativa que definia a sua resposta apenas e exclusivamente a ocorrências de roubo (com ameaça de violência, com armas brancas ou de fogo), requisito que já não se verifica na atualidade. Além disso, as equipas MOTO eram de dois tipos: visíveis e encobertas, com a utilização de motociclos caracterizados e descaracterizados, respetivamente.

No âmbito da definição cronológica do recurso, na consulta de documentos orientadores da PSP, deparámo-nos com um documento que resume a atuação das EPRI nos seis meses de experimentação no CD Setúbal, o qual realiza uma avaliação desse recurso, designado por Relatório Semestral das EPRI de Setúbal.

Este projeto, com base na documentação consultada, decorreu desde julho de 2009 e foi alvo de avaliação em janeiro de 2010. Iniciado com um total de 6 motocicletas e 12 elementos, foram abertas candidaturas para os elementos policiais que reunissem determinadas condições (entre as quais a habilitação legal para a condução de motocicletas) submetidos a um processo de seleção findo o qual, foram submetidos a um plano de formação com a duração de uma semana, formação essa que não incluiu condução de motocicletas, nem formação ao nível de atuação em deslocação, ou na abordagem de suspeitos. Parece-nos que existiu uma grande lacuna na formação dos primeiros elementos a integrarem as EPRI, o que revela que não existiu a estruturação suficiente e o estabelecimento de doutrina necessários para o cumprimento eficaz dos objetivos delineados para este recurso tático.

Neste documento, reúne-se a informação relevante e respeitante a todo o trabalho levado a cabo com as EPRI, desde a seleção, passando pela formação realizada e fazendo referência ao tipo de serviço que realizaram em seis meses de experimentação. Reconhece-se como objetivo principal da criação das equipas, a reação imediata e a prevenção, sendo que em termos de empenhamento em serviços policiais, refere-se o seu trabalho de prevenção e visibilidade em áreas consideradas mais críticas, o apoio a operações policiais (quer no âmbito da fiscalização rodoviária quer em operações especiais de combate à criminalidade). Segundo o documento, as EPRI revelaram-se, no período experimental, um potencial de relações públicas e imagem, algo não planeado, resultante da sua visibilidade e interação com os cidadãos. Depreendemos daqui algumas opiniões dos entrevistados que remetem a transmissão de um sentimento de segurança destas equipas à população. Constatamos assim neste articulado um efeito de serendipidade da investigação empírica, i.e., algo que ocorre ou se descobre por mero acaso, sem se esperar, o que não deixa de ser significativo no âmbito da atividade policial e merece a nossa reflexão.

Surge neste documento, no entanto, uma referência menos positiva, entendendo-se os resultados práticos e imediatos praticamente nulos: apenas 7 detenções em 6 meses, que não correspondem ao investimento nem à expectativa gerada, o que levou ao despacho de constituição de um grupo de trabalho visando a análise do modo de trabalho, a elaboração de doutrina e a proposta de novos métodos de trabalho. Não nos foi possível confirmar a existência deste grupo de trabalho, nem os resultados que o mesmo obteve. Tal como não nos foi possível averiguar a existência de algum grupo de trabalho prévio à criação das EPRI, não existindo evidências nesse sentido, algo confirmado pelo

Entrevistado 6, quando questionado sobre o assunto no âmbito da questão 4 do guião de entrevista. No entanto, a doutrina que se ambicionava surge apenas no ano de 2014, altura em que se alargou a implementação das EPRI ao Comando de Lisboa, o que revela a existência de um intervalo temporal considerável entre a implementação do recurso operacional e o surgimento da doutrina que o deve orientar e balizar.

O alargamento do conceito surge, não à primeira tentativa, mas sim após a seleção e formação de 12 polícias, cuja classificação do “1.º Curso de Formação das Equipas de Prevenção e Reação Imediata” (decorrido entre 6 e 15 de junho de 2011) foi publicada em OS do COMETLIS de novembro de 2011. Devemos referir que este curso não foi reconhecido como curso para EPRI pois à época não existia Regulamento do Curso, o que veio a acontecer apenas em fevereiro de 2016. Também estas equipas, que se pretendia que integrassem operacionalmente e administrativamente a AO do COMETLIS, não chegaram a integrar o efetivo do mesmo, uma vez que o seu início foi sendo adiado por dificuldades relacionadas com a obtenção de equipamento, ainda que chegassem a ser realizados esboços de uma Diretiva Operacional.

Após esta tentativa infrutífera, a 5 de agosto de 2014 é, de novo, aberto convite em OS do COMETLIS para ingresso nas EPRI. Relevamos a formação de 27 novos elementos com o “1º Curso de Técnicas de Intervenção Policial para EPRI 2014”, com a duração de 100 horas, que constituem um aumento de horas de formação relativamente às formações ministradas em Setúbal e na primeira formação do COMETLIS. Esta formação, apesar de ser prévia à aprovação do Regulamento do Curso de Técnicas de Intervenção Policial para Motociclistas (CTIPM), já decorreu dentro das normas que este define. Considera-se nesta altura concluído o primeiro marco de alargamento das EPRI no panorama policial da PSP, em concreto no COMETLIS. Seguiram-se outros Comandos, informação que apurámos no RA 2015, nomeadamente o COMETPOR e o CD Faro, no âmbito da intenção de “reforçar a presença, a visibilidade e a intervenção das Forças de Segurança” (PSP, 2016c, p. 76).

No que diz respeito ao Comando de Lisboa, surgiu a 11 de fevereiro de 2016 um novo convite em OS para a constituição de Bolsa de Recrutamento para as EPRI que, após seleção de candidatos e realização do “1º Curso de Técnicas de Intervenção Policial para Motociclistas 2017” (na prática, o segundo curso oficial de formação das EPRI de Lisboa), resultou a formação de 10 elementos.

De referir que atualmente as EPRI de Lisboa são constituídas por 26 elementos, subdivididos em quatro equipas operacionais.

Outro dos acontecimentos referidos nas entrevistas foi o facto das EPRI de Lisboa, numa primeira fase aplicadas nas Divisões de Sintra e Loures, passarem a partir de janeiro de 2017 a depender operacionalmente da AO do COMETLIS, tal como se objetivava na “tentativa” de 2011. Quanto a esta opção do COMETLIS, existem opiniões distintas: o

Entrevistado 2 entende, quando responde à questão 8 do guião de entrevista, que “(...) a dependência orgânica das EPRI tem tido demasiadas alterações” referindo na questão 5 que “(...) as EPRI deveriam depender das Divisões e não do Comando. Porque dessa forma, não dependem do nível tático, mas do nível operacional. Deixam de ser um recurso tático para passarem a ser um recurso operacional”, referindo-se à NEP dos Níveis de Comando e Controlo na PSP. Defende uma opinião contrária o Entrevistado 3, que considera esta aglomeração das EPRI “(...) um grande marco estratégico”, que possibilitou às equipas “(...) a dependência de um canal hierárquico único (...) [estarem] em sintonia e com critérios de atuação iguais”. Relativamente a esta questão, refere a Diretiva Operacional que as mesmas tanto podem depender hierárquica e operacionalmente dos Chefes dos Núcleos de Operações dos Comandos como do Comando da Divisão Policial, dependendo do que se revelar mais ajustado à realidade local.

Foram também referidas outras considerações, no âmbito da subcategoria da “Atualidade” das EPRI, também em menor percentagem de opiniões, mas que consideramos relevante abordar, como é o caso da sua aplicação em grandes eventos, referida pelos Entrevistados 2 e 3, no entanto, uma vez mais, com opinião contrária. Enquanto que o Entrevistado 3 defende a grande vantagem de empenhar as EPRI em grandes eventos como policiamentos desportivos ou manifestações, o Entrevistado 2 reconhece esse facto mas entende que leva a uma descaracterização do recurso, sugerindo uma reflexão acerca do assunto, ponderando o facto de tais intervenções não estarem previstas na missão das EPRI. Este é um assunto sobre o qual voltaremos a incidir a jusante, quando caracterizarmos as EPRI.

Em síntese, a cronologia de uma tática de policiamento, nomeadamente das EPRI, inicia-se com uma ideia, que passa depois à fase da concretização pela definição de meios materiais e humanos, bem como de alguma doutrina (adaptação das EPRI à Diretiva Operacional de outros recursos previamente existentes). Segue-se o período de experimentação, através de um projeto-piloto, submetido a um processo de avaliação que, viabiliza (neste caso específico) a implementação do recurso tático noutras Unidades da PSP. Após todas estas etapas é elaborado documento orientador e o Regulamento de Formação, após realizados pelo menos três cursos de formação específica para as EPRI (em Setúbal e Lisboa). Sintetizamos a resposta a esta questão com a cronologia do recurso apresentada no Apêndice IV.

QUESTÃO 3: de que forma se articulam/equilibram as distintas táticas de policiamento?

Para concretizar a resposta a esta questão cingimo-nos à análise da questão 5 do guião de entrevista, cujo leque de respostas foi bastante alargado. Na resposta à questão,

Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento (*vide Quadros 9 e 10 do Apêndice III*).

Para a análise desta questão, e de modo a simplificar a interpretação de resultados, entendemos agrupar as repostas nas subcategorias: 'vantagem', 'articulação', e 'desempenho ao nível operacional', pretendendo explorar o enquadramento das EPRI com a restante atividade operacional.

As EPRI surgem como um complemento ao policiamento em geral na maioria das respostas (25%), evidência confirmada pelo peso da subcategoria 'desempenho ao nível operacional' (60%), que menciona diferentes empenhamentos das EPRI, não necessariamente em conjunto com as EIR. Mas surgem outras interpretações, minoritárias no conjunto dos enunciados produzidos, considerando-as como um complemento específico às EIR (10%). Estas respostas vão ao encontro do disposto no seu documento orientador, que prevê na missão das EPRI a complementaridade aos recursos dos Comandos, assim como complementar os patrulhamentos a pé e auto, aumentando a visibilidade e a facilidade de deslocação. Refere também o complemento à intervenção das Equipas de Intervenção Rápida (EIR), das Equipas de Reação Tática (ERT) e das Equipas de Reação Tática Encoberta (ERTE).

Analisando outras u.r., 15% das respostas distinguem a capacidade de reação rápida das EPRI, 10% focam a sua vertente "*hardpolicing*", e 10% referem a sua capacidade de contenção. Outros entrevistados compreenderam as EPRI como uma mais-valia (5%), um complemento aos níveis de intervenção policial (5%), a intervenção em ZUS (5%), o enquadramento na NEP dos Níveis de Comando e Controlo na PSP (5%), a sua componente de prevenção e visibilidade (5%) e, também como um meio de reforço à restante atividade policial (5%).

No âmbito da subcategoria 'desempenho ao nível operacional', o Entrevistado 2 enumera possíveis enquadramentos complementares das EPRI com os restantes dispositivos, conciliando-as com a doutrina dos Níveis de Intervenção Policial (*vide Anexo 4*) consolidados na PSP. Estes níveis conjugam, de acordo com Oliveira (2015) duas correntes doutrinárias: a gestão negociada da força e a manutenção e reposição da ordem pública, aparentemente contraditórias. Uma mais preventiva e outra mais reativa, que é aplicada quando não há possibilidade de "negociar", que poderá escalar para uma intervenção de nível 5. De referir que do 1º ao 3º nível a manutenção da ordem é realizada por forças territoriais, exigindo-se no 4º e 5º níveis a intervenção de forças especializadas, que farão a reposição da ordem pública (Oliveira, 2015). Refere o Entrevistado 2 que as EPRI se enquadram no terceiro nível de intervenção policial, o que vai de encontro ao defendido por Oliveira (2015), bem como ao disposto na Diretiva Operacional, que considera as intervenções das EPRI de 1º nível e superior.

O Entrevistado 2 sugere também a conciliação das EPRI com a atuação nas ZUS (enquadrada em Diretiva Estratégica) e também com a NEP dos Níveis de Comando e Controlo na PSP, “(...) sendo claramente um recurso tático que está à disposição dos comandos (...)”. É ainda referida pelo mesmo entrevistado a contribuição das EPRI para uma “elevada visibilidade”, bem como “(...) algumas características quase que bélicas ou musculadas (...)”, o que enquadra estas equipas num tipo de policiamento “*hardpolicing*”, algo também constatado pelo Entrevistado 5, quando refere que se procurou “(...) criar mais músculo (...)”. Estas respostas vão ao encontro do defendido por Torres (2016) na sua interpretação do posicionamento global da PSP ao longo dos tempos (Anexo 5), e na qual considera que o policiamento que realizamos na atualidade oscila entre um “*hard-pol*” e um “*tech-pol*”, o que significa que aliamos a tecnologia ao equipamento, privilegiando um policiamento mais musculado e mais robusto, que recorre à tecnologia para se tornar mais eficiente.

Ainda, a apontar a consideração das EPRI como uma mais-valia: “(...) um meio de grande valia essencialmente no que concerne à resolução de ocorrências”, algo que será desenvolvido numa questão apresentada adiante. Há uma percentagem considerável de referências à u.r. ‘reação rápida’: “(...) para melhorar a reação e aumentar a capacidade reativa, tornando mais efetiva uma ação necessária” (Entrevistado 5), dotadas de “(...) capacidade de rapidez e mobilidade (...)” (Entrevistado 6), “são equipas de reação imediata (...)” (Entrevistado 1). Além destas características que vêm complementar a atividade policial já existente, são enunciadas também na contenção de desordens, nomeadamente “(...) fazendo a contenção inicial do local onde havia a intervenção, esperariam pelo reforço da área territorial (um CP ou uma EIR)” (Entrevistado 1), ou, como refere o Entrevistado 6: “as EPRI por si só não resolvem o problema mas têm capacidade de contenção até que possam chegar reforços” funcionando como um meio de reforço, de reserva. Temos de discordar desta opinião pois esta afirmação apenas é verdadeira em algumas situações, como reflete a Diretiva Operacional ao definir que as EPRI intervêm, entre outras, em situações de alteração da ordem pública que envolvam um número reduzido de intervenientes.

Em síntese, atendendo às respostas dadas, as EPRI apresentam-se como um complemento às já existentes táticas, nomeadamente às EIR, podendo ser enquadradas nalguns normativos da PSP onde não estão especialmente previstas e, consequentemente na atividade operacional que aqueles documentos definem. Em termos percentuais da subcategoria ‘desempenho ao nível operacional’, a maioria das respostas foca a complementaridade na resposta essencialmente ao nível da reação rápida, não olvidando a sua capacidade de contenção, nem a sua imagem mais musculada, de modo a potenciar a eficácia do policiamento realizado pela PSP.

QUESTÃO 4: O que são as EPRI?

A esta questão pretendemos dar resposta com a análise da questão 2 do guião de entrevista, bem como com o definido na Diretiva Operacional. Relativamente à entrevista, na qual se pergunta:

Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP (*vide Quadros 3 e 4 do Apêndice III*).

As respostas, dicotomizadas por subcategorias, ‘locais de atuação’ e ‘características’ e ‘modo de atuação’, demonstram que os entrevistados caracterizam este recurso tático essencialmente com base no seu ‘modo de atuação’, que concentra 48,1% dos argumentos, seguido das ‘características’, que congregam 40,7% das unidades de registo. Os entrevistados concentram os seus argumentos para explicarem o entendimento que têm das EPRI no conjunto destas duas subcategorias (88,8%).

A contabilização das unidades de registo põe em evidência que os entrevistados privilegiam a ‘reação imediata’ (18,5%), algo entendido como uma característica indissociável das EPRI, sem que este enunciado seja, contudo, maioritário no conjunto dos enunciados produzidos. Relativamente à frequência das u.r., são ainda relevantes as menções às EPRI como uma mais-valia operacional (14,8%), um recurso de atuação em meio urbano (11,11%) e, em igual percentagem (11,11%) as EPRI foram caracterizadas pela sua mobilidade. Outras respostas surgem referindo a eficácia/eficiência (7,4%), a prevenção (7,4%), a resposta à criminalidade violenta e grave (7,4%), uma primeira linha de intervenção (7,4%), a especialização (3,7%), a motivação (3,7%), a dissuasão (3,7%) e, por fim, a visibilidade (3,7%).

Verificamos que esta questão obteve um espectro alargado de respostas, pelo que consequentemente se observaram entendimentos distintos do que são as EPRI. A maioria das respostas incidiu na vertente da reação imediata destas equipas, seguida da opinião de que é um recurso que constitui uma mais-valia operacional (14,8%), quer por ser um “(...) recurso tático para “toda a obra”, dependendo da opinião e entendimento do respetivo comando” (Entrevistado 7), quer por trazerem “(...) vantagens acrescidas em relação àquilo que tínhamos até este momento” (Entrevistado 1), ou por serem “(...) um meio operacional de grande valia para a realidade do COMETLIS e para a Polícia de Segurança Pública (...)” (Entrevistado 3). As respostas convergiram ainda para duas características: o facto de atuarem em meio urbano, meio natural de atuação da PSP, e a mobilidade que as mesmas apresentam. São também apontadas como um recurso eficaz e eficiente pelos entrevistados 3 e 6: “(...) permitem que o serviço por elas desenvolvido seja eficiente” (Entrevistado 3) e apresentam-se como “um recurso ótimo, muito eficaz. São caracterizados fundamentalmente pela sua eficácia (...)” (Entrevistado 6).

Quanto a este ponto, teremos de questionar qual será o modo de medirmos a eficácia destas equipas? Será que foi por existir uma diminuição da criminalidade nos locais onde atuaram? A existir uma diminuição, que não fez parte dos objetivos do presente trabalho averiguar, será diretamente causada pela intervenção das EPRI? Poderá dar-se o caso de que tal ocorra, mas não será apenas deslocalização da criminalidade? Este é um tema que está longe de ser unanimemente considerado. A eficácia remete-nos para a capacidade de concretizar algo, logo, não podemos dizer que seja uma característica das EPRI pois qualquer dos meios existentes na PSP poderá ser eficaz, demorando talvez mais tempo para a concretização. Em termos de eficiência, talvez possamos atribuí-la às EPRI, se considerarmos a sua eficácia, no entanto conseguida em menor tempo, face à sua elevada flexibilidade e mobilidade.

Relativamente ao modo de atuação das EPRI, foram ainda apontadas características como a prevenção, o facto de serem uma primeira linha de intervenção e de se dedicarem à criminalidade violenta e grave. No que diz respeito à prevenção, refere o Entrevistado 5 que este recurso tático “(...) complementado com a questão da prevenção e da proximidade tem ótimos resultados junto da população”. Colocam-se aqui dois pontos pertinentes de análise: a prevenção e a proximidade. Serão as EPRI um recurso preventivo? Em que moldes? Serão as EPRI um recurso de proximidade? A resposta à primeira questão remete-nos para os Capítulos I e II, onde relembramos o disposto na CRP e na LOPSP relativamente à Polícia e a sua tarefa de prevenção criminal, o que abrange obviamente as EPRI. Da análise realizada ao nosso *corpus* podemos afirmar que as EPRI, antes de ocorrer um crime realizam prevenção direta, nos termos que refere Dias (2015). Podemos afirmar também que as EPRI realizam prevenção secundária, indo ao encontro do defendido por Oliveira (2006) ou dissuasão, no entendimento de Ramírez (2005). A partir do momento em que um crime ocorre, as EPRI reagem, realizando prevenção indireta, repressão, ou controlo criminal, atendendo ao postulado por Sousa (2003, *cit in* Dias, 2015).

A resposta à segunda questão implica lembrar o conceito do Policiamento Comunitário e do MIPP, explanados no Capítulo III, bem como a análise da Diretiva que define o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP. Este documento define o objetivo de potenciar as mais valias do policiamento de proximidade, em detrimento de um policiamento aleatório e eminentemente reativo. Apesar das EPRI realizarem o que se pode chamar de prevenção, não praticam os tipos de prevenção preconizados neste modelo de policiamento: prevenção primária, prevenção social e prevenção situacional, nem tão pouco realizam parcerias de segurança como apontado por Ponsaers (2001). No que diz respeito a este documento orientador do PIPP, este prevê uma polícia que combata as causas e as consequências do crime de modo articulado, objetivando-se um policiamento mais visível e eficaz e apostando-se no desenvolvimento de modelos de policiamento que

primem pela proximidade, visibilidade, dissuasão e interação com as comunidades e com os atores sociais. Apesar de existirem alguns conceitos comuns entre as EPRI e a proximidade praticada pelo MIPP, como a visibilidade, a dissuasão e a prevenção, entendemos que as EPRI não realizam proximidade, pelo menos nos termos definidos nos conceitos teóricos e na Diretiva Operacional, que não faz qualquer referência ao conceito de proximidade.

Relativamente ao facto de serem uma primeira linha de intervenção, estamos de acordo com as respostas obtidas e em posição de afirmar que tal ocorre pela sua chegada aos locais de forma antecipada, objetivo para o qual foram criadas: a reação rápida, potenciada pela elevada flexibilidade e mobilidade que os motociclos lhes proporcionam. No que concerne ao combate à criminalidade violenta e grave, resposta apontada alguns entrevistados, “as EPRI surgiram para fazer face à criminalidade violenta e grave (...) para poder fazer face a grupos mais violentos e mais organizados” (Entrevistado 2), para “(...) atuarem perante fenómenos criminais complexos (...)” (Entrevistado 3), algo que vai totalmente de encontro ao definido na Diretiva Operacional e na caracterização das EPRI, que faremos numa etapa mais adiantada do presente trabalho.

Há outras respostas que contemplam na definição das EPRI a especialização, a motivação, a dissuasão e a visibilidade, embora em menor percentagem, mas que não deixam por isso de ser fatores de caracterização. As EPRI são, de facto, um recurso especializado, na medida em que para um elemento policial pertencer ao efetivo daquelas equipas tem de reunir determinados requisitos e, ficar aprovado no CTIPM, o curso de formação e habilitação para pertencer às EPRI.

A dissuasão, já atrás referida, é uma característica com a qual temos de concordar face à natureza do recurso tático e ao poder imagético associado àquelas equipas.

No que respeita à motivação, não podemos opinar, algo que apenas poderíamos fazer questionando os próprios elementos sobre essa questão, o que não fez parte dos objetivos desta dissertação.

No que concerne à visibilidade estamos em posição de comentar esta característica recorrendo à NEP relativa ao Policiamento de Visibilidade, não podendo deixar de enquadrar as EPRI neste documento, apesar de não estarem nele previstas.

NEP – POLICIAMENTO DE VISIBILIDADE

Na introdução deste normativo interno da PSP é referida a aposta na visibilidade policial como um fator que potencia a tranquilidade, fazendo-se referência ao facto de, na prática a visibilidade policial ser um modo de prevenção, uma vez que se assume que seja evitado o cometimento de crimes quando se está perante a presença efetiva de polícias

uniformizados. Aqui encontramos, embora de modo indireto, referência ao conceito de dissuasão, praticado pelas EPRI, onde podemos enquadrar também a afirmação do Entrevistado 2, que refere as EPRI como um recurso tranquilizador: “(...) a sua presença (...) a sua atuação tem (...) do ponto de vista da perceção de segurança, um efeito positivo (...) perceção de tranquilidade às pessoas.”

Relativamente ao âmbito de aplicação, este normativo é aplicável a todo o dispositivo (onde inserimos as EPRI) em articulação com o MIPP, pretendendo-se a substituição progressiva do patrulhamento tradicional (definido como casuístico e aleatório) por um patrulhamento de visibilidade dirigido para locais de forte convergência de pessoas. Percebemos que as EPRI realizam este tipo de patrulhamento, pela resposta do Entrevistado 3, que menciona o patrulhamento em “(...) espaços de grandes aglomerados de pessoas, como é o caso dos interfaces, onde desenvolvem um policiamento de visibilidade”, bem como pela Diretiva Operacional, que define como objetivo operacional aumentar a visibilidade policial, em particular nas ZAOC, pretendendo que as EPRI sejam um dispositivo de elevada visibilidade policial, a par de uma forte componente de dissuasão. Reforçamos esta ideia com base na análise dos relatórios das equipas, o que demonstramos posteriormente.

Para definirmos uma EPRI, atendendo ao disposto na Diretiva Operacional, definimo-las como equipas operacionais que se deslocam em motociclos e que se qualificam pela sua elevada capacidade reativa. Além do que, operacionalizam e dão corpo aos conceitos de Polícia Integral e de JITS, quer pela alta capacidade operacional, marcada pelo efeito dissuasor, rapidez e versatilidade, quer pela forte componente de visibilidade policial. Em síntese, o documento orientador das EPRI define-as como um reforço de elevada capacidade e prontidão, rápida mobilização e empenhamento de meios para atingir o cumprimento das missões consignadas.

Em suma, podemos afirmar com base nas respostas obtidas que as EPRI se caracterizam essencialmente pela reação imediata e pela sua mobilidade, bem como pela visibilidade que transmitem. Estamos agora em condições de afirmar que as EPRI são um recurso visível, mas menos próximo. Poderão estas equipas representar um abandono da filosofia de proximidade? Será que a PSP estará numa fase de transição, buscando um novo paradigma? Ou podemos referir que as EPRI são parte de uma construção de um modelo de policiamento misto, que congrega características de diferentes modelos? Iríamos assim de encontro ao defendido por Monet (1991), Bayle (2006), Oliveira (2006) e Balestra (2006), quando referem que não há modelos puros, nem ideais, e ao encontro do postulado por Lasier (2016) quando diz que as organizações policiais podem, ao mesmo tempo, conjugar modelos de policiamento distintos.

QUESTÕES 5 e 6: Como e porque surgiram as EPRI? Quais os objetivos da sua criação?

A estas questões daremos resposta através da pergunta 3 do guião de entrevista, conjugado com o disposto na Diretiva Operacional (*vide* Quadros 5 e 6 do Apêndice III).

No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI.

Para estudarmos a origem das EPRI analisamos três subcategorias: ‘iniciativa’, ‘situação’ e ‘fenómenos criminais’. Destas, são mais representativas as subcategorias ‘iniciativa’ e ‘fenómenos criminais’, que concentram 73,6% dos argumentos.

A u.r. ‘3.1.1. PSP’ compreende 36,8% das respostas, que referem a origem das EPRI como uma iniciativa da PSP. Também 36,8% das respostas se enquadraram na u.r. ‘3.3.1. Criminalidade violenta e grave’, referindo os entrevistados este fenómeno como justificação para a criação do recurso. Alguns dos entrevistados enquadraram as suas respostas no âmbito da subcategoria menos referida (‘situação’), justificando o surgimento das EPRI com a insuficiência dos meios existentes (15,8%) e a necessidade (10,5%).

Relativamente à iniciativa, a opinião dos entrevistados, quando questionados sobre a origem das EPRI ser derivada de uma instrução governamental ou de uma iniciativa interna da PSP, foi unânime, afirmando todos eles ter-se tratado de uma clara intenção da PSP. O Entrevistado 1 aprofunda a resposta, especificando que foi uma iniciativa “da autoria do Diretor Nacional àquela altura, Superintendente-Chefe Oliveira Pereira (...)”, versão corroborada pelo Entrevistado 6: “(...) tendo o Superintendente-Chefe Oliveira Pereira sido determinante, pois foi uma decisão dele”. O Entrevistado 4 menciona ter assistido “(...) a um noticiário na televisão no qual apareceram umas equipas que se faziam transportar em motas, e equipadas com algum armamento, numa situação de desordem pública na Venezuela, (...) [tendo pensado que] algo semelhante pudesse ser a solução para o nosso problema.”

Estamos agora em condições de verificar, ou não, a hipótese teórica colocada para esta investigação.

H1: Existem diferentes níveis de influência (macro, meso, micro) no processo de criação e implementação de um recurso tático de policiamento, com uma expressão assimétrica, sendo o nível de influência macrossocial o que mais influi na criação de uma nova tática de policiamento.

A hipótese verifica-se. A ideia de criação das EPRI surgiu da visualização de imagens provenientes de um país da América Latina, desenrolando-se um processo de influência compreendido no fenómeno da globalização. Também se enquadra neste aspeto o processo de conhecimento adquirido pela PSP quando, conseguida a ideia deste recurso

tático, adquiriu conhecimento através da observação de práticas de trabalho existentes noutras realidades que não a portuguesa: “no amadurecimento da ideia analisaram-se outras forças congéneres, nomeadamente o exemplo de Israel” (Entrevistado 6). O mesmo respondente refere ainda que deve a PSP “(...) estar a par do que fazem outras forças congéneres (...) e é dessa análise que derivam algumas táticas”. Por sua vez o Entrevistado 3 assume: “(...) surgem porque a Polícia tinha conhecimento que esta tipologia de equipas já existiria noutras realidades, por exemplo em Israel e na América do Sul”.

Continuando a análise da nossa problemática (questões 5 e 6), no que respeita à situação que se fazia sentir no período temporal em que surgiu a intenção de criar as EPRI, as respostas abordaram duas tendências distintas: a insuficiência de meios e a existência de uma necessidade (reforçando o que haviam referido na primeira questão da entrevista). A insuficiência dos meios existentes foi referida em 15,8% das respostas: “(...) os meios normais não estavam a ser suficientemente eficazes para responder a essas ocorrências” (Entrevistado 2), “(...) os meios e táticas até então utilizadas se mostravam insuficientes” (Entrevistado 4) e “(...) a resposta inicial das ERT e das ERTE já não se ajustava” (Entrevistado 7). De referir que estas duas valências (ERT e ERTE) foram também constituídas como resposta à criminalidade violenta e grave, sendo constituídas por elementos das diferentes subunidades da UEP.

Outra subcategoria que revelou respostas unânimes foram os fenómenos criminais: a origem das EPRI como resultado da criminalidade violenta e grave que se fazia sentir, foi referida em 36,8% das respostas. Relativamente a esta questão, as respostas foram unânimes quanto ao tipo de criminalidade, embora houvesse distintos tipos de crime enumerados: *carjacking*, assaltos com recurso a motociclos, assaltos a multibancos, roubos, assaltos a ourivesarias e outros estabelecimentos comerciais e assaltos à mão armada.

No que diz respeito à Diretiva Operacional, salientamos a referência ao impacto negativo de alguns fenómenos sociais, bem como o incremento do grau de conflitualidade e de instabilidade social e também a existência de fenómenos criminais que causam impacto no sentimento de segurança dos cidadãos, nomeadamente os roubos na via pública. Desta situação, e de acordo com o documento analisado, deriva a necessidade de integrar na PSP modelos operacionais de maior eficácia no combate à criminalidade. De acordo com o documento referido, os objetivos gerais da criação das EPRI orbitam em torno da complementaridade do patrulhamento e do reforço da resposta policial, em ocorrências que envolvam graus de ameaça e elevados níveis de risco, bem como o aumento do sentimento de segurança dos cidadãos.

Podemos concluir que a origem das EPRI se deveu a uma situação de criminalidade violenta e grave, que revelou manifesta insuficiência por parte dos dispositivos existentes, verificando-se uma necessidade que levou, por sua vez, a uma solução desenvolvida pela

PSP. Esta decisão vai ao encontro do que defende Monet (2006, p.10): “a criação, na polícia, de grupos e de unidades especializadas pode, certamente, justificar-se pela necessidade de enfrentar situações e tipos de delitos particulares.”

Podemos ainda afirmar que a génese do conceito está diretamente relacionada com a importação de uma ideia, existente numa realidade muito distinta da realidade portuguesa, a todos os níveis, com diferentes necessidades de segurança daquelas que existem em Portugal, país considerado atualmente o terceiro país mais pacífico do mundo¹⁰. Deste modo, podemos deixar a questão: será que as EPRI são um recurso tático adequado à realidade portuguesa? Faz sentido na nossa realidade? Será que necessitamos deste modo de policiar?

QUESTÃO 7: Como se caracterizam as EPRI?

Por último, a nossa dissertação pretende caracterizar este recurso tático, propondo-nos, para atingir este desígnio, analisar numa primeira etapa as respostas obtidas às questões 6, 7 e 8 do guião de entrevista. Numa etapa posterior recorreremos aos relatórios diários das equipas, os quais examinamos exaustivamente. Da análise da sexta questão:

Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI, reunida nos Quadros 11 e 12 (Apêndice III), as respostas focam com unanimidade a prevenção (30,4%), do mesmo modo que referem a reação (30,4%). A análise desta questão está consignada às subcategorias ‘natureza’, ‘prevenção’ e ‘reação’, que contemplam, por sua vez, distintas unidades de registo. Verificaram-se ainda referências à visibilidade (13%) bem como à componente de dissuasão, que registou 4,3% de respostas, o que eleva a subcategoria ‘prevenção’ a detentora da maior representatividade de respostas, concentrando 48,1% das referências dos entrevistados.

Relativamente ao (des)equilíbrio entre prevenção e reação, verificamos que 13% das respostas apontam para a existência de um equilíbrio, enquanto que registamos 8,7% de respostas correspondente a um desequilíbrio, essencialmente em razão de considerarem a vertente reativa mais importante nas EPRI: “devem ter um caráter reativo e não preventivo (...) não foram constituídas para prevenir e sim para reagir rapidamente a situações de criminalidade grave e violenta” (Entrevistado 8). Também o Entrevistado 3 concorda com o desequilíbrio: “(...) as equipas têm um cariz muito mais operacional e de intervenção do que propriamente de prevenção (...)”.

Noutras respostas à mesma questão, e porque são termos interrelacionados com a prevenção, surgem as referências aos conceitos de dissuasão (4,3%) e visibilidade (13%). É o Entrevistado 1 que faz uma referência mais correta à prevenção realizada pelas EPRI:

¹⁰ De acordo com Relatório do *Institute for Economics & Peace*: “*Global Peace Index 2017*”.

“não chamamos bem de prevenção, embora elas no seu desenvolvimento façam prevenção”, resposta que enquadrámos na unidade de registo “dissuasão”. Relativamente à componente de visibilidade, respondeu o Entrevistado 5 que “(...) quando foram criadas, no seu espírito não estava a sua utilização para efeitos de visibilidade, embora saibamos que a têm (...)”, resposta reforçada pelo Entrevistado 3, que refere que as EPRI atuam em espaços de grandes aglomerados de pessoas desenvolvendo um patrulhamento de visibilidade.

Em síntese, percebemos pelas respostas dadas pelo núcleo de entrevistados que a prevenção e a reação são conceitos que se conciliam, uma vez que todos concordaram com a existência das duas valências, existindo, no entanto, opiniões diversas quanto ao modo como se conciliam, prevalecendo na maioria das respostas a ideia da existência de um equilíbrio entre prevenção e reação.

Aqui podemos questionar se não estaremos num nível de conhecimento que nos permita superar esta dicotomia prevenção/reação. Entendemos que são conceitos que devem coexistir, face à imprevisibilidade de alguns crimes que não se conseguem prever e exigem uma repressão. Estamos assim de acordo com o proposto por Gleizal (1997, *cit in* Oliveira, 2006) quando defende um novo paradigma da segurança a orbitar em torno de diferentes dimensões, entre elas, um equilíbrio entre prevenção e repressão e também com Oliveira (2006, p. 113): “(...) o que está em causa é encontrar um novo equilíbrio entre repressão e prevenção (...)”.

Relativamente à sétima questão colocada ao núcleo de entrevistados:

Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial, (vide Quadros 13 e 14 do Apêndice III) pretendemos averiguar qual a vantagem trazida pelas EPRI ao policiamento desenvolvido pela PSP. Para a análise desta pergunta, categorizámos as respostas nas unidades de registo ‘Natureza’, em respostas que enquadrem a natureza das EPRI, ‘Missão’, quando as respostas dadas remeterem para a importância da missão das EPRI, e ‘Aplicabilidade’, quando as respostas focam o facto das EPRI poderem realizar os mais diversos tipos de policiamento.

As respostas incidiram mais nas u.r. ‘Missão’ (42,9%) e ‘Aplicabilidade’ (42,9%). Focamos as respostas que incidiram na ‘Aplicabilidade’: o Entrevistado 1 afirma que este recurso operacional “dá para tudo (...) não consigo antever nada onde não se possa utilizar este tipo de recurso (...)”; o Entrevistado 3 refere que as EPRI têm uma “(...) latitude de atuação muito grande”; finalmente, o Entrevistado 7 prevê que este recurso “(...) poderá constituir um reforço do atual modelo de intervenção, ajustado por níveis (...)”. Destas afirmações, duas dão-nos a indicação de que as EPRI poderão estar inseridas nos mais

variados serviços de índole policial. Esta questão será averiguada nos registos dos relatórios de serviço analisados, após o que teceremos as nossas conclusões.

Por fim, quanto à oitava questão,

Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP (*vide* Quadros 15 e 16 do Apêndice III).

No que concerne a esta questão, temos como u.r. '8.1.1. Realizada', '8.1.2. Não realizada' e '8.1.3. Sugestões futuras'. A u.r. '8.1.1. Realizada' regista 40% das respostas dos entrevistados, considerando que a consolidação do recurso operacional já se encontra concretizada, e 40% das respostas aponta para a não consolidação do recurso ('u.r. 8.1.2. Não realizada'). 20% das respostas analisadas apontam ainda sugestões para a melhor consolidação do modelo.

Quanto à consolidação do recurso as opiniões dos entrevistados dividem-se, sendo que o Entrevistado 2 considera o recurso consolidado nuns aspetos e noutros não: "Sim, porque a sua presença (...) a sua atuação tem (...) do ponto de vista da perceção de segurança, um efeito positivo (...) traduz a introdução de uma metodologia mais musculada (...) equilibrando musculação com rapidez e com flexibilidade. Desse ponto de vista é positivo." No entanto, entende que não está consolidado porque "(...) temos de refletir bem na forma como estamos a empenhar as EPRI" referindo que existe uma grande discricionariedade no seu empenhamento, e porque "(...) a dependência orgânica das EPRI tem tido demasiadas alterações". Também o Entrevistado 3 entende que o recurso não se encontra consolidado pois "(...) é um meio policial que se está a desenvolver (...) encontrando-se (...) num nível de consolidação muito inferior quando comparado aos restantes meios policiais". O Entrevistado 5 concorda que há ainda um caminho a percorrer: "(...) obteve alguma consolidação e implementação ao nível nacional somente em 2014 (...) é um meio novo, estão ainda em aprendizagem e que poderá ainda dar mais do que deu. Penso que se poderá dizer que já está meio caminho feito". Por último, o Entrevistado 7 afirma que não considera que "a experiência até hoje obtida seja o suficiente para que se possa falar de recurso consolidado (...) os Comandos usam este recurso em diferentes situações, não se definiu ainda, objetivamente, a sua "mais valia", não se objetivou o seu lugar no atual modelo de intervenção policial."

Como sugestões apontadas para a melhor consolidação das EPRI, registamos a necessidade de revisão da Diretiva Operacional ou, em alternativa a revisão do empenhamento tático das EPRI, como salientou o Entrevistado 2. Refere também que devemos refletir sobre "a postura bélica/ostensivamente musculada das EPRI" pois "em situações de mera prevenção e de visibilidade não adotam uma conduta de mais de baixo perfil, de contenção, preventiva (...) aqui há que ter a flexibilidade". Esta é uma posição com a qual

concordamos, de modo a não existir uma desproporção dos meios, até porque poderemos passar uma imagem demasiado repressiva, que provoque receio e que afaste o cidadão da Polícia, que não é o que se pretende, devendo o cidadão sentir-se seguro e não intimidado.

O Entrevistado 1, apesar de considerar as EPRI um recurso consolidado, apela a “alguma consolidação doutrinária” pois entende que são empenhadas com muita discricionariedade, o que nos deve preocupar. Sugere também “(...) eventualmente fazer uma avaliação destes anos de implantação no terreno (...)”

Em suma, as opiniões quanto à consolidação das EPRI dividem-se. Relativamente a este assunto, independentemente das respostas obtidas, qual é verdadeiramente o tempo para se considerar um modelo consolidado? Julgamos não existir qualquer evidência científica que determine essa questão, pelo que expomos o caso de um modelo de policiamento não enunciado neste trabalho: o POP. Apesar do método já apresentar mais de 30 anos de existência, é importante reconhecer que está num estágio de formação e que a sua prática está igualmente em desenvolvimento (Braga, 2014). Julgamos poder tecer as mesmas conclusões para as EPRI, em virtude de este ser um recurso tático com apenas 9 anos. Reforçamos a nossa posição com base em documentação interna da PSP, fazendo referência aos PA 2015 (PSP, 2014) e PA 2016 (PSP, 2016b) que admitem para o policiamento de proximidade o aprofundamento concetual, desenvolvimento tático e aperfeiçoamento técnico, para um recurso que existe desde 1998. Consideramos, assim, plausíveis as sugestões referidas por alguns dos entrevistados acerca da necessidade de refletir e de rever a(s) missão(ões) das EPRI face à discricionariedade de atuação, que verificamos também na análise dos relatórios.

Para a concretização da segunda fase de caracterização das EPRI recorreremos à análise dos relatórios diários destas equipas.

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DIÁRIOS DAS EPRI

A. Meios Humanos

Relativamente às variáveis “turno” e “meios humanos”, o estudo dos relatórios levamos a referir que no 1º trimestre de 2015, em 103 turnos de serviço, levados a cabo por 535 polícias, resultou uma média de 5,19 polícias por turno, por equipa. Em relação ao 1º trimestre de 2016, em 97 turnos, efetuados por 499 polícias, resulta uma média de 5,14 elementos por turno, por equipa. Por fim, no primeiro trimestre de 2017, em 163 turnos de serviço, concretizados por 871 elementos policiais, resulta uma média de 5,34 polícias por turno, por equipa. Verificamos que se cumpre o disposto no documento orientador, que

define que a prossecução dos turnos de serviço é sempre efetivada por um mínimo de duas EPRI em simultâneo, ou seja, por quatro elementos (*vide* Apêndice V).

B. Supervisão no terreno

Ainda no âmbito dos meios humanos, verificamos que, no 1º trimestre de 2015, em 103 turnos de serviço, 35 tiveram incluído um polícia com a categoria de Chefe nas equipas, resultando daí uma média de 34% dos turnos com supervisão no terreno. Em relação ao 1º trimestre de 2016, em 97 turnos de trabalho, registam-se 50 com supervisão no terreno, o que corresponde a 51,5% dos turnos. Por fim, no 1º trimestre de 2017, em 163 turnos registados, 43 tiveram supervisão, o que resulta numa percentagem de 26,4% dos turnos com supervisão no terreno. Destes dados, retiramos que a supervisão no terreno no conjunto dos trimestres é muito reduzida, com apenas 35,3% dos turnos em que tal acontece. Poderemos questionar se tal não porá em causa a atividade desempenhada por estas equipas (*vide* Apêndice V).

C. Áreas de Patrulhamento

No que concerne a esta variável, no 1º trimestre de 2015, dos 103 turnos de serviço foram realizados 101 em Divisões destacadas e 2 em Divisões integradas do COMETLIS. No 1º trimestre de 2016, em 97 turnos realizados, 29 deles correspondem ao patrulhamento de Divisões integradas, 32 turnos são relativos ao policiamento de Divisões destacadas, e 35 turnos correspondem ao empenhamento das EPRI em Divisões específicas do COMETLIS. No 1º trimestre de 2017, 76 turnos foram realizados em Divisões integradas, 64 em Divisões destacadas e 22 em Divisões específicas, num total de 163 turnos. De referir no 1º trimestre de 2016 e no 1º trimestre de 2017, foram também registadas as áreas de atuação “COMETLIS” num total de 2 turnos de serviço (*vide* Apêndice V).

D. Acompanhamento das EPRI no terreno

O relatório contempla, para cada área de patrulhamento, a existência de uma EIR de apoio, campo que deverá ser preenchido com o indicativo da EIR que faz o acompanhamento às EPRI. Verificou-se que, no 1º trimestre de 2015, num total de 103 turnos, foram registados 20 em que existiu uma EIR de apoio, o que corresponde a 19% dos turnos. No que concerne ao 1º trimestre de 2016, em 97 turnos, apenas 2 contemplaram o apoio de EIR, correspondendo a 2% do total de turnos realizados. Relativamente ao 1º trimestre de 2017, apurou-se que 75 em 163 turnos tiveram EIR de apoio, o que resulta no acompanhamento destas equipas às EPRI em 46% dos turnos realizados.

No que diz respeito ao apoio no terreno, diz a Diretiva Operacional que, de modo a conjugar e articular as mais diversas valências da PSP, é impreterível que as EPRI sejam

acompanhadas por elementos pertencentes à área que patrulham, nomeadamente coordenando a sua atividade com as EIR. Desta articulação deverá resultar uma característica até ali inexistente, uma elevada capacidade reativa resultante da elevada mobilidade das EPRI e da sua conjugação com as EIR, constituindo-se uma maior capacidade de intervenção em termos de meios humanos e materiais.

Verificámos, no entanto, que em qualquer um dos trimestres nem em metade dos turnos realizados tal aconteceu, sendo o caso mais gravoso o 1º trimestre de 2016, no qual se registaram apenas 2% de situações em que existiu apoio por EIRs. Isto revela o não cumprimento do normativo operacional (*vide* Apêndice V).

E. Meios materiais

No que concerne aos meios materiais utilizados, além das onze viaturas motociclo nas quais se fazem transportar, bem como todo o equipamento a elas inerente, as EPRI utilizam durante o seu patrulhamento: *shotgun*, pistola elétrica *taser*, colete balístico e pistola metralhadora (conforme campos do Anexo 6). Verificámos que os meios materiais constantes do relatório não coincidem com os referidos no normativo interno referente às EPRI, que não prevê a existência de pistola metralhadora. Outra questão a apontar, é o uso da *shotgun* que, atendendo à Diretiva Operacional, apenas deveria circular na viatura de apoio, o que não se verifica, uma vez que as EPRI não dispõem de viatura de apoio, o que se pode confirmar pelo número considerável de situações de concentração das equipas em virtude das condições atmosféricas (questão abordada no ponto G).

De um modo geral, pelo tipo de armamento utilizado por estas equipas, podemos apontar que são um recurso que representa alguma ostensividade, colocando claramente a ênfase na sua capacidade de reação.

F. Resultados operacionais

Os resultados operacionais abrangem variáveis como “Detenções”, “Apreensões”, “Estupefacientes”, “Viaturas” (onde se inclui “Viaturas fiscalizadas”, “Autos levantados”, “Infrações detetadas”, “Condutores testados”) e “Suspeitos” (*vide* Apêndice V). Analisando o 1º trimestre de 2015, registam-se 3 detenções, 4 apreensões, 1 ocorrência com estupefacientes, 121 viaturas fiscalizadas, 3 autos levantados, 3 infrações detetadas, 1 condutor testado, e 481 suspeitos abordados (*vide* Apêndice V).

No 1º trimestre de 2016, apuraram-se os seguintes resultados operacionais: 1 detenção, 0 apreensões, 0 ocorrências com estupefacientes, 42 viaturas fiscalizadas, 0 autos levantados, 0 infrações detetadas, 0 condutores testados, e 412 suspeitos abordados.

No que respeita ao 1º trimestre de 2017, os resultados são os seguintes: 7 detenções, 0 apreensões, 0 ocorrências com estupefacientes, 16 viaturas fiscalizadas, 0 autos levantados, 0 infrações detetadas, 0 condutores testados, e 319 suspeitos abordados.

De modo resumido, nos trimestres analisados, em 363 turnos de serviço (2904 horas de atividade) realizaram-se 11 detenções, 6 apreensões, 5 ocorrências com estupefacientes, 179 viaturas fiscalizadas, 3 autos levantados, 3 infrações detetadas, 1 condutor testado, e 1212 suspeitos abordados. Relativamente ao indicador das detenções, o resultado obtido corresponde a 0,006 detenções por polícia. Os resultados são semelhantes nos outros indicadores, com exceção dos suspeitos abordados: 1212 no conjunto dos trimestres, o que corresponde a 0,63 suspeitos abordados por elemento policial. Deduzimos destes registos que as EPRI focam o seu patrulhamento na abordagem de indivíduos suspeitos, o que poderá ir de encontro a alguns dos critérios da sua missão (constante no documento orientador), que prevê a recolha de informação, a identificação e detenção de suspeitos perigosos, bem como abordar e deter, eventualmente, suspeitos cuja abordagem seja considerada de alto risco. Não se verificam, no entanto, as detenções aqui referidas, falhando assim um dos itens de medição da eficiência do modelo profissional de polícia.

Podemos, deste modo, e à semelhança do que consultámos na documentação a que tivemos acesso, que estes são resultados operacionais que não se ajustam às expectativas. Se as EPRI foram criadas para dar resposta a um problema e se os resultados operacionais (a componente mais expressiva dos relatórios diários) são insignificantes, devemos perceber o que está em causa, procedendo à avaliação do recurso, facto que merece a nossa reflexão.

G. Funções desempenhadas

Da análise e tratamento dos dados dos itens “Locais onde efetuou serviço/Operação”, “Expediente” e “Informações complementares”, conseguiu-se apurar os serviços desempenhados pelas EPRI e enquadrá-los em distintas funções exercidas. Deste modo, analisando toda a informação suplementar contida nestes campos, sugerimos agrupá-los nas seguintes funções: “Prevenção”, “Reação”, “Visibilidade”, “Outros” e “Expediente”. Na função “Prevenção”, englobamos todas as situações de patrulhamento normal, ou de patrulhamento em ZUS. Na função “Reação” enquadrámos todas as situações de ocorrências em que as EPRI intervieram, quer por voluntarismo dos próprios, quer mediante o seu acionamento pelo CCC, as quais especificamos adiante. No que respeita à função “Visibilidade”, enquadrámos as referências a “policiamento de saturação” e “policiamento de visibilidade”, e, na função “Outros” são englobadas situações como “concentração”, “reconhecimento”, “reforço”, “operação”, “evento desportivo/jogo de futebol”, “manifestação”,

“diligências” e “seguimento” desenvolvidas mais à frente. Quanto à função “Expediente”, visa somente apurar a quantidade de referências feitas ao expediente elaborado.

Da análise efetuada ao 1º trimestre de 2015, verifica-se que dos 103 turnos desenvolvidos, em 76 foram realizados serviços de natureza preventiva, em 28 verificaram-se serviços de natureza reativa, em 18 deles existiram atividades de visibilidade, em 25 turnos realizaram-se “Outros” e em 7 turnos foi elaborado expediente. Em termos percentuais, realizou-se 73,79% de prevenção, 27,18% de reação, 17,48% de visibilidade, 24,27% de “Outros” e 6,80% de expediente.

No que respeita ao 1º trimestre de 2016, verifica-se que dos 97 turnos desenvolvidos, em 71 foram realizados serviços de natureza preventiva, em 9 verificaram-se serviços de natureza reativa, em 14 deles existiram atividade de visibilidade, em 15 turnos realizaram-se funções do tipo “Outros”, e em 2 turnos foi elaborado expediente. Em termos percentuais, realizou-se 73,20% de prevenção, 9,28% de reação, 14,43% de visibilidade, 15,46% de “Outros” e 2,06% de expediente.

Nos resultados do 1º trimestre de 2017 regista-se, em 163 turnos de serviço, 94 turnos em que se desenvolveram tarefas de prevenção, 17 em que se desenvolveram atividades de reação policial, 39 nos quais se realizaram funções de visibilidade, 54 turnos nos quais se realizaram funções do tipo “Outros”, e em 8 turnos foi elaborado expediente. Analisando estes mesmos dados de modo percentual, a função “prevenção” corresponde a 57,67% dos turnos, a função “reação” corresponde a 10,43%, a visibilidade representa 23,93% dos turnos, “Outros” representam 33,13% dos turnos de serviço e o expediente elaborado corresponde a 4,91% dos turnos de serviço realizados.

De referir que as somas percentuais por vezes ultrapassam os 100%, o que se deve a que num turno de serviço se realizem mais do que um tipo de funções.

Da síntese dos três trimestres resulta o gráfico seguinte:

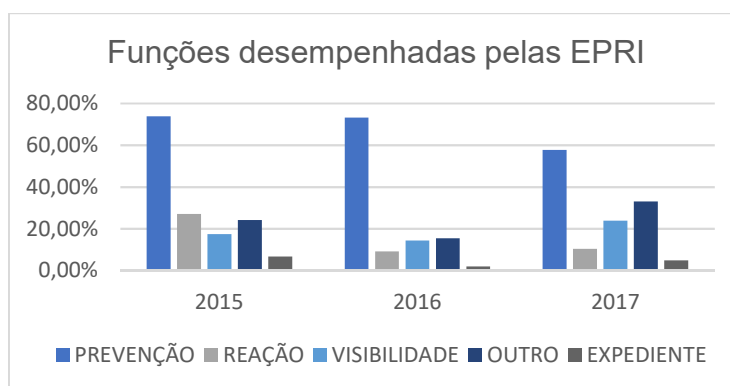


Figura 3: Relação de funções exercidas pelas EPRI

Daqui depreendemos que as EPRI realizam, na sua maioria, funções de prevenção, seguindo-se as funções “Outro”, depois as tarefas de visibilidade e de reação, seguindo-

se com níveis residuais o expediente elaborado. Com estes resultados temos de discordar de todos os entrevistados, quer com aqueles que consideram existir um equilíbrio entre prevenção e reação, porque não o há, quer com os que consideram existir um desequilíbrio (a pender para a reação), pois aqui a principal função das EPRI verificada não é a reação e sim a prevenção. Estes resultados são previsíveis pelo Entrevistado 1, quando refere que “(...) em turnos de seis ou oito horas não há ocorrências para se estar permanentemente a reagir”, e que explica os resultados verificados.

Não podemos também deixar de referir o pouco volume de expediente elaborado pelas EPRI. Veremos, de seguida que, muitas das situações em que são intervenientes correspondem a apoio a intervenções policiais (Figura 4). Nestes casos, define a Diretiva Operacional que as EPRI devem limitar-se a dar apoio e garantir a segurança das ações que os outros recursos desenvolvam, o que constatámos nos registos dos relatórios, com indicações como “expediente a cargo do CP da área”, entre outras. Sendo as EPRI um recurso de prontidão, assumimos que é importante que não estejam preenchidos com a elaboração de expediente, de modo a não porem em causa a sua prontidão e reação imediata. Também o Entrevistado 2 foca esta questão, referindo que “a vantagem das EPRI é não estarem tão sobrecarregadas com ocorrências durante o turno (...)”.

Foi realizada uma análise mais profunda, no que respeita aos grupos de funções que definimos, de modo a ser possível apurar as ocorrências que originaram a reação das EPRI, apresentadas no gráfico seguinte:

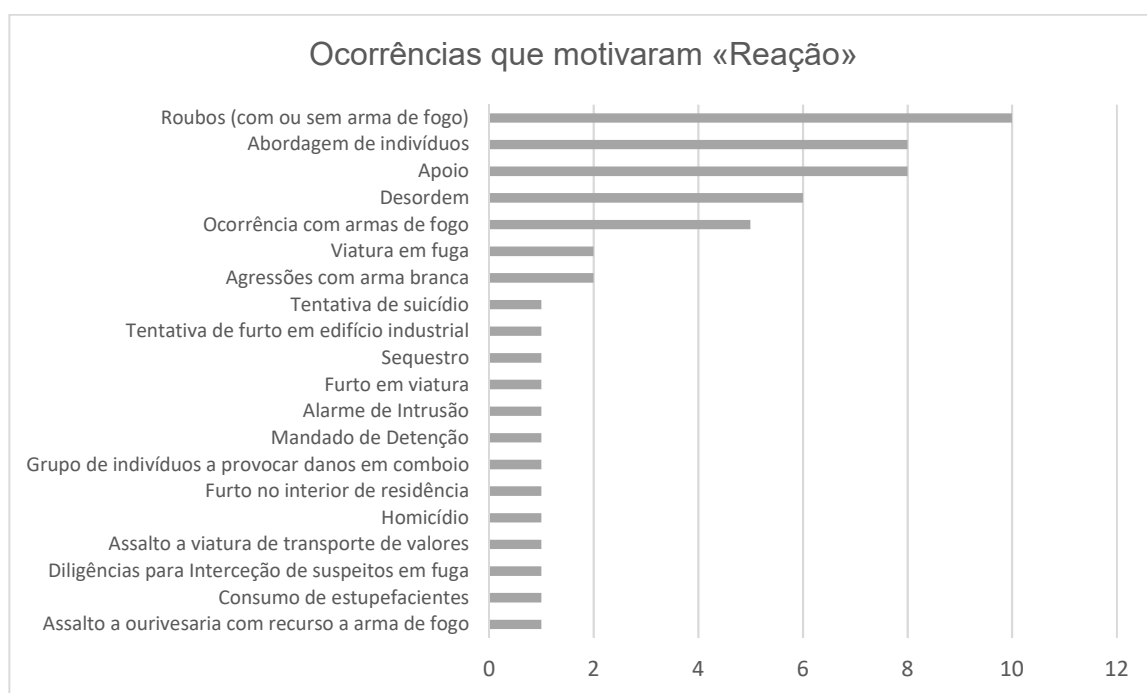


Figura 4: Ocorrências de reação registadas nos Relatórios Diários das EPRI.

Do gráfico apresentado, correspondente à soma dos serviços enquadrados na função “Reação” dos três trimestres analisados, podemos apurar que a maioria das

ocorrências em que existe reação (imediata) das EPRI é referente a roubos (com ou sem arma de fogo) (10 ocorrências), desordens (6 ocorrências), bem como situações de abordagem a indivíduos suspeitos (8 ocorrências), apoio a elementos policiais (8 ocorrências) e também ocorrências com armas de fogo (5). Com base nestes resultados, no que concerne à função “Reação”, podemos concluir que as EPRI estão a intervir em situações previstas no seu documento orientador.

Do total de situações de reação registadas, verificamos que há indicação expressa de acionamento das EPRI pelo CCC em 7 situações, representando apenas 13% do total. Deste número teremos de depreender que as EPRI estão a intervir em muitas das situações por puro voluntarismo, o que não deveria ocorrer, sendo um dos problemas enunciados pelo Entrevistado 2.

A Diretiva Operacional dispõe que existem dois modos distintos de acionar as EPRI. No âmbito de um patrulhamento planeado o acionamento das EPRI pressupõe uma análise prévia de informações, da qual resulta um mapa de criminalidade que identifique os principais *hot spots* criminais, delineando assim as zonas onde deverá ser realizado patrulhamento pelas EPRI, operacionalizando os conceitos de ILP e de JITS. Pelo contrário, em situações inopinadas, a ativação destas equipas é realizada via CCC, para qualquer local do Comando Metropolitano de Lisboa, independentemente da área predeterminada em planeamento, quando as mesmas se encontram de serviço e sempre que se verifiquem situações relacionadas com roubos com armas, ou situações que envolvam suspeitos com histórico violento. Também podem ser acionadas para aceder a áreas de alto risco, em situações de alteração da ordem pública ou em ITP's nos quais haja necessidade de contenção inicial, ou também quando seja necessário efetuar o seguimento a viaturas suspeitas e/ou em fuga. Deste modo, e atendendo aos dados constantes nos relatórios, depreendemos que as EPRI não estão a ser acionadas para todas as situações previstas no seu documento orientador, desconhecendo-se o critério de aplicabilidade deste recurso nas respostas policiais. Será baseado no nível de gravidade do roubo efetuado? Na distância do local de ocorrência? Ou será baseado em critérios subjetivos dos operadores do CCC? Julgamos que esta questão merece a nossa reflexão.

De referir que não nos foi possível averiguar quais os critérios utilizados para a seleção das zonas de patrulhamento das EPRI, não podendo deste modo concluir quanto ao enquadramento das EPRI como uma tática de policiamento inserida no modelo ILP. Relativamente ao modelo JITS, que assenta numa filosofia policial que concilia o “*hard-pol*” e o “*tech-pol*” (Torres, 2016), podemos considerar, à partida, que as EPRI se enquadram no modelo. O JITS vem substituir uma filosofia policial do tipo “*soft-pol*”, tendo a PSP substituído, no que diz respeito às EPRI, um *low profile* por um *high profile*. Refere ainda Torres (2011) que para que este modelo tenha sucesso, deve atender a fatores críticos, como

uma “cadeia de comando, coordenação e controlo bem definidas”, na qual entendemos que por maioria de razão abrange também uma supervisão presente, o que verificámos que não está a ocorrer, nem tampouco o controlo, uma vez que não nos parece existir uma mensuração objetiva de resultados obtidos. Outro dos fatores referidos diz respeito à “forte mobilidade e versatilidade dos meios”, com a capacidade de projeção, que pensamos estar conseguida; a “aposta na função *intelligence*”, que não nos foi possível comprovar relativamente às EPRI; o “elevado apoio tecnológico às operações no terreno”, que não foi objetivo do presente trabalho confirmar; a “doutrina, técnica e tática operacionais bem clarificadas e experimentadas”, objetivo que apurámos não ter sido concretizado relativamente às EPRI; “elevada qualificação e especialização do pessoal”, que confirmámos pela existência do CTIPM. Este fator crítico engloba também a motivação do pessoal, o que existe nas EPRI, como referido pelo Entrevistado 3 na questão 2 do guião de entrevista, mas que não foi objetivo da presente dissertação verificar. Torres (2016) defende ainda a existência de um equilíbrio entre ações de alta visibilidade e ações mais discretas, tal como preconiza o Entrevistado 2, na questão 8 quando apela à flexibilidade na postura das EPRI, que devem adaptar o perfil consoante a situação.

De acordo com o exposto no Cap. III, nomeadamente no PA 2013 (PSP, 2012b), que define o JITS, as EPRI cumprem com o requisito “incutir uma sensação de capacidade interventiva mais musculada que conforte o cidadão comum e dissuada o potencial criminoso” em locais “de grande concentração ou circulação de pessoas”, sendo mobilizáveis para reagir quando necessário, exercendo policiamento de saturação em áreas mais sensíveis e/ou criminalmente fustigadas. Cremos então que as EPRI se enquadram no modelo de policiamento JITS em termos teóricos. No entanto, na prática esse enquadramento não se verifica em todos os aspetos preconizados.

Há que afirmar que este recurso tático se enquadra no modelo de policiamento profissional. Justificamos esta nossa conclusão com os pressupostos apontados no Cap. III: a utilização de tecnologia, a resposta rápida, a prioridade do policiamento voltada para o combate ao crime, bem como a medição da eficiência do trabalho policial realizada, entre outros, pelo tempo de resposta às solicitações (Kelling & Moore, 1988). Poderíamos aqui refutar totalmente esta importância atribuída ao tempo de resposta policial referindo os estudos mencionados por Bayley (1998). Não podemos, no entanto, aplicar os resultados daqueles estudos de uma realidade tão distante da nossa, quer no tempo quer no espaço geográfico.

De igual modo ao realizado para a função “Reação”, foi concretizada uma análise mais profunda relativamente à função “Outros”, de modo a ser possível apurar as ocorrências que não se enquadram nas funções de prevenção e reação, e assim perceber em que situações estão a ser aplicadas as EPRI, apresentadas no gráfico seguinte:

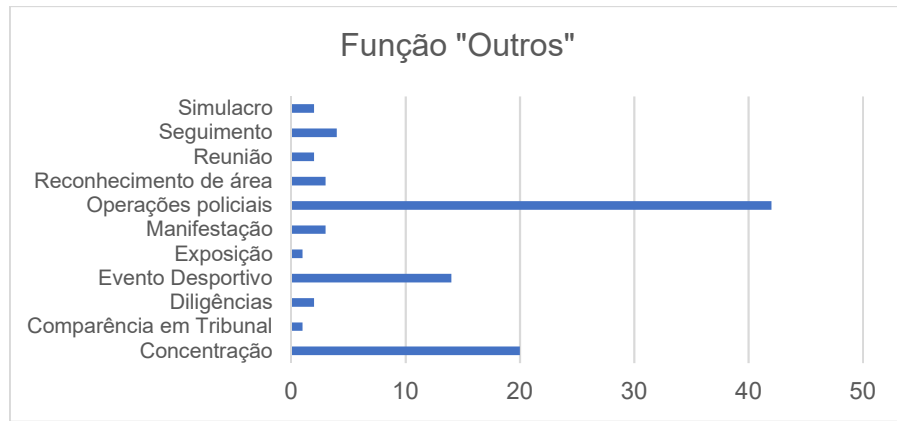


Figura 5: Serviços policiais do tipo "Outros" realizados pelas EPRI.

Da análise do gráfico representado, verifica-se um grande espectro de atuação das EPRI. Das 94 situações enquadradas na função "Outros", a grande maioria corresponde a operações policiais (42). Destas, são referência explícita nos relatórios operações do tipo PAO (2), PAOE (4), OEPC (5), operações de fiscalização de trânsito (8), rusgas (2), operações de fiscalização de estabelecimentos (4) e operações em ZUS (1). As restantes situações não são especificadas quanto à sua natureza. Além das operações policiais, destacam-se as situações de concentração das equipas (20) e os policiamentos em eventos desportivos (14), maioritariamente jogos de futebol (12).

Podemos daqui concluir que as EPRI são maioritariamente empenhadas em operações policiais muito variadas, bem como em eventos desportivos. Qualquer uma destas situações não está prevista na Diretiva Operacional, nem as restantes situações enunciadas, com exceção dos "Seguimentos". Estes factos vêm dar razão aos entrevistados que referiram a grande discricionariedade de atuação destas equipas.

CONCLUSÕES

As considerações tidas como pertinentes foram enunciadas no capítulo anterior, recorrendo à análise documental e entrevistas, pelo que apresentamos agora a sua síntese, referindo as limitações do nosso trabalho, bem como sugestões de trabalhos de investigação futuros.

Da análise das entrevistas realizadas, a primeira conclusão a retirar, em resposta à **QUESTÃO 1: O que está na génese de uma tática de policiamento**, apuramos pelas respostas obtidas que a origem de um novo recurso tático se relaciona fortemente com a análise do meio em que a Polícia se insere, nomeadamente pela observação da sociedade, dos fenómenos criminais, bem como do trabalho desenvolvido pelas Polícias congéneres.

No que diz respeito à **QUESTÃO 2 da nossa problemática: Como se formam e adaptam as táticas de policiamento**, verificamos que a cronologia de uma tática de policiamento tem início com uma ideia, passando depois à fase da concretização, na qual se definem os meios materiais e humanos e se adapta alguma doutrina. Segue-se o período de experimentação, através de um projeto-piloto, que é submetido a um processo de avaliação que, visa viabilizar ou não a implementação do recurso tático noutros Comandos. Depois de realizadas estas etapas, após determinado intervalo temporal, é elaborado o documento orientador do recurso e o Regulamento de Formação. Não foi possível confirmar a existência de estudos prévios à criação e implementação das EPRI no terreno, pelo que podemos deduzir que a criação das EPRI se deveu a uma decisão da DN com base em “pressões” externas, políticas e/ou sociais.

Relativamente à **QUESTÃO 3: de que forma se articulam/equilibram as distintas táticas de policiamento**, a qual respondemos com o exemplo das EPRI, estas apresentam-se como um complemento às restantes táticas já existentes na PSP, nomeadamente às EIR. Podem ser enquadradas nalguns normativos da PSP onde não estão especialmente previstas e, consequentemente na atividade operacional que aqueles documentos definem. A maioria das respostas dos entrevistados considera que as EPRI trouxeram complementaridade na resposta essencialmente ao nível da reação rápida, não olvidando a sua capacidade de contenção, nem a sua imagem mais musculada, de modo a potenciar a eficácia do policiamento realizado pela PSP.

No que concerne à **QUESTÃO 4: O que são as EPRI**, podemos concluir que este recurso tático se caracteriza essencialmente pela reação imediata, pela mobilidade, bem como pela visibilidade transmitida, sendo assim um recurso visível, mas menos próximo da população, não se enquadrando no MIPP. Por outro lado, podemos concluir que as EPRI se enquadram nos conceitos dos modelos de policiamento JITS e profissional, o que pressupõe a efetivação de um modelo de policiamento misto, que congrega características de

diferentes modelos. No entanto, não nos foi possível apurar se as EPRI praticam o modelo ILP.

Em relação às **QUESTÕES 5 e 6: Como e porque surgiram as EPRI? Quais os objetivos da sua criação**, podemos concluir que a origem das EPRI está intimamente relacionada com uma situação de criminalidade violenta e grave, que revelou uma manifesta insuficiência por parte dos dispositivos existentes e, conseqüentemente revelou uma necessidade que motivou, por sua vez, o desenvolvimento de uma solução pela PSP. Podemos ainda concluir que o conceito teve origem numa importação de uma ideia, existente numa realidade muito distinta da realidade portuguesa, deixando algumas questões por responder.

No âmbito desta questão, e no que respeita à hipótese verificada, **H1: Existem diferentes níveis de influência (macro, meso, micro) no processo de criação e implementação de um recurso tático de policiamento, com uma expressão assimétrica, sendo o nível de influência macrossocial o que mais influi na criação de uma nova tática de policiamento**, a hipótese foi verificada. Podemos concluir que a ideia da criação das EPRI deriva da visualização de imagens provenientes de um país da América latina, que influenciou um processo decisório interno da PSP, também influido pela observação de práticas de trabalho de outras forças congêneres, constituindo assim níveis de influência macrossocial.

No que diz respeito à última questão da nossa problemática, **QUESTÃO 7: Como se caracterizam as EPRI**, há uma grande variedade de questões a abordar. Em primeiro lugar, concluímos que este recurso policial concilia prevenção e reação. Apesar de, na opinião dos entrevistados se concluir por um equilíbrio destas duas funções, pela análise dos relatórios concluímos que as EPRI realizam maioritariamente funções de prevenção e outras. Destas, assinalam-se, essencialmente operações policiais variadas, bem como eventos desportivos, não estando qualquer uma das situações verificadas prevista na Diretiva Operacional, com exceção dos “Seguimentos”. Estes factos vêm dar razão aos entrevistados, que referiram a grande discricionariedade de atuação destas equipas.

Para complementar estas questões, da análise efetuada aos relatórios diários das EPRI podemos retirar como principais conclusões que: as EPRI não estão devidamente acompanhadas no terreno, quer em termos de supervisão (ausência de elementos com a categoria de Chefe), quer em termos de apoio (acompanhamento por EIR da área de patrulhamento), fatores que poderão colocar em causa a efetividade destas equipas e que revelam, em parte, o não cumprimento do Diretiva Operacional das EPRI.

Também com base na análise dos relatórios, concluímos, à semelhança do que havia sucedido após a avaliação semestral do projeto-piloto do CD Setúbal, que os

resultados operacionais obtidos não se ajustam às expectativas, o que deve constituir motivo de reavaliação dos moldes de atuação deste operativo.

Concluimos também que as EPRI representam uma mais-valia no panorama do policiamento em meios urbanos, quer pela missão que desempenham, quer pelo largo espectro de atuação que podem ter, podendo ser enquadradas nos mais variados serviços de índole policial.

No que concerne à consolidação do recurso, as opiniões dividem-se. Temos, no entanto, que concluir que as EPRI não são um recurso consolidado, quer pelos exemplos de outros modelos mais antigos ainda sujeitos a processos de aperfeiçoamento, quer pelas indicações dos entrevistados relativamente a pontos a avaliar e a rever, como a discricionariedade, que constatámos na análise dos relatórios diários das equipas. Também o facto de as respostas obtidas nas entrevistas serem tão distintas em alguns aspetos nos levam a crer que o entendimento das EPRI não está sedimentado, sendo um recurso menos consensual em termos de definição.

As EPRI, na atualidade operam nos seguintes Comandos: COMETLIS, COMETPOR, CD Setúbal e CD Faro. Não encontramos quaisquer referências à intenção de alargar o dispositivo para outros Comandos, no entanto, entendemos que é uma discussão que deve ser levada a cabo, por diversas ordens de razão. Atendendo à estratégia da PSP de incrementar a visibilidade, julgamos que este é um meio que claramente cumpre o requisito. Atendendo à sua missão, que julgamos estar a ser cumprida, com base na análise dos relatórios, seria uma mais-valia a aplicação deste recurso tático noutros Comandos, ainda para mais quando por norma as áreas da PSP e as Esquadras que as compõem sofrem de uma dispersão geográfica considerável, algo que a elevada mobilidade das EPRI superaria. Mas antes de tomar qualquer decisão será de todo recomendável uma avaliação do recurso (intenção constante do RA 2015, mas que não foi concretizada), bem como um estudo científico relativo ao impacto destas equipas junto da população, desenvolvendo-se um modelo de análise que teste o pressuposto do impacto e da visibilidade que adquirem nos locais onde operam.

No âmbito dos documentos estratégicos emanados pela PSP podemos perceber que a sua estratégia passa por uma Polícia visível e mais próxima, algo que, em parte é cumprido pelas EPRI, que podemos concluir ser um recurso adaptado à estratégia definida pela PSP no atual triénio, bem como no anterior. Mas não podemos deixar de colocar a questão: conseguiríamos ter o mesmo resultado com outros meios?

De modo a terminar esta investigação, podemos concluir que atingimos os objetivos propostos, resultando deste trabalho a constituição de um corpo de conhecimento relativo às EPRI e sua cronologia, bem como a sua caracterização exaustiva, que permitirá uma eventual revisão dos moldes do seu funcionamento.

A. RECOMENDAÇÕES

A concretização da presente investigação na área das estratégias e táticas de policiamento deverá ser tida em consideração como uma colaboração e um contributo para melhorar a criação e implementação de novos recursos táticos na PSP, que se pretende que seja assente em critérios de racionalidade. Deverá ser tida também em conta para proceder à reavaliação das EPRI e para a proposta de alternativas à alargada aplicabilidade do recurso, de forma que este não sofra um processo de descaracterização, bem como a necessidade de serem consolidados protocolos de procedimentos, articulação e coordenação entre as diferentes valências da PSP.

Relativamente à avaliação das EPRI propomos um modelo de avaliação multinível: interno e externo. No primeiro caso impõe-se uma avaliação realizada pela PSP e, no segundo caso, uma avaliação realizada pelos cidadãos e entidades externas (através de parcerias).

Para rematar este ponto, citamos Antunes Dias (2001):

“Qualquer modelo, ou melhor dizendo, conjugação de modelos, só terá aplicabilidade se existirem, cumulativamente, levantamento das necessidades, interiorização clara dos objetivos previamente definidos, avaliação permanente, reorientação e reajustamento permanentes, empenho individual/motivação, sentimento de responsabilidade, condições de trabalho e dignificação, a todos os títulos, dos funcionários policiais.” (p. 6)

B. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação poderia ter tido uma maior abrangência quanto ao número de entrevistados, no entanto, as regras ditadas pelo Regulamento de Elaboração e Apresentação da Dissertação, que implicam um pedido de autorização à Direção Nacional, a par da escassa delimitação temporal para a realização da investigação inviabilizaram as intenções de consolidar a informação obtida do núcleo de entrevistados.

O curto período temporal disponibilizado para a realização desta investigação impediu também que se realizasse um estudo mais alargado que englobasse o dispositivo completo das EPRI a nível nacional, bem como foi impeditivo da análise de um maior número de relatórios diários das EPRI que, a acontecer, poderia ter revelado mais e distintas conclusões.

De mencionar também o facto que as regras impostas resultaram numa demora na obtenção da documentação solicitada, em alguns casos por se tratar de matéria classificada. Este facto impossibilitou também a total exploração de alguns dos documentos normativos da PSP, nomeadamente pela impossibilidade de fazer-lhes referência, bem como de citar elementos considerados importantes.

C. INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Este trabalho científico teve como finalidade o estudo da criação e implementação das EPRI no plano do policiamento urbano em Portugal, com a caracterização das EPRI de Lisboa. Estudada a origem do recurso, podemos recomendar um estudo alargado que vise a caracterização e comparação das EPRI nos vários Comandos onde este recurso está também implementado.

Das conclusões a que chegámos neste trabalho de investigação, achamos interessante confirmar as afirmações relativas à visibilidade, ao impacto e à transmissão de confiança das EPRI à população, o que passaria por realizar inquéritos à população onde estão inseridas, bem como aos elementos policiais que integram as equipas e até mesmo ao efetivo policial na sua generalidade. Outra possibilidade interessante de investigação, será a avaliação do impacto das EPRI na sociedade, através de outra perspetiva, mediante a análise dos conteúdos informativos disponibilizados pelos órgãos de comunicação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. d. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, P. P. (2014). *Crime e Segurança, 100 Contributos para as Políticas de Combate à Criminalidade*. Lisboa: Bnomics.
- Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, C. (2008). *Em busca de uma Sociologia de Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, F. S., & Valente, A. M. (2006). Polícia de Segurança Pública: Origem, evolução e actual missão. *Politeia, Ano III*, pp. 90-99.
- Amaral, D. F. (1996). *Curso de Direito Administrativo* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Azevedo, M. (2011). *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares; Sugestão para Estruturação da Escrita* (8ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Baldwin, D. A. (1997). The concept of security. (B. I. Association, Ed.) *Review of International Studies*, 23, pp. 5-26.
- Balestra, F. (2006). *Tendências mundiais em reformas policiais: estudo de casos*. s.l.
- Banton, M. (1964). *The policeman in the community*. London: Tavistock.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bayle, J.-L. L. (1981). La police dans le système politique. *Revue française de science politique*, 31, pp. 509-534.
- Bayle, J.-L. L. (2006). *Police et Politique. Une approche sociologique*. Paris: L'Harmattan.
- Bayley, D. H. (1994). *Police for the Future*. New York: Oxford University Press.
- Bayley, D. H. (1998). *What Works in Policing*. New York: Oxford University Press.
- Beck, U. (1992). *Risk Society towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação* (5ª edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- Bittner, E. (1970). *The function of the police in modern society*. Washington: NIMH.
- Braga, A. (2007). Problem-Oriented Policing. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (pp. 1054-1061). New York: Routledge.
- Braga, A. A. (2014). Problem-Oriented Policing: Principles, Practice and Crime Prevention. Em M. D. Reisig, & R. J. Kane (Edits.), *The Oxford Handbook of Police and Policing* (pp. 100-121). New York: Oxford University Press.
- Braga, A. P., & Hureau, D. (2012). Hot spots policing effects on crime. *Campbell Systematic Reviews*. doi:10.4073/csr.2012.8

- Branco, C. M. (2013). Entre o militar e o civil: uma discussão dos modelos da GNR e PSP. Em P. P. Almeida (Ed.), *Como tornar Portugal um País seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade* (pp. 99-111). s.l.: bnomics.
- Brandão, A. P. (2004). Segurança: Um Conceito Contestado em Debate. Em A. Moreira, *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 37-55). Lisboa: Prefácio.
- Brannen, J. (2005). *Mixed Methods Research: A discussion paper*. London: University of London.
- Bratton, W. J. (2005). Crime is down in New York City: blame the police. Em T. Newburn (Ed.), *Policing. Key readings*. (pp. 472-482). Portland: Willan Publishing.
- Brien, P. (1983). *Fonctions et organisation de la police*. Québec: Éditions Préfontaine.
- Brodeur, J.-P. (Ed.). (1998). *How to Recognize Good Policing. Problems and Issues*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Caetano, M. (2003). *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina.
- Cario, R. (1996). *Pour une Approche Globale et Intégrée du Phénomène Criminel*. Paris: L'Harmatan.
- Carvalho, R. M. (2015). *A Influência das Políticas Públicas de Segurança do Reino Unido na Realidade Portuguesa*. (Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna). Obtido de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/10186>
- Caupers, J. (2013). *Introdução ao Direito Administrativo*. Lisboa: Âncora Editora.
- Collins, A. (2007). *Contemporary Security Studies*. New York: Oxford University Press.
- Community Oriented Policing Services. (2009). *Community Policing Defined*. Washington DC: Office of Community Oriented Policing Services. Obtido em 26 de Março de 2018, de <https://ric-zai-inc.com/Publications/cops-p157-pub.pdf>
- Constituição da Republica Portuguesa*. (2014). Coimbra: Edições Almedina.
- Cordner, G. (2007a). Patrol, Types and Effectiveness of. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (pp. 898-901). New York: Routledge.
- Cordner, G. (2007b). SARA, The Model. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (pp. 1155-1157). New York: Routledge.
- Cordner, G. (2007c). Policing Strategies. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (pp. 1017-1022). New York: Routledge.
- Cordner, G. (2014). Community Policing. Em M. D. Reisig, & R. J. Kane (Edits.), *The Oxford Handbook of Police and Policing* (pp. 148-171). New York: Oxford University Press.
- Correia, E. P., & Duque, R. (2011). O poder político e a emergência das políticas públicas de segurança. *Revista Politeia, Ano VIII*, pp. 39-49.
- Correia, J. M. (1994). Polícia. Em J. M. Correia, *Dicionário Jurídico da Administração Pública* (Vol. VI, pp. 393-408). Lisboa.

- Cusson, M. (2007). De l'action de sécurité . Em B. D. Maurice Cusson (Ed.), *Traité de Sécurité Intérieure*. Montréal: Éditions Hurtubise HMH.
- Dias, H. V. (2015). *Metamorfoses da Polícia. Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Dias, J. d., & Andrade, M. d. (1997). *Criminologia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, M. A. (2001). O modelo de concentração policial - caracterização. *Separata da Revista Polícia Portuguesa*, 128, pp. 4-6.
- Dias, M. D. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- Dias, M. D. (2012). Um Olhar Conjuntural em Torno da(s) Política(s) (d)e Segurança. Em E. P. Correia, & R. d. Duque (Edits.), *O Poder Político e a Segurança* (pp. 59-70).
- Dieu, F. (1999). *Politiques Publiques de Sécurité. Sécurité et Société*. Paris: L'Harmattan.
- Echevarria II, A. J. (1995). Clausewitz: Toward a Theory of Applied Strategy. *Defence Analysis*, 11, pp. 229-240. Obtido de <http://www.clausewitz.com/readings/Echevarria/APSTRAT1.htm>
- Eck, J. E., & Spelman, W. (2005). Who ya gonna call? The Police as a problema busters. Em T. Newburn (Ed.), *Policing. Key Readings* (pp. 412-427). Cullompton: Willan Publishing.
- Elias, L. (2012). *Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada*. Observatório Político. Obtido de www.observatoriopolitico.pt
- Ericson, R. V., & Haggerty, K. D. (1997). *Policing the Risk Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Espírito Santo, P. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Estrela, E., Soares, M. A., & Leitão, M. J. (2006). *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos* (3ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Fernandes, A. J. (2005). Poder Político e Segurança Interna. Em M. G. Valente (Ed.), *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 23-37). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L. F. (2005). As "novas" ameaças como instrumento de mutação do conceito "segurança". Em M. G. Valente (Ed.), *I Colóquio de Segurança Interna* (pp. 123-152). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L. F. (2006). A prevenção da criminalidade. Em M. G. Valente (Ed.), *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 69-117). Almedina.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Giddens, A. (1996). *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Goldstein, H. (1990). *Problem-Oriented Policing*. New York: McGraw-Hill.
- Gomes, P. V. (2001). Modelos de Policiamento. *Separata da Revista Polícia Portuguesa*, 128, pp. 1-4.

- Gomes, P. V. (2007). A Prevenção Criminal através do Ordenamento do Espaço Urbano: Subsídios para uma Agenda Nacional. Em M. Valente (Ed.), *Urbanismo, Segurança e Lei. Tomo I* (pp. 61-80). Coimbra: Almedina.
- Greene, J. R. (2007). *The Encyclopedia of Police Science* (3ª ed., Vol. 2). New York: Routledge.
- Guedes, A. M., & Elias, L. (2012). Here be Dragons: Novos Conceitos de Segurança e o Mundo Contemporâneo. Em E. P. Correia, & R. d. Duque (Edits.), *O Poder Político e a Segurança* (pp. 27-57). Lisboa: Fonte da Palavra.
- Guedes, A. M., & Elias, L. M. (2010). *Controlos Remotos, Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Hobbes, T. (2003). *Cambridge Texts in the History of Political Thought: Hobbes Leviathan, Revised Student Edition by Richard Tuck* (6th ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hunter, R. (1990). Three Models of Policing. *Police Studies*, 13, pp. 118-124.
- Inácio, C. I. (2010). *Políticas Públicas de Segurança – novo paradigma*. (Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro). Obtido de <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3445/1/2010001055.pdf>
- Institute for Economics and Peace. (2017). *Global Peace Index 2017*. Obtido de <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/06/GPI-2017-Report.pdf>
- João, P., Lobo, V., & Bação, F. (2013). Modelo preventivo da criminalidade. Em P. P. Almeida (Ed.), *Como tornar Portugal um País seguro? Segurança Nacional e prevenção da criminalidade*. Lisboa: Bnomics.
- Johnson, D. P. (2008). *Contemporary Sociological Theory. An Integrated Multi-Level Approach*. Texas: Springer.
- Jorge, P. T. (2014). *O Policiamento Repressivo e o Policiamento de Proximidade. As Políticas Públicas de Segurança e Modelos de Policiamento*. (Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna). Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15387/1/Parte%20I.pdf>
- Kelling, G. L., & Moore, M. H. (1988). The Evolving Strategy of Policing. *Perspectives on Policing*, pp. 1-16.
- Kelling, G. L., Pate, T., Dieckman, D., & Brown, C. E. (1974). *The Kansas City Patrol Experiment. A Summary Report*. Washington DC: Police Foundation.
- Krahmann, E. (2005). From State to Non-State Actors: The Emergence of Security Governance. Em E. Krahmann (Ed.), *New Threats and New Actors in International Security* (pp. 3-19). New York: Palgrave Macmillan.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Thousand Oaks: Sage.

- Lasierra, F. G. (2016). *Modelos de policia. Hacia un modelo de seguridad plural*. Barcelona: J. M. Bosch Editor.
- Leitão, J. C. (2005). Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP. Em M. J. Pereira, & J. Neves (Eds.), *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*. (pp. 104-141). Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- Lourenço, N. (2009). Segurança, Sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O Espectro axial da relação Direitos, Liberdades e Garantias e Poderes do Estado. Em *Conferência "Liberdade e Segurança"* (pp. 81-92). Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.
- Maltez, J. A. (1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa- ISCSP.
- Marenin, O. (2007). Theories of Policing. Em J. R. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (pp. 1285-1289). New York: Routledge.
- Mawby, R. (2005). Models of Policing. Em T. Newburn (Ed.), *Handbook of Policing* (pp. 15-40). Devon: Willan Publishing.
- Monet, J.-C. (1993). *Polices et Sociétés en Europe*. Paris: La documentation Française.
- Monet, J.-C. (2006). *Polícias e Sociedades na Europa* (2ª ed.). (M. A. Castro, Trad.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Newburn, T. (2005). *Handbook of Policing*. Portland: Willian Publishing.
- Newburn, T. (2008). The future of policing. Em T. Newburn, *Handbook of policing* (pp. 824-840). Devon: Willan Publishing.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Palmiotto, M. J. (1997). *Policing. Concepts, Strategies, and Current Issues in American Police Forces*. North Carolina: Carolina Academic Press.
- Peneda, J. S. (2012). Discurso Proferido no Encerramento do Seminário "O Poder Político e a Segurança". Em E. P. Correia, & R. S. Duque (Eds.), *O Poder Político e a Segurança* (pp. 201-203). Lisboa: Fonte da Palavra.
- Ponsaers, P. (2001). Reading about «Community (Oriented) Policing» and policemodels. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 24, pp. 470-497.
- Quivy, R., & Campenhoutdt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramírez, A. (2005). *Estrategias Sociales de Policía*. Madrid: Editorial Dykinson.
- Ratcliffe, J. H. (2008a). *Intelligence-Led Policing*. Cullompton: Willan Publishing.

- Ratcliffe, J. H. (2008b). *Intelligence-Led Policing*. Em R. Wortley, & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental Criminology and Crime Analysis* (pp. 263-282). Devon: Willan Publishing.
- Reiner, R. (2010). *The Politics of the Police* (Fourth ed.). New York: Oxford University Press.
- Reisig, M. D., & Kane, R. J. (Eds.). (2014). *The Oxford Handbook of Police and Policing*. New York: Oxford University Press.
- Roberg, R., Novak, K., Cordner, G., & Smith, B. (2015). *Police & Society*. New York: Oxford University Press.
- Roché, S. (1996). *La Société Incivile*. Paris: Éditions du Seuil.
- Roché, S. (1998). *Sociologie politique de l'insécurité*. Paris: PUF.
- Sarmiento, C. M. (2006). Poder e Identidade. Desafios de Segurança. Em M. G. Valente (Ed.), *II Colóquio de Segurança Interna* (p. 161). Coimbra: Almedina.
- Sarmiento, C. M. (2010). *Política e Segurança: Novas Configurações do Poder*. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Scott, M. S. (2000). *Problem-Oriented Policing: Reflections on the First 20 Years*. Washington D.C.: Office of Community Oriented Policing Services.
- SILVA, N. M. (2010). Cidadania e Segurança: Uma análise prospetiva. *I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*. Lisboa.
- Skogan, W., & Hartnett, S. (1997). *Community Policing Chicago Style*. New York: Oxford University Press.
- Skolnick, J. (1966). *Justice without trial: Law enforcement in democratic society*. London: Wiley.
- Stamm, E. (2015). Methods of Policing: Deviation from the Standard Model of Policing and Measured Effectiveness. *Honors Research Projects*.
- Tilley, N. (2005). Community policing, problem-oriented policing and intelligence-led policing. Em T. Newburn (Ed.), *Handbook of Policing* (pp. 311-339). Devon: Willan Publishing.
- Torres, J. (2011). Segurança "Just In Time": abandonar de vez o paradigma da mão-de-obra intensiva. *Politeia*, pp. 235-247.
- Torres, J. (2016). Administração e Gestão Pública. *Curso de Direção Estratégica Policial*.
- Trojanowicz, R., & Bucqueroux, B. (1990). *Community Policing: A Contemporary Perspective*. Cincinnati: Anderson Publishing.
- União Europeia. (2009). DECISÃO 2009/902/JAI DO CONSELHO de 30 de Novembro de 2009. *Jornal Oficial da União Europeia*.

- União Europeia. (2010). *Estratégia de Segurança Interna da União Europeia - Rumo a um modelo europeu de segurança*. Secretariado-Geral do Conselho. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- United Nations Development Program. (1994). *Human Development Report*. New York: Oxford University Press.
- United Nations Office on Drugs and Crime . (2010). *Manual de Diretrizes de Prevenção à Criminalidade. Aplicação Prática*. Escritório das Nações Unidas da Droga e do Crime. Nova Iorque: Nações Unidas.
- Valente, M. M. (2013). *Segurança um Tópico Jurídico em Reconstrução*. Lisboa: Âncora Editora.
- Valente, M. M. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Almedina.
- Waddington, P. A. (1999). *Policing Citizens*. London: UCL Press.
- Weffort, F. C. (2001). *Os Clássicos da Política, Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, o Federalista* (13.ª ed.). São Paulo: Editora Ática.
- Weisburd, D., & Braga, A. A. (2006). *Police Innovation. Contrasting Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weisburd, D., & Eck, J. E. (2004). What Can Police Do to Reduce Crime, Disorder, and Fear? *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 593, pp. 42-65.
- Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2011). Crime Prevention and Public Policy. Em B. C. Welsh, & D. P. Farrington (Edits.), *The Oxford Handbook of Crime Prevention* (pp. 3-19). New York: Oxford University Press.
- Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2012). *The Oxford Handbook of Crime Prevention*. New York: Oxford University Press.
- Wright, A. (2011). *Policing. An introduction to concepts and practice*. New York: Routledge.

Documentos de gestão interna da PSP

- Polícia de Segurança Pública (2012a). *Grandes Opções Estratégicas 2013-2016*. Lisboa: Direção Nacional.
- Polícia de Segurança Pública (2012b). *Plano de Atividades para 2013*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Polícia de Segurança Pública (2013). *Plano de Atividades para 2014*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Polícia de Segurança Pública (2014). *Plano de Atividades para 2015*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- Polícia de Segurança Pública (2015). *Relatório de Atividades 2014*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.

Polícia de Segurança Pública (2016a). *Grandes Opções Estratégicas para 2017-2020*. Lisboa: Direção Nacional.

Polícia de Segurança Pública (2016b). *Plano de Atividades para 2016*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.

Polícia de Segurança Pública (2016c). *Relatório de Atividades 2015*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.

Polícia de Segurança Pública (2017). *Plano de Atividades para 2017*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.

Documentos classificados da PSP

- Diretiva Estratégica “A”
- Diretiva Estratégica “B”
- Diretiva Operacional “C”
- NEP dos Níveis de Comando e Controlo “D”
- NEP do Policiamento de Visibilidade “E”
- Ordem de Serviço “F”
- Ordem de Serviço “G”
- Ordem de Serviço “H”
- Ordem de Serviço “I”
- Ordem de Serviço “J”

Legislação portuguesa

- *Constituição da República Portuguesa*. (2014). Coimbra: Edições Almedina.
- Lei n.º 17/2006 de 23 de maio. *Diário da República*, 1ª Série A, N.º 99, 3462 – 3463. Assembleia da República. (Aprova a Lei Quadro da Política Criminal).
- Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, N.º 168, 6065 – 6074. Assembleia da República. (Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública).
- Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto. *Diário da República*, 1ª Série, N.º 165, 6038 – 6042. Assembleia da República. (Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal).
- Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 167, 6135-6141. Assembleia da República. (Aprova a Lei de Segurança Interna).
- Lei n.º 72/2015 de 20 de julho. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 139, 4909-4911. Assembleia da República. (Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal).

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/88. *Diário da República*, 1ª Série, N.º 279, 4772 – 4800. Presidência do Conselho de Ministros. (Aprova as Instruções para a Segurança Nacional, Salvaguarda e Defesa das Matérias Classificadas).

APÊNDICE I - GUIÃO DA ENTREVISTA

Guião da Entrevista

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?
2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.
3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?
4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.
(*para completar uma fita do tempo que se inicie na génese das EPRI e termine na atualidade. Cada seta vertical corresponde a um marco histórico sinalizado pelo respondente. O número de marcos históricos é variável de entrevistado para entrevistado)
5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?
6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?
7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?
8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

APÊNDICE II - ENTREVISTAS

ENTREVISTADO 1

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?

À partida, um novo recurso tático terá que corresponder a uma necessidade operacional que gastaria outro tipo de recursos ou recursos que não são adequados a essa própria necessidade operacional. É o quadro em que eu antevejo que haja uma inovação operacional, ou seja, à partida uma inovação operacional corresponderá a uma necessidade que, de outra forma, gastaria muito mais recursos.

2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.

No meu entendimento as EPRI têm, de facto, lugar especialmente em zonas urbanas, como é o caso onde a PSP atua, complementando outros recursos que a PSP tem e para os quais as EPRI trazem vantagens acrescidas em relação àquilo que tínhamos até este momento. A principal característica das EPRI é a mobilidade e a capacidade de reação imediata, o que para um carro é mais difícil, tendo em conta a natureza dos recursos. Foi isso que basicamente motivou o aparecimento deste novo recurso tático e que se mostrou bastante importante, tanto na parte de dissuasão (porque, dependendo da forma como os utilizamos podem ter um forte impacto ao nível da dissuasão operacional, como ao nível da reação imediata, e este foi o primeiro motivo do aparecimento das motas e da constituição desta unidade). Portanto, em ambas as vertentes, é sem dúvida uma aposta ganha pela PSP.

3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?

Foi uma iniciativa da própria PSP, da autoria do Diretor Nacional àquela altura, Superintendente-Chefe Oliveira Pereira, que lançou o repto aos Comandantes Distritais da PSP e, naquele caso Setúbal, porque era de facto um distrito muito assolado por uma criminalidade urbana violenta e com características de grande mobilidade, voluntariou-se para acolher esta nova unidade tática da PSP neste primeiro momento. Não teve nenhuma motivação inicial política, como quase sempre. Não me lembro de qualquer outra inovação tática operacional que não tenha vindo da própria Polícia. Em Portugal, existiam até essa altura, embora não tenhamos identificado este novo recurso como uma ferramenta válida para lutar contra esses fenómenos criminais. As EPRI nascem em Setúbal, num momento em que era prática criminal frequente a utilização de motociclos para perpetrar crimes (tanto

assaltos a multibancos como assaltos à mão armada) para os quais atendendo à realidade de Setúbal, com muitas zonas pedonais, os automóveis eram pouco eficazes para um ataque imediato a essa nova premência operacional e, portanto, as EPRI surgem neste contexto. Num contexto de termos um recurso, conseguindo-se responder rapidamente a um novo *modus operandi* criminal que estava a preocupar naquele momento toda aquela zona. No caso de Setúbal, porque era de facto nessa altura um distrito assolado por uma criminalidade que fazia sentido, quando há esta ideia de podermos vir a ter unidades de motocicletas para combate criminal que nos pareceu que fazia todo o sentido que o abraçássemos e que acolhêssemos esta nova alternativa operacional.

4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

Em primeiro lugar a ideia, que foi plasmada numa reunião de comandos pelo Diretor Nacional, um marco que pôs as pessoas a pensar sobre esta inovação. Depois seguiu-se a aquisição das motas. A seleção do pessoal foi um processo complicado no Comando porque não havia um referencial e, portanto, os polícias têm sempre algumas reservas em se candidatar a algo que não conhecem. Assim, o processo de seleção e implementação, até se estabilizar foi muito crítico para o Comando, pois os polícias também não sabiam muito bem como se posicionar no terreno. Foi preciso muito acompanhamento num processo que levou muitos meses e que chegou a pôr-nos em dúvida se devíamos continuar com aquele esforço ou não porque houve momentos em que pensávamos que “a guerra estava perdida”. Mas depois o processo acabou por estabilizar, ao aprendermos com os erros cometidos. Depois começou a fase do impacto social e criminal (que nos deu algum alento) e de balizar os limites da atuação, de definir como coordenar esta unidade com as restantes unidades já constituídas ao nível tático [porque depois ao nível cultural dentro da própria organização isto provoca ciúmeiras institucionais]. Depois tratou-se da implantação e de promover o seu impacto operacional. Atualmente não sei precisar pois abandonei as funções que desempenhava no Comando em 2012. Sei que aqui em Lisboa estão a funcionar de forma ligeiramente diferente em termos de doutrina de atuação mas não tenho opinião sobre isso.

5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?

Como é que se tentou conciliar, diria eu. Ao princípio foi apenas uma fase de adesão, de colocar os elementos no terreno, de os colocar a rolar. Depois sentiu-se a necessidade de definir como é que se conjugam com as restantes vertentes operacionais: com as EIRs, com os Oficiais de Serviço, ... como é que pode ser feito o reforço às Divisões e qual é que é o papel da reação imediata dos CPs e destas unidades. Porque depois, obviamente que

estas equipas chegarão primeiro que os CPs e para tudo isso foi preciso arranjar equilíbrios para que não se estabelecesse uma guerra entre unidades até porque, naturalmente, nas inovações há sempre a maioria que não lida muito bem com a mudança e tenta denegrir esse processo. É preciso ter a consciência de que o processo de mudança não pode ser só feito no terreno ou por ordens superiores. É preciso acompanhá-lo, fazer com que as coisas criem raízes. Tivemos obviamente que fazer diretivas para perceber como é que estas unidades, porque elas funcionavam centralizadas no Comando, dependentes da área de operações, e faziam reforços por escala (normalmente de três em três dias) a cada uma das Divisões, tendo os Comandantes de Divisão ao seu dispor aquele meio de reforço. Quando havia operações planeadas, a área de operações determinava *a priori* que, naquele período (por exemplo a Festa do Avante, as Festas da Cidade de Setúbal,...) já se sabia que nesses períodos mais críticos os comandantes locais podiam receber esta unidade de reforço, sempre tendo em atenção que o controle doutrinal feito pela área de operações era aquele que prevalecia, ou seja, as EPRI não são para ser utilizadas como substitutos dos Carros Patrulha, como por vezes havia a tentativa de o fazer, incorretamente. São equipas de reação imediata, de dissuasão mas que não substituem as unidades que já estão constituídas, são complementares. Embora na prática uma ou outra vez isso acabasse por acontecer por dificuldades várias. Mas, por norma não seria isto que acontecia, e nós tentámos o mais possível que, por exemplo numa atuação, num determinado ponto em que as EPRI tivessem que fazer uma abordagem, fazendo a contenção inicial do local onde havia a intervenção, esperariam pelo reforço da área territorial (um CP ou uma EIR) e era o CP ou a EIR que tomavam conta da ocorrência e que faziam o expediente. Às EPRI apenas era pedido que mencionassem no relatório os procedimentos que tomaram até à chegada dos meios territoriais competentes pois são apenas um meio de reforço, de reserva, complementar. Um pouco como a filosofia do que se passa com o reforço do CI aos Comandos, esta unidade faria a mesma coisa dentro do Comando em relação às Divisões.

6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?

De uma forma natural. Não chamamos bem de prevenção, embora elas no seu desenvolvimento façam prevenção. Quando estão num determinado local em que toda a gente naquele local sabe que estão lá as motas (e sabíamos que isso acontecia com os nossos piores “clientes”), sabíamos que era *vox populi* no interior daquelas comunidades, onde há muita criminalidade, que quando as motas estavam presentes no local divergiam para outros locais. Dava-se uma deslocalização criminal natural em virtude da dissuasão que era exercida pelas EPRI. Naturalmente como qualquer outro recurso da PSP, não tendo uma missão em concreto, têm uma função de ocupação do lugar e de dar sentimento de

segurança às pessoas e prevenir que outros, sabendo que está ali aquela unidade, não vão cometer crimes porque sabem que com a mobilidade existente facilmente podem ser apanhados. Ao nível da reação imediata é só estar atento às comunicações e perceber quando é que há algo que merece uma atuação deste tipo de unidades, porque essa foi outra das instruções que lhes foi dada, e só atuar em casos de criminalidade grave e violenta, para fazer uma reação imediata e muito mais rápida. Em períodos em que não estão, em termos de atividade planeada ou em termos reativos, devem estar às ordens da Divisão, e devem estar a patrulhar as zonas que a Divisão acha que são mais sensíveis para terem o tal efeito preventivo. Mas isso é o que acontece com os CPs, com as EIRs, com qualquer outro recurso policial. Aí não diferem.

Então acha que as EPRI devem ter um carácter mais preventivo que reativo?

Não. Devem ter um carácter reativo e não preventivo. Agora, a reação em turnos de serviço de seis ou oito horas não há ocorrências para se estar permanentemente a reagir. Aqui a pergunta é: o que é que se faz nos momentos em que não estão a reagir? Devem estar a patrulhar naturalmente a zona para onde foram deslocados e com isso fazer uma prevenção natural pela sua presença no local. Mas atenção que isto não serve para prevenir. As EPRI não foram constituídas para prevenir e sim para reagir rapidamente a situações de criminalidade grave e violenta.

7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?

Dá para tudo. Dá para situações de manifestações, de ordem pública, dá para reação a criminalidade grave e violenta. Não consigo antever nada onde não se possa utilizar este tipo de recurso em complementaridade do que já temos no terreno naquele momento. Na maior parte das situações acaba por fazer sentido, por exemplo, supondo que temos um evento em que temos o planeamento feito para uma manifestação numa determinada praça, num espaço relativamente confinado. Faz sentido termos os recursos tradicionais presentes, apeados e móveis, a fazer o policiamento e, estas unidades fazerem um segundo anel, mais difícil de suportar, em termos de recursos tradicionais. E podem ainda, com a sua mobilidade andar permanentemente a visionar tudo aquilo que está num segundo anel de intervenção, perfeitamente em situações de ordem pública e outras. Em termos de operações de investigação criminal ou outras, também faz sentido exatamente da mesma forma. Existindo um efetivo que está preocupado com determinado ponto onde estamos a atuar, ter estes recursos com a mobilidade que eles têm a fazer controlo de entradas e saídas que podem levar a essa zona para controlar tudo o que se passa em todos os momentos, faz todo o sentido com a mobilidade e com os recursos que eles têm.

Portanto, consigo perceber para este tipo de unidades vários tipos de intervenções que, podendo ou não caber na sua missão inicial, são plausíveis, que fazem sentido em termos operacionais.

Consideraria aqui também a qualidade de relações públicas (como referiu anteriormente)?

Não tenho dúvidas nenhuma, porque em determinados pontos e períodos são unidades que dão nas vistas, com quatro ou cinco motas poderosas, com elementos bem fardados em cima das mesmas, com fardamento adequado, colocá-los em determinados pontos obviamente que dá uma excelente imagem daquilo que é a PSP. E se ainda por cima promovermos uma atitude de comunicação dos seus elementos com a população em geral, dando esclarecimentos até sobre a unidade, aquilo que é a sua função, faz todo o sentido em termos de promovermos aquilo que são este tipo de unidades. Em termos de relações públicas não tenho dúvidas nenhuma que, fugindo ao normal que o cidadão vê no dia a dia, também está aqui um papel que pode ser interessante. Já para não falar em levar estas motas para exposições ou para eventos escolares ou coisas desse género, faz todo o sentido porque de facto são unidades vistosas, que dão nas vistas pela forma como estão constituídas.

8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

Eu acho que está consolidado, não tenho dúvidas nenhuma. Não passa pela cabeça de ninguém acabar com elas. O que eventualmente poderá ter que acontecer, na minha visão, e mais daquilo que ouço do que vejo, é que haja aqui alguma consolidação doutrinária deste tipo de equipas. Ou seja, que elas não sejam utilizadas com tanta discricionariedade que às tantas já não percebamos para que é que elas são constituídas. Porque se isto ficar à discricionariedade de cada chefia *per si*, podemos ter se calhar um dia destes é, estas equipas também a serem banalizadas e utilizadas de uma forma que depois perde o seu efeito. Aqui é que acho que temos de ter alguma preocupação e eventualmente fazer uma avaliação destes anos de implantação no terreno e perceber se há aqui, ou não, necessidade de voltarmos outra vez a delimitar de uma forma clara para que é que elas servem e por que é que elas andam no terreno. Por que se não às tantas já são apenas mais um conjunto de motas que anda para aqui ou para acolá, e isso para mim não faz muito sentido e vai banalizar um recurso que pode ser importante de outra forma.

ENTREVISTADO 2

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?

A criação das EPRI tem que ver com a necessidade sentida pela PSP de fazer face a fenómenos (nomeadamente no quadro da criminalidade violenta e grave), em que os meios normais têm dificuldade de fazer face. A evolução da nossa sociedade tem sido grande e os fenómenos criminais também se vão alterando, pelo que têm surgido ao longo dos anos novas situações que levam a que a Polícia se tenha que adaptar a elas. Muitas vezes, face a esses episódios, a esses casos, a Polícia vê-se na necessidade de estudar e de equacionar a criação de novas valências ou inclusivamente de doutrina que enquadre o emprego dessas valências.

2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.

As EPRI surgiram para fazer face à criminalidade violenta e grave em meio urbano, nomeadamente assaltos em que é utilizado algum grau de violência e que os meios normais tinham alguma dificuldade de acorrer a essas ocorrências com rapidez. Portanto foi equacionada a criação deste recurso tático que apresenta um equilíbrio entre flexibilidade, rapidez, poder de fogo, para poder fazer face a grupos mais violentos e mais organizados. Por outro lado, também foi equacionada a atuação das EPRI em zonas urbanas sensíveis perante situações de violência generalizada nessas áreas. Portanto, as EPRI foram criadas para atuarem em reação a locais onde estão a ocorrer crimes violentos, em reação, de forma a reagir, sempre que possível deter os suspeitos, esperando, ao mesmo tempo que cheguem recursos adicionais.

3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?

Não foi uma decisão governamental. Foi uma decisão da própria PSP. Esta opção também não teve que ver com um aumento da criminalidade violenta ou grave, na medida em que esta teve um ligeiro decréscimo. Talvez tenha que ver mais com a alteração qualitativa do crime; o facto de ocorrerem determinados tipos de crimes que são cometidos por delinquentes armados, vários indivíduos com algum grau de organização e, também com algum grau de violência. Resultou também da perceção que a PSP estava a ter que os meios normais não estavam a ser suficientemente eficazes para responder a essas ocorrências. Um dos problemas que ainda hoje acontece é que os recursos policiais que os Comandos

têm para acorrer a situações de criminalidade grave são os carros patrulha. O problema é que os carros patrulha estão, muitas vezes, empenhados num grande número de ocorrências e, muitas vezes, não estão disponíveis para serem direcionados para este tipo de casos. Por outro lado, os carros patrulha em meio urbano, em determinados contextos têm alguma dificuldade de chegar com rapidez aos locais. Pareceu, na altura, a quem estudou estas situações, que seria adequado a PSP criar equipas em motociclo, confere maior flexibilidade e rapidez para se chegar aos locais das ocorrências, procurando deter os suspeito em flagrante delito ou, pelo menos, conter os efeitos das ocorrências. Não há um aumento criminalidade violenta, isso é claro. Se virmos no RASI, a criminalidade geral e a criminalidade violenta têm vindo a descer desde 2008 até hoje. A questão centra-se na alteração qualitativa do crime que nem sempre consegue ser percecionada através das estatísticas oficiais (a utilização de armas de fogo para a prática dos crimes, um maior grau de organização e de especialização por parte dos delinquentes, etc.).

4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

As EPRI começaram a ser pensadas e chegou a haver formação mesmo antes da aprovação da Diretiva Operacional, um marco naturalmente histórico que formaliza a criação das EPRI. Antes da Diretiva Operacional já tinha sido realizada alguma formação. Outro marco histórico foi a aquisição dos meios. Não era possível criar as EPRI sem termos os motociclos. E depois posteriormente um referencial de curso de formação já mais pensado foi crucial. O processo ainda demorou algum tempo porque teve que ser adquirido equipamento adicional (fatos de proteção, as proteções - joelheiras, cotoveleiras -, capacetes). Numa primeira fase as EPRI cumpriram estritamente aquilo que estava previsto na Diretiva Operacional e hoje em dia, na minha perspetiva, começam a ser utilizadas noutras situações que não faz sentido. E é com essa questão que temos que ter cuidado. Acho que a PSP tem que refletir porque no terreno, em termos operacionais e em termos táticos, as EPRI estão a ser utilizadas em dispositivos que me parece que não são os mais adequados, por exemplo, em dispositivos de segurança junto dos GOA ou mesmo nos grandes eventos desportivos. As EPRI não foram criadas para isso e o estarmos a utilizar este recurso nestes contextos é estarmos a descaracterizar esta valência, este recurso tático.

Então acha que há uma discricionariedade muito grande quanto à atuação destas equipas?

Tem havido uma discricionariedade grande. As EPRI não foram criadas nem sequer a sua formação inicial visava o acompanhamento de GOA e penso que não deveriam fazê-lo. Elas foram criadas especificamente para intervirem em casos de criminalidade violenta e também como recurso policial que pode ser empenhado em ações de visibilidade. Se a

PSP equilibrar o empenhamento das EPRI em ações de prevenção/visibilidade, por um lado, e de reação para casos mais complicados, por outro, penso que estará a contribuir para o sucesso desta valência. Aliás, a vantagem das EPRI é não estarem tão sobrecarregadas com ocorrências durante o turno, do que estão outros recursos táticos, como sejam as EIR ou os Carros de patrulha. Ao termos este recurso que eu diria que poderá ser colocado, de acordo com a nossa doutrina, eventualmente num terceiro nível de atuação/intervenção, acho que é uma mais valia para quem tem este recurso. O estarmos a utilizá-lo em escoltas, em acompanhamento de GOA, em ações de policiamento de proximidade, numa vasta panóplia de outras situações que não as concretamente previstas na Diretiva Operacional, é estarmos a desaproveitar as EPRI e estarmos a descaracterizá-las.

De que forma é que acha que poderíamos contornar essa situação?

A melhor forma é cumprir na íntegra o que está previsto na Diretiva Operacional que foi aprovada pelo nosso Diretor Nacional. Na minha opinião, a DN/PSP deverá dar instruções aos comandantes para que não utilizem este recurso tático fora das situações expressamente previstas. Penso que há aqui vários problemas, talvez um excesso de voluntarismo dos próprios. Por outro lado, uma falta de noção de alguns responsáveis operacionais sobre qual é o fundamento da existência das EPRI, e isso tem que ser resolvido, tem que se voltar à origem das EPRI, sob pena de elas nem sequer estarem a cumprir aquilo que está na sua designação: prevenção e reação imediata. Na prevenção podemos colocar o patrulhamento e a visibilidade. Reação imediata para a ocorrerem a situações de criminalidade mais complexa, violenta e grave.

5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?

Concilia-se com relativa facilidade. Por um lado, porque a PSP tem já há vários anos doutrina sobre os níveis de intervenção policial e, como referi anteriormente, penso que as EPRI se poderão integrar perfeitamente no terceiro nível de intervenção policial. Também se podem conciliar com a atuação nas ZUS (existe uma Diretiva da DN que define a metodologia de intervenção em ZUS). Concilia-se perfeitamente com a NEP dos níveis estratégico, operacional e tático, sendo claramente um recurso tático que está à disposição dos comandos e aquilo que na minha perspetiva deve ser refletido é: de quem é que dependem? É uma das questões que tem vindo a ser alterada em alguns comandos, por exemplo no Comando Metropolitano de Lisboa. Na minha perspetiva, as EPRI deveriam depender das Divisões e não do Comando. Porque dessa forma, não dependem do nível tático, mas do nível operacional. Deixam de ser um recurso tático para passarem a ser um recurso operacional. As EPRI também se podem conciliar com as ações de prevenção e de

proximidade, ou seja, não sendo um recurso eminentemente de proximidade, podem contribuir para a visibilidade da PSP nas suas áreas de responsabilidade. São um meio que tem alguma visibilidade e algumas características quase que bélicas ou musculadas, que inspiram alguma confiança junto dos cidadãos e que contribuem para uma elevada visibilidade.

6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?

A vertente de prevenção está relacionada com o patrulhamento da via pública. Durante o turno é-lhes determinada uma ordem de missão para que efetuem patrulhamento numa determinada zona e, nessa perspetiva, em situação de patrulha estão a desempenhar missões de prevenção. A reação concretiza-se quando há uma ocorrência e as EPRI são acionadas para ir resolver ou intervir nessa ocorrência. Portanto, a designação destas Equipas advém exatamente desta dupla vertente.

7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?

A mais valia das EPRI consubstancia-se na necessidade da PSP de dar resposta rápida a uma criminalidade de oportunidade, ou seja, há um conjunto assinalável de crimes, nomeadamente roubos, com ameaça de arma de fogo ou simulando terem arma de fogo, roubos por esticção, etc. que criam um elevado sentimento de insegurança. Alguns destes crimes são cometidos por indivíduos isolados, outros por grupos mais ou menos organizados. Temos ainda um número elevado de roubos cometidos por indivíduos organizados. E a PSP, sendo uma polícia de ordem pública e de prevenção criminal não pode estar só alicerçada na valência de investigação. A PSP tem que delinear estratégias e mecanismos operacionais e táticos para evitar que os crimes sejam cometidos. Temos de ter meios/recursos eficazes para dar uma resposta rápida e eficaz e, se possível, procurar deter os suspeitos em flagrante delito. Criar mecanismos de resposta rápida para a resolução de ocorrências que interfiram no sentimento subjetivo de segurança dos cidadãos é uma necessidade absoluta de uma força de segurança uniformizada e que tem atribuições de ordem pública e de prevenção criminal.

8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

Sim e não. Sim, porque a sua presença na via pública, a sua atuação tem, pelo menos do ponto de vista da perceção de segurança, um efeito positivo. Na minha perspetiva dá uma perceção de tranquilidade às pessoas. Traduz a introdução de uma metodologia mais

musculada, uma tática mais musculada da PSP, diferente da normal, equilibrando musculação com rapidez e com flexibilidade. Desse ponto de vista é positivo. Não, porque temos de refletir bem na forma como estamos a empenhar as EPRI. Acho que das duas uma: ou revemos a Diretiva Operacional atualmente em vigor e são atribuídas novas funções às EPRI ou então tem que ser revisto o empenhamento tático das EPRI em alguns dispositivos de segurança. Por outro lado, a dependência orgânica das EPRI tem tido demasiadas alterações. Continuo a dizer que as EPRI têm de estar dependentes das Divisões Territoriais e não dos Núcleos de Operações dos Comandos. No âmbito do planeamento pode ser necessário determinar que a EPRI da “Divisão A” vá desempenhar missões na Divisão “B” e “C” na área do mesmo Comando Territorial. Estas missões de reforço decorrem da avaliação e do planeamento operacional que é efetuado ao nível do Comando. O mesmo acontece com as Equipas de Intervenção Rápida. Também, muitas vezes são dependentes de uma Divisão mas no dia “A”, “B” e “C” é-lhes determinado que vão desempenhar missões na área de outras Divisões Territoriais. As EPRI, na minha opinião, têm que ter um enquadramento orgânico semelhante às EIR. Finalmente, temos de refletir sobre a postura bélica/ostensivamente musculada das EPRI, ou seja, até que ponto é necessário irem dois polícias em cima da mesma mota? O próprio uniforme, o passa-montanhas, a *shotgun* empunhada ostensivamente...temos de refletir sobre isso. Qual é que é a minha perspetiva? Os nossos polícias colocam o *chip* da musculação/da reação e, por vezes, em situações de mera prevenção e de visibilidade não adotam uma conduta de mais de baixo perfil, de contenção, preventiva. É completamente diferente, e isto sem qualquer perspetiva ou preconceito de segregação ou discriminação, estar a patrulhar a Praça D. Pedro V (Rossio) em Lisboa em situação de visibilidade, do que estar numa situação de reação tática ou de reação imediata numa zona urbana sensível ou em apoio a um seguimento ou uma operação de investigação criminal. Aqui há que ter a flexibilidade. Em situação de prevenção e de visibilidade o tipo de fardamento ou de adereços do fardamento não tem de ser necessariamente igual aos que são utilizados quando se está numa situação de investigação ou numa atuação mais complexa e sensível ou numa zona crítica. Isto é algo sobre o qual temos mesmo de refletir porque parece-me que se simplifica a conduta e postura policial em demasia. O fardamento da EPRI é aquele para toda e qualquer situação e, na minha perspetiva, não devia ser. Numas situações acho que não faz sentido estarem com o passa-montanhas a tapar a cara e com o capacete, se estiverem numa situação de visibilidade. Penso que a confiança e empatia por parte dos cidadãos em relação à Polícia é afetada por esta postura mais distante e ostensiva. Muitas vezes as EPRI param a mota, estacionam numa praça central para a visibilidade. Se houver alguma necessidade são acionadas. Numa situação de reação imediata, de investigação criminal, etc. têm que ter outra postura. Isto é quase como que, imagine que acontecia o mesmo com as EIR. As

EIR, que são uma valência que existe há mais de duas décadas, têm uma tradição de maior flexibilidade nestas situações, não andam sempre equipados com o capacete de ordem pública.

ENTREVISTADO 3

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?

A polícia vive processos constantes de adaptação à realidade, que está em constante mudança, com desafios novos e diferentes. É importante que a polícia se sinta capaz de dar resposta a novos desafios. Na base de uma inovação estará sempre um desafio ou uma dificuldade que faz com que a polícia tenha que criar ou desenvolver uma ideia ou um meio que dê resposta a esse desafio ou a um novo fenómeno criminal.

2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.

As EPRI constituem-se como um meio operacional de grande valia para a realidade do COMETLIS e para a Polícia de Segurança Pública em geral. São equipas que, para além de terem formação específica para atuarem perante fenómenos criminais complexos e em alterações de ordem pública consideráveis. Tem também, no que respeita às equipas de Lisboa, polícias com níveis de motivação e profissionalismo muito acima da média. As EPRI, sem desprimor para com outros meios policiais, assumem-se como um dos meios operacionais de maior importância da realidade do Comando de Lisboa. Tem elevados níveis de camaradagem, o que ganha especial relevo num tipo de serviço em equipa. Tudo isto conjugado, a especialização, a motivação e a camaradagem e a importância do enquadramento no terreno, que é cada vez maior e melhor, permitem que o serviço por elas desenvolvido seja eficiente.

Considera então as EPRI um recurso especializado da PSP...

Sem dúvida alguma. A par disso, o plano de formação dos polícias que integram as equipas mas também um processo de reciclagem de módulos lecionados e transmitidos no âmbito da formação inicial. Recentemente foi feita a proposta para uma formação periódica no âmbito da defesa policial, sendo isso evidência de uma preparação semanal para os desafios que estas equipas enfrentam diariamente.

3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?

A criação prende-se essencialmente com uma motivação interna da instituição. A Polícia tem que estar preparada para analisar a realidade em que está inserida e, com base nisso tomar decisões e criar mecanismos, ferramentas e táticas que sejam capazes de responder aos novos desafios e fenómenos criminais. As EPRI surgem devido à existência de um

fenómeno particular, o *carjacking*, bem como outros fenómenos de criminalidade violenta e grave. Assim, as EPRI surgem muito mais de uma iniciativa da PSP do que governamental e surgem porque a Polícia tinha conhecimento que esta tipologia de equipas já existiria noutras realidades, por exemplo em Israel e na América do Sul.

4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

As EPRI ainda estão um pouco à procura da sua essência, um processo que demora algum tempo. Estamos ainda num processo de construção e consolidação do conceito. Há vários eventos, desde a sua criação até ao dia de hoje, que marcam a existência destas equipas. Destacaria a sua intervenção em grandes eventos, como é o caso dos eventos desportivos e também perante movimentos de contestação social, como é o caso das manifestações. Temos tido em Lisboa eventos desportivos a nível nacional mas também internacional, com clubes de várias realidades, muitos deles com adeptos conotados à violência no desporto. Também grandes manifestações, como é exemplo a manifestação dos taxistas que paralisaram a cidade e nos quais, as equipas, atendendo à sua capacidade de mobilidade e de dar resposta a focos de incidentes demonstraram que em determinado tipo de situação têm um papel fundamental. O Comando de Lisboa tem vindo a beneficiar muito com a existência destas equipas. Outro marco importante, que coincide com o início do ano 2017, é a decisão estratégica do comando de concentrar todas as equipas no COMETLIS, a dependerem diretamente da Área Operacional, ao contrário do que existia anteriormente, e que as equipas estavam na dependência funcional de duas divisões, Sintra e Loures, o que dava azo a que as equipas tivessem enquadramentos diferenciados. Com a transferência para Lisboa e a dependência de um canal hierárquico único, as equipas acabam por estar em sintonia e com critérios de atuação iguais. Este é um grande marco estratégico. Um marco ao nível operacional é a sua atuação em grandes eventos na área do Comando de Lisboa.

5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?

A resposta vai um pouco ao encontro do conceito de Polícia Integral. A Polícia tem atribuições nas mais variadas áreas da segurança, desde a segurança privada, as armas, a ordem pública, a questão da investigação criminal, as informações, etc. e no que diz respeito à parte operacional as equipas constituem-se como um meio de grande valia essencialmente no que concerne à resolução de ocorrências. A sua capacidade de mobilidade e de dar resposta a fenómenos criminais complexos, a alterações de ordem pública consideráveis, atendendo à formação que receberam e motivação que apresentam, parece-me fácil que, quando inseridas num policiamento e devidamente enquadradas de acordo com a sua

missão e para aquilo que é pretendido, as equipas desenvolvam o seu trabalho e acrescentem mais-valia ao policiamento.

6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?

Não é difícil. Qualquer pessoa, sendo ou não polícia, percebe que quando as equipas chegam a determinado local criam um impacto muito grande, respondendo à primeira parte da pergunta, com a questão da prevenção. Para além de serem empenhadas em policiamentos numa vertente muito mais operacional e de reação, são também empenhadas semanalmente em espaços de grandes aglomerados de pessoas, como é o caso dos interfaces, onde desenvolvem um policiamento de visibilidade. Isso permite que as EPRI causem também um impacto e que transmitam um sentimento de segurança para as pessoas que passam em determinados locais. Relativamente à reação policial, as equipas têm um cariz muito mais operacional e de intervenção do que propriamente de prevenção mas, atendendo à sua natureza, às motas, ao fardamento e ao equipamento que ostentam, permite que tanto possam constituir-se uma mais valia para efeitos de visibilidade como na questão da reação a fenómenos criminais.

7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?

Tem a ver com a capacidade das equipas terem tanto a capacidade de reagir a determinado tipo de ocorrência/fenómeno mas ao mesmo tempo atendendo à sua natureza (as motas de alta cilindrada, ruidosas, o facto de estarem empenhados dois polícias em cada motociclo, de se fazerem transportar de pistola metralhadora MP5) que causa impacto e também a dissuasão de determinado tipo de fenómeno, o que transmite o tal sentimento de segurança. Acho que é esta dicotomia entre prevenção/visibilidade e reação que faz com que estas equipas tenham uma latitude de atuação muito grande.

8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

Penso que não. Não consideraria as equipas como um recurso consolidado. No Comando de Lisboa existem há cerca de três anos e meio ou quatro, sendo um meio que ainda agora surgiu, quando comparado com os meios policiais tradicionais: o patrulheiro, o carro-patrulha, as Equipas de Intervenção Rápida,... Neste momento não podemos dizer que seja um embrião mas é um meio policial que se está a desenvolver, cujos polícias que pertencem às EPRI ainda se estão a aperceber do potencial que as equipas têm e daquele que é o seu referencial de atuação mas, ao mesmo tempo, as subunidades que as recebem estão

também num processo evolutivo de saber até que ponto, ou em que circunstâncias é que poderão potenciar as equipas. Eu diria que este é um processo constante, como é para todos os meios policiais, mas as EPRI em particular, por existirem há pouco tempo, por estarem num nível de consolidação muito inferior quando comparado aos restantes meios policiais. É importante não deixar de dizer que, se em tão pouco tempo já nos apercebemos do tamanho potencial que as equipas têm, quero crer que quando chegarmos ao momento de maior consolidação do meio, teremos a oportunidade de recolher muito mais valias e benefícios deste meio policial. O futuro é bastante promissor em relação às EPRI.

ENTREVISTADO 4

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?

A atividade policial está em permanente mutação pois depende da contínua evolução da sociedade onde se insere. Nesse sentido, a tática das FSS altera-se e desenvolve-se de acordo com essas necessidades. Para um novo problema, um novo recurso tático/policial.

2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.

Considero a sua existência fundamental. As EPRI têm, objetivamente, todas as valências requeridas para uma unidade operacional de polícia. A visibilidade diretamente ligada à prevenção, a oportunidade, graças à capacidade de rapidamente e em tempo se poder deslocar para uma zona de conflito e, por último, a capacidade de reagir de forma proporcional.

3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?

Partiu de uma iniciativa da PSP. Na altura, 2009, a criminalidade na área do CD de Setúbal era muito preocupante, não só com um aumento das tensões sociais, mas também com um recrudescimento de assaltos a ourivesarias a outros estabelecimentos comerciais. Esta circunstância exigia que a PSP tomasse as medidas adequadas uma vez que os meios e táticas até então utilizadas se mostravam insuficientes. Na altura assisti a um noticiário na televisão no qual apareceram umas equipas que se faziam transportar em motas, e equipadas com algum armamento, numa situação de desordem pública na Venezuela, pelo que pensei que algo semelhante pudesse ser a solução para o nosso problema.

A questão básica que tínhamos que resolver assentava em 3 parâmetros, ou dificuldades que tínhamos que ultrapassar, a saber: Oportunidade, proporcionalidade e eficácia. A oportunidade assentava na capacidade de em tempo oportuno os recursos de reação chegarem em tempo (os meios existentes nomeadamente CP's e EIR's têm as dificuldades óbvias em ambiente urbano – trânsito, obstáculos vários, etc.). A proporcionalidade tem a ver com os RH e armamento necessários para reagir de forma adequada e proporcional à ameaça (em última análise poderá não reagir, mas constitui-se como “guarda avançada”, contendo e controlando a situação e permitindo que as forças mais adequadas possam, entretanto, chegar e resolver o incidente). A eficácia, visa objetivamente a aplicação dos recursos existentes com sucesso.

4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

Em 2009, aquando da criação das EPRI, houve uma série de dificuldades e de constrangimentos à sua implementação. Primeiro que tudo houve que definir que tipo de motas (2 homens por mota devendo o pendura estar claramente numa posição de total visibilidade, posição elevada), o equipamento (fatos, botas, luvas, e capacete, etc.) o armamento e os recursos humanos a utilizar, sabendo que estes, teriam de ter competências muito específicas (conduzir motos e especialização em ordem pública). Os recursos financeiros necessários constituíram um claro e difícil obstáculo à sua implementação. Por outro lado, e não menos importante, foi necessário combater a inércia à inovação e a resistência à mudança, particularmente na ação de comando. Por ultimo e uma vez ultrapassadas estas questões teriam que se criar normas e definir técnicas e táticas de utilização dos meios.

5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?

Há um princípio que deve presidir a qualquer ação policial que é a da complementaridade de todas as suas valências. Nesse sentido as EPRI devem adotar os métodos e táticas que permitam conciliar as suas características e potencialidades com quaisquer outras valências policiais.

6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?

Qualquer elemento policial, pela sua própria presença, constitui-se como elemento preventivo da criminalidade. Por maioria de razão um recurso como as EPRI's com meios de grande visibilidade (motos potentes e agentes com armamento "pesado" e bem visível) atingirão, obviamente, esse objetivo. A reação tem a ver com a oportunidade e eficácia já referida anteriormente.

7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?

essa pergunta já foi respondida anteriormente.

8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

Acredito que sim. São um dado adquirido, tendo sido alargado o seu âmbito a outros comandos e também a outras ameaças como o terrorismo. No entanto, como recurso

escasso e de grande particularidade e especificidade, não deve ser aplicado genericamente. São unidades de grande sensibilidade operacional e especialização.

Entende então que se deve rever os moldes em que as EPRI estão a atuar?

Se estão a atuar de acordo com o que referi em 8., penso que não.

ENTREVISTADO 5

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?

É verificada uma necessidade, que no caso das EPRI deveu-se sobretudo à necessidade de maior mobilidade em ambiente urbano para fazer face a situações críticas, nomeadamente criminalidade violenta e grave, configurando a estratégia do “Just in time”. Esta estratégia consiste em aplicar os meios da forma mais rápida possível às necessidades criminais, que é necessário combater.

2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.

É a capacidade reativa da Polícia em espaço urbano denso, com bastante trânsito e é a capacidade de velocidade, de reagir de forma mais rápida. Obviamente que têm depois também um manancial imagético de grande relevo, que dá um ar mais musculado à ação policial que, complementado com a questão da prevenção e da proximidade tem ótimos resultados junto da população.

3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?

Foi uma iniciativa da própria PSP. Existiam sobretudo roubos nos meios urbanos policiados pela PSP que exigiram uma resposta mais rápida e que por vezes não seria possível devido a questões de trânsito, sobretudo porque um carro não respondia da mesma forma que um motociclo.

As EPRI vieram então colmatar uma lacuna...

Não seria propriamente uma lacuna. É uma maneira de responder mais proactivamente. Não era uma lacuna porque a situação criminal nunca foi insustentável. Foram sim uma maneira de ativarmos os nossos meios de forma a consolidar o tal pressuposto estratégico que neste momento existe na Polícia, que é o policiamento “Just in Time”, que é reagir de forma mais rápida e com os recursos suficientes e estritamente necessários, tendo em conta a falta de recursos.

4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

O grande marco histórico é o projeto piloto, em 2009, no CD Setúbal, e o momento seguinte será 2011, no Comando Metropolitano de Lisboa, onde se ativou a ideia de tornar este modelo de policiamento mais alargado, nomeadamente em Lisboa, Porto e Faro, após cerca de ano e meio de experiência em Setúbal, onde se percebeu sobretudo o seu

potencial imagético. Este foi um esforço suscitado pela Direção Nacional, pelo Departamento de Operações e pelo DNA para as Operações, em que se pedia para ser efetuado um estudo no sentido de tornar este modelo mais efetivo e alargado, e na perspetiva de melhorar a sua capacidade de utilização dos próprios recursos e com que meio deveriam trabalhar, surgindo aqui a ideia de anexar as EPRI às EIR devido ao conhecimento que estas têm da área em que operam e também numa perspetiva de atribuir-lhes mais músculo para uma eventual reação. Outro marco é quando foram efetivamente criadas, em 2014, em Lisboa, Porto e Faro.

5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?

Procurou-se criar mais músculo e utilizar a ideia das EIR, já perfeitamente enraizadas no dispositivo a nível nacional e tentar consolidar o esforço de uns com o esforço dos outros para melhorar a reação e aumentar a capacidade reativa, tornando mais efetiva uma ação necessária.

6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?

Em termos de prevenção, onde existe o polícia será mais difícil a ocorrência do crime. E, como tal, uma reação mais musculada e efetiva por parte da Polícia tem de ser sempre considerada como prevenção da ocorrência de outros crimes. A visibilidade também entra neste pressuposto, tendo em conta que se estiver lá o polícia tendencialmente haverá menor criminalidade. Daí haver sempre o aspeto preventivo inerente à própria capacidade destas equipas. Há um equilíbrio entre a prevenção e a própria reação. Se a reação tiver sucesso, estará obviamente a fazer a prevenção. Em termos práticos, quando foram criadas, no seu espírito não estava a sua utilização para efeitos de visibilidade, embora saibamos que a têm, por ser um meio mais musculado e que dá algo nas vistas.

7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?

É sobretudo no âmbito reativo. Criam novas dinâmicas, ampliam a velocidade da reação policial. O facto de funcionarem em equipa representa também uma vantagem, especialmente no funcionamento entre eles, acabando por funcionar muito bem ao treinarem em conjunto, acabando por ser um meio muito dinâmico e operacional.

8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

Tendo em conta que é um meio de 2014, ou pelo menos que obteve alguma consolidação e implementação ao nível nacional somente em 2014, penso que ainda é cedo dizermos que já está efetivamente consolidado. Ou seja, como é um meio novo, estão ainda em aprendizagem e que poderá ainda dar mais do que deu. Agora, noutro sentido, já é um meio que os próprios comandos já se habituaram a ter e que já estão a utilizar nos seus policiamentos, sendo eventualmente um meio imprescindível em alguns policiamentos. Isto porque já se conclui que são equipas coesas e que permitem ter outro tipo de reação que não é possível com outros modelos de policiamento, nomeadamente pelas EIR, que têm uma velocidade menor. Penso que se poderá dizer que já está meio caminho feito.

ENTREVISTADO 6

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?

Em primeiro lugar, uma das características de qualquer força policial é estar a par do que fazem outras forças congéneres, como combatem certos tipos de criminalidade, e é dessa análise que derivam algumas táticas. A par disso, é também ver quais os novos métodos de criminalidade que vão aparecendo, a evolução que os mesmos têm e depois encontrar uma forma de os combater, mediante as necessidades que nos colocam.

2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.

É um recurso ótimo, muito eficaz. São caracterizados fundamentalmente pela sua eficácia e pela prontidão com que chegam aos locais.

3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?

Sem dúvida nenhuma que a iniciativa foi da PSP, tendo o Superintendente-Chefe Oliveira Pereira sido determinante, pois foi uma decisão dele. No amadurecimento da ideia analisaram-se outras forças congéneres, nomeadamente do exemplo de Israel. Relativamente à criminalidade que se verificava em Portugal na altura eram preocupantes os *carjacking*, bem como os assaltos a multibancos.

4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

Recordo-me essencialmente da fase inicial, na qual houve uma fase preparatória de reuniões, de avaliação do equipamento necessário, o tipo de armamento, o tipo de motocicletas, etc. No que concerne às fases seguintes não consigo precisar.

Existiu então um grupo de trabalho dedicado à criação das EPRI antes da sua implementação em 2009? Não lhe consigo confirmar que tivesse existido um grupo de trabalho nomeado, julgo que não existiu qualquer despacho de nomeação nesse sentido.

5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?

Acho que são complementares. As táticas anteriores não tinham a capacidade de rapidez e mobilidade que têm as EPRI. As EPRI por si só não resolvem o problema mas têm capacidade de contenção até que possam chegar reforços.

6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?

É precisamente uma das características das EPRI. Eu vejo que quando passam aqui em Setúbal e ainda chamam a atenção às pessoas. Têm um efeito preventivo e dissuasor. Se isto é válido para qualquer polícia fardado na rua, mais válido é para este tipo de equipamento. E tem depois a capacidade reativa pelo equipamento que têm e pela velocidade com que chegam ao local. É, portanto, um ótimo meio de conciliação das duas características, que julgo estarem equilibradas.

7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?

É esse mesmo facto de possuírem as componentes de prevenção e reação, e de as exercerem de forma equilibrada.

8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

Estou ausente de funções há algum tempo, mas penso que sim. Na altura percebeu-se que tinham um bom efeito, até mesmo pela auscultação da população e da comunicação social, e penso que continue assim atualmente.

ENTREVISTADO 7

1. Pela sua experiência na PSP, o que dá origem a um novo recurso tático de policiamento? Isto é, como se processa numa força de segurança uma inovação tática?

Determinados fenómenos criminais, criminológicos, que não consigam obter resposta imediata, ou a curto prazo, e que se prolonguem no tempo dando origem a um sentimento reforçado de insegurança, deverá levar os responsáveis policiais a refletir qual a modalidade, modalidades, conjunto de recursos, ou modalidade de intervenção que permitam debelar tal realidade. Relembro uma série de assaltos violentos, com subtração de viaturas que levou a uma resposta concertada da PSP e da GNR, tendo a PSP proposto o modelo de intervenção da ERT e ERTE, que veio a ser apresentado em cerimónia pública com aprovação governamental.

2. Diga-me qual o entendimento que tem das EPRI enquanto recurso tático de policiamento da PSP.

Penso que é preciso sedimentar a sua atuação. Pese embora já existir alguma definição de atuação, ainda não se estabeleceu uma regra de utilização uniforme, sendo um recurso tático para “toda a obra”, dependendo da opinião e entendimento do respetivo comando.

3. No caso das EPRI o que motivou a sua origem? Foi uma orientação governamental ou partiu de uma iniciativa da própria PSP? Existiam factos criminais ou tendências na criminalidade em Portugal que possam ter justificado a criação das EPRI? Quais?

No seguimento do exposto na resposta à pergunta n.º 1 a origem das EPRI esteve associada a uma tipologia criminal de assaltos à mão armada em estabelecimentos comerciais na zona do Comando de Setúbal. Com a intervenção da ERT e ERTE as tipologias criminais alteraram-se e os criminosos começaram a procurar outros objetivos e o problema acabou por se transferir. Urgia, na sequência desta adaptação criminal, encontrar também uma adaptação tática, que se veio a materializar nas EPRI, pois para esta realidade aquilo que tinha sido a resposta inicial das ERT e das ERTE já não se ajustava. Foi uma iniciativa da PSP na resposta à situação criminal na mesma área de intervenção.

4. Venho apelar à sua memória. Ajuda-me a completar esta fita do tempo.

Não tenho presente as datas, pelo que não consigo, a esta distância temporal, auxiliar no desenho da fita do tempo.

5. Como se concilia a atividade das EPRI com as já anteriormente existentes táticas de policiamento?

Conforme referi, a atividade das EPRI pretendia dar respostas objetivas a uma situação criminal muito específica, se bem que se pudessem enquadrar, para efeitos de táticas de policiamento com as EIR, o que veio efetivamente a acontecer depois no desenho da doutrina de intervenção.

6. Como se concilia prevenção e reação num mesmo recurso tático com as características da EPRI?

Como o próprio nome indica as EPRI destinavam-se, eminentemente, a ser empregues em reação policial mais musculada e móvel, posicionando-se entre o CP e as EIR, mas o próprio CD Setúbal acabou por empenhar, com alguma regularidade, este meio em ações de prevenção e sensibilização, nomeadamente nos projetos da Escola Segura. Não sei se com resultados confirmados, mas pelo menos com alguma manifestação de agrado.

7. Qual é para si a mais valia destas equipas num conceito de Polícia Integral, ou seja, nas inúmeras atribuições que cabem na missão policial?

Superintendente Pedro Gouveia: Se, pela prática reiterada da intervenção destas equipas se “descobrir” a aplicação ajustada e acertada para “caber” dentro do conceito de polícia integral, poderá constituir um reforço do atual modelo de intervenção, ajustado por níveis, que, como se sabe, já advém da altura do Euro 2004.

8. Considera a experiência até hoje obtida com a atividade das EPRI suficiente para que se possa falar num recurso consolidado na PSP?

Não! Não considero que a experiência até hoje obtida seja o suficiente para que se possa falar de recurso consolidado. Isto pelos motivos que se depreendem das anteriores respostas – os Comandos usam este recurso em diferentes situações, não se definiu ainda, objetivamente, a sua “mais valia”, não se objetivou o seu lugar no atual modelo de intervenção policial.

APÊNDICE III - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Análise de Conteúdo da Questão 1

Quadro 1 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 1

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
Entrevistado 1	"(...) uma necessidade operacional que gastaria outro tipo de recursos (...) recursos que não são adequados a essa própria necessidade operacional (...) necessidade (...) gastaria muito mais recursos."	1.1.1
Entrevistado 2	"A evolução da nossa sociedade tem sido grande"	1.2.1
	"(...) fenómenos criminais também se vão alterando (...) novas situações que levam a que a Polícia se tenha que adaptar a elas"	1.1.2
	"a Polícia vê-se na necessidade de estudar e de equacionar a criação de novas valências ou inclusivamente de doutrina que enquadre o emprego dessas valências."	1.1.1
Entrevistado 3	"A polícia vive processos constantes de adaptação à realidade, que está em constante mudança, com desafios novos e diferentes"	1.2.1
	"Na base de uma inovação estará sempre um desafio ou uma dificuldade que faz com que a polícia tenha que criar ou desenvolver uma ideia ou um meio que dê resposta a esse desafio ou a um novo fenómeno criminal."	1.1.1
Entrevistado 4	"A atividade policial está em permanente mutação pois depende da contínua evolução da sociedade onde se insere"	1.2.1
	"(...) necessidades. Para um novo problema, um novo recurso tático/policial."	1.1.1
Entrevistado 5	"É verificada uma necessidade"	1.1.1
	"(...) necessidades criminais, que é necessário combater"	1.1.2
Entrevistado 6	"(...) estar a par do que fazem outras forças congéneres (...) e é dessa análise que derivam algumas táticas"	1.2.2
	"novos métodos de criminalidade (...) a evolução que os mesmos têm e depois encontrar uma forma de os combater"	1.1.2
	"(...) necessidades que nos colocam"	1.1.1
Entrevistado 7	"(...) fenómenos criminais (...) que não consigam obter resposta imediata, ou a curto prazo, e que se prolonguem no tempo (...) "	1.1.2

Quadro 2 - Sinopse dos conteúdos da Questão 1

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão 1	1	2	3	4	5	6	7		
1. Origem de um novo recurso tático	1.1. Problema	1.1.1. Necessidade	X	X	X	X	X	X		6	42,9%
		1.1.2. Criminalidade		X			X	X	X	4	28,6%
	1.2. Contexto	1.2.1 Evolução da sociedade		X	X	X				3	21,4%
		1.2.2 Importação de modelos						X		1	7,1%
Total										14	100,0%

Nota explicativa: os valores percentuais de cada Unidade de Registo foram calculados tendo por base o total de enumerações em cada Questão. Assim, e exemplificando:

Unidade de Registo 1.1.1. = 6,

donde $6/14$ (total de enumerações) = 42,9%

Análise de Conteúdo da Questão 2

Quadro 3 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 2

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Re-gisto
Entrevistado 1	"(...) as EPRI têm (...) lugar especialmente em zonas urbanas (...)"	2.1.1
	"A principal característica das EPRI é a mobilidade (...)"	2.2.1
	"(...) forte impacto ao nível da dissuasão operacional (...)"	2.3.3
	"(...) como ao nível da reação imediata (...)"	2.3.1
	"(...) as EPRI trazem vantagens acrescidas em relação àquilo que tínhamos até este momento."	2.2.3
Entrevistado 2	"As EPRI surgiram para fazer face à criminalidade violenta e grave em meio urbano, nomeadamente assaltos (...)"	2.3.6
	"(...) para poder fazer face a grupos mais violentos e mais organizados."	
	"(...) apresenta um equilíbrio entre flexibilidade, rapidez, poder de fogo (...)"	2.2.1
	"(...) a atuação das EPRI em zonas urbanas sensíveis perante situações de violência generalizada nessas áreas."	2.1.1
	"(...) foram criadas para atuarem em reação a locais onde estão a ocorrer crimes violentos (...)"	2.3.1
Entrevistado 3	"(...) reagir, sempre que possível deter os suspeitos, esperando, ao mesmo tempo que cheguem recursos adicionais."	2.3.5
	"(...) um meio operacional de grande valia para a realidade do COMETLIS e para a Polícia de Segurança Pública (...)"	2.2.3
	"(...) formação específica (...) a especialização (...)"	2.2.2
	"(...) atuarem perante fenómenos criminais complexos (...)"	2.3.6
	"(...) e em alterações de ordem pública consideráveis (...)"	2.3.5
Entrevistado 4	"(...) polícias com níveis de motivação e profissionalismo muito acima da média (...) elevados níveis de camaradagem (...)"	2.2.5
	"(...) permitem que o serviço por elas desenvolvido seja eficiente."	2.2.4
	"A visibilidade diretamente ligada à prevenção (...)"	2.3.2
	"(...) à capacidade de rapidamente e em tempo se poder deslocar para uma zona de conflito (...)"	2.3.1
	"Considero a sua existência fundamental."	2.2.3
Entrevistado 5	"É a capacidade reativa da Polícia (...)"	2.3.1
	"(...) em espaço urbano denso, com bastante trânsito (...)"	2.1.1
	"(...) e é a capacidade de velocidade, de reagir de forma mais rápida."	2.2.1
	"(...) têm depois também um manancial imagético de grande relevo (...)"	2.3.4
	"(...) complementado com a questão da prevenção e da proximidade tem ótimos resultados junto da população."	2.3.2
Entrevistado 6	"É um recurso ótimo, muito eficaz. São caracterizados fundamentalmente pela sua eficácia (...)"	2.2.4
	"(...) pela prontidão com que chegam aos locais."	2.3.1
Entrevistado 7	"(...) recurso tático para "toda a obra", dependendo da opinião e entendimento do respetivo comando."	2.2.3

Quadro 4 - Sinopse dos conteúdos da Questão 2

Categorias	Subcategorias	Unidades de Re-gisto	Entrevistados							Unidades de Enumeração	Resultados %
		Questão 2	1	2	3	4	5	6	7		
2. Entendimento de EPRI enquanto recurso tático	2.1. Locais de atuação	2.1.1. Atuação em meio urbano	X	X			X			3	11,1%
	2.2. Características	2.2.1 Mobilidade	X	X			X			3	11,1%
		2.2.2. Especialização			X					1	3,7%
		2.2.3 Mais-valia operacional	X		X	X			X	4	14,8%
		2.2.4. Eficácia/Eficiência			X			X		2	7,4%
		2.2.5. Motivação			X					1	3,7%
	2.3. Modo de atuação	2.3.1. Reação imediata	X	X		X	X	X		5	18,5%
		2.3.2. Prevenção				X	X			2	7,4%
		2.3.3. Dissuasão	X							1	3,7%

	2.3.4. Visibilidade					X			1	3,7%
	2.3.5. 1ª linha de intervenção		X	X					2	7,4%
	2.3.6. Criminalidade Violenta e grave		X	X					2	7,4%
Total									27	100,0%

Análise de Conteúdo da Questão 3

Quadro 5 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 3

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
Entrevistado 1	"Foi uma iniciativa da própria PSP, da autoria do Diretor Nacional àquela altura, Superintendente-Chefe Oliveira Pereira (...)"	3.1.1
	"(...) criminalidade urbana violenta e com características de grande mobilidade (...)"	3.3.1
Entrevistado 2	"Foi uma decisão da própria PSP."	3.1.1
	"(...) determinados tipos de crimes que são cometidos por delinquentes armados, vários indivíduos com algum grau de organização (...) algum grau de violência."	3.3.1
	"(...) especialização por parte dos delinquentes"	
	"(...) os meios normais não estavam a ser suficientemente eficazes para responder a essas ocorrências."	3.2.1
	"(...) seria adequado a PSP criar equipas em motociclo, confere maior flexibilidade e rapidez para se chegar aos locais das ocorrências, procurando deter os suspeitos em flagrante delito ou, pelo menos, conter os efeitos das ocorrências."	3.2.2
Entrevistado 3	"A criação prende-se essencialmente com uma motivação interna da instituição."	3.1.1
	"(...) surgem porque a Polícia tinha conhecimento que esta tipologia de equipas já existiria noutras realidades, por exemplo em Israel e na América do Sul."	
Entrevistado 4	"(...) existência de um fenómeno particular, o <i>carjacking</i> , bem como outros fenómenos de criminalidade violenta e grave."	3.3.1
	"Partiu de uma iniciativa da PSP."	
	"Na altura assisti a um noticiário na televisão no qual apareceram umas equipas que se faziam transportar em motas, e equipadas com algum armamento, numa situação de desordem pública na Venezuela, pelo que pensei que algo semelhante pudesse ser a solução para o nosso problema."	3.1.1
	"(...) aumento das tensões sociais, mas também com um recrudescimento de assaltos a ourivesarias a outros estabelecimentos comerciais."	3.3.1
Entrevistado 5	"(...) exigia que a PSP tomasse as medidas adequadas uma vez que os meios e táticas até então utilizadas se mostravam insuficientes."	3.2.1
	"Foi uma iniciativa da própria PSP."	3.1.1
	"Existiam sobretudo roubos nos meios urbanos policiados pela PSP (...)"	3.3.1
	"(...) exigiram uma resposta mais rápida e que por vezes não seria possível devido a questões de trânsito, sobretudo porque um carro não respondia da mesma forma que um motociclo."	3.2.2
Entrevistado 6	"(...) uma maneira de ativarmos os nossos meios de forma a consolidar o tal pressuposto estratégico que neste momento existe na Polícia, que é o policiamento <i>Just in Time</i> ."	
	"Sem dúvida nenhuma que a iniciativa foi da PSP, tendo o Superintendente-Chefe Oliveira Pereira sido determinante, pois foi uma decisão dele."	3.1.1
Entrevistado 7	"(...) na altura eram preocupantes os <i>carjacking</i> , bem como os assaltos a multibancos."	3.3.1
	"(...) tipologia criminal de assaltos à mão armada em estabelecimentos comerciais na zona do Comando de Setúbal."	3.3.1
	"(...) a resposta inicial das ERT e das ERTE já não se ajustava."	3.2.1
	"Foi uma iniciativa da PSP na resposta à situação criminal (...)"	3.1.1

Quadro 6 - Sinopse dos conteúdos da Questão 3

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão 3	1	2	3	4	5	6	7		

3. Origem das EPRI	3.1. Iniciativa	3.1.1. PSP	X	X	X	X	X	X	X	7	36,8%
	3.2. Situação	3.2.1. Insuficiência		X		X			X	3	15,8%
		3.2.2. Necessidade		X			X			2	10,5%
	3.3. Fenómenos criminais	3.3.1. Criminalidade violenta e grave	X	X	X	X	X	X	X	7	36,8%
Total										19	100%

Análise de Conteúdo da Questão 4

Quadro 7 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 4

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
Entrevistado 1	"Em primeiro lugar a ideia (...)"	4.1.1
	"Depois seguiu-se a aquisição das motas."	4.2.1
	"A seleção do pessoal foi um processo complicado no Comando porque não havia um referencial (...)"	4.2.4
	"(...) o processo de seleção e implementação, até se estabilizar foi muito crítico para o Comando (...) pois os polícias também não sabiam muito bem como se posicionar no terreno."	
	"Depois tratou-se da implantação e de promover o seu impacto operacional."	4.3.1
	"(...) fase do impacto social e criminal (...)"	4.2.3
Entrevistado 2	"(...) aprovação da Diretiva Operacional, um marco naturalmente histórico que formaliza a criação das EPRI."	4.2.3
	"Antes da Diretiva Operacional já tinha sido realizada alguma formação."	4.2.2
	"E depois posteriormente um referencial de curso de formação já mais pensado foi crucial."	4.2.1
	"Outro marco histórico foi a aquisição dos meios. Não era possível criar as EPRI sem termos os motociclos."	
	"(...) ser adquirido equipamento adicional (fatos de proteção, as proteções - joelheiras, cotoveleiras -, capacetes)."	4.4.2
	"(...) as EPRI (...) hoje em dia, na minha perspetiva, começam a ser utilizadas noutras situações que não faz sentido."	4.5.1
	"(...) descaracterizar esta valência, este recurso tático."	4.4.1
Entrevistado 3	"(...) a PSP tem que refletir (...)"	4.5.2
	"(...) à procura da sua essência, um processo que demora algum tempo. Estamos ainda num processo de construção e consolidação do conceito."	4.4.1
	"Destacaria a sua intervenção em grandes eventos, como é o caso dos eventos desportivos e também perante movimentos de contestação social, como é o caso das manifestações (...) um marco ao nível operacional (...)"	4.3.4
Entrevistado 4	"(...) início do ano 2017, é a decisão estratégica do comando de concentrar todas as equipas no COMETLIS, a dependerem diretamente da Área Operacional (...) este é um grande marco estratégico."	4.2.4
	"Em 2009, aquando da criação das EPRI, houve uma série de dificuldades e de constrangimentos à sua implementação (...) os recursos financeiros necessários constituíram um claro e difícil obstáculo (...) e não menos importante, foi necessário combater a inércia à inovação e a resistência à mudança, particularmente na ação de comando."	4.2.1
	"(...) definir que tipo de motas (...) o equipamento (fatos, botas, luvas, e capacete, etc.) o armamento (...)"	4.2.2
	"(...) recursos humanos a utilizar, sabendo que estes, teriam de ter competências muito específicas (conduzir motos e especialização em ordem pública)."	4.2.3
	"(...) teriam que se criar normas e definir técnicas e táticas de utilização dos meios."	

Entrevistado 5	“O grande marco histórico é o projeto piloto, em 2009, no CD Setúbal (...)”	4.3.1
	“(...) 2011, no Comando Metropolitano de Lisboa, onde se ativou a ideia de tornar este modelo de policiamento mais alargado (...)”	4.3.2
	“Outro marco é quando foram efetivamente criadas, em 2014, em Lisboa, Porto e Faro.”	4.3.3
Entrevistado 6	“(...) da fase inicial, na qual houve uma fase preparatória de reuniões, de avaliação do equipamento necessário, o tipo de armamento, o tipo de motocicletas, etc.”	4.2.1
Entrevistado 7	“Não tenho presente as datas, pelo que não consigo, a esta distância temporal, auxiliar no desenho da fita do tempo.”	4.6.1

Quadro 8 - Sinopse dos conteúdos da Questão 4

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de enumeração	Resultados %
		Questão 4	1	2	3	4	5	6	7		
4. Cronologia	4.1. Pré-criação	4.1.1. Ideia	X							1	4,3%
	4.2. Criação	4.2.1. Definição de Meios Materiais	X	X		X		X		4	17,4%
		4.2.2. Seleção e Formação RH		X		X				2	8,7%
		4.2.3. Definição de doutrina	X	X		X				3	13,0%
		4.2.4. Obstáculos	X			X				2	8,7%
	4.3. Implementação	4.3.1. Projeto-piloto do CD Setúbal	X				X			2	8,7%
		4.3.2. “Tentativa” de alargamento (2011)					X			1	4,3%
		4.3.3. Implementação noutras Comandos (2014)					X			1	4,3%
		4.3.4. EPRI de Lisboa na dependência da AO do COMETLIS			X					1	4,3%
	4.4. Atualidade	4.4.1. Grandes Eventos		X	X					2	8,7%
		4.4.2. Descaracterização do Recurso		X						1	4,3%
	4.5. Futuro	4.5.1. Reflexão		X						1	4,3%
		4.5.2. Processo em consolidação			X					1	4,3%
	4.6. Outro	4.6.1. Não respondeu							X	1	4,3%
Total										23	100%

Análise de Conteúdo da Questão 5

Quadro 9 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 5

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
Entrevistado 1	“São equipas de reação imediata (...)”	5.3.8
	“(...) não substituem as unidades que já estão constituídas, são complementares.”	5.2.1
	“(...) fazendo a contenção inicial do local onde havia a intervenção, esperariam pelo reforço da área territorial (um CP ou uma EIR)”	5.3.6
	“(...) são apenas um meio de reforço, de reserva (...)”	5.3.7
Entrevistado 2	“Concilia-se com relativa facilidade.”	5.2.1
	“(...) a PSP tem já há vários anos doutrina sobre os níveis de intervenção policial (...) as EPRI se poderão integrar perfeitamente no terceiro nível de intervenção policial.”	5.3.1
	“Também se podem conciliar com a atuação nas ZUS (existe uma Diretiva da DN que define a metodologia de intervenção em ZUS).”	5.3.2
	“Concilia-se perfeitamente com a NEP dos níveis estratégico, operacional e tático, sendo claramente um recurso tático que está à disposição dos comandos (...)”	5.3.3

	“(…) podem contribuir para a visibilidade da PSP nas suas áreas de responsabilidade (…) contribuem para uma elevada visibilidade.”	5.3.4
	“(…) algumas características quase que bélicas ou musculadas (…)”	5.3.5
	“(…) ao encontro do conceito de Polícia Integral.”	5.2.1
Entrevistado 3	“(…) um meio de grande valia essencialmente no que concerne à resolução de ocorrências.” “(…) devidamente enquadradas de acordo com a sua missão e para aquilo que é pretendido, as equipas desenvolvam o seu trabalho e acrescentem mais-valia ao policiamento.”	5.1.1
Entrevistado 4	“Há um princípio que deve presidir a qualquer ação policial que é a da complementaridade de todas as suas valências (…) as EPRI devem adotar os métodos e táticas que permitam conciliar as suas características e potencialidades com quaisquer outras valências policiais.”	5.2.1
	“Procurou-se criar mais músculo (…)”	5.3.5
Entrevistado 5	“(…) utilizar a ideia das EIR (…) tentar consolidar o esforço de uns com o esforço dos outros (…)	5.2.2
	“(…) para melhorar a reação e aumentar a capacidade reativa, tornando mais efetiva uma ação necessária.”	5.3.8
	“Acho que são complementares.”	5.2.1
Entrevistado 6	“(…) capacidade de rapidez e mobilidade (…)”	5.3.8
	“As EPRI por si só não resolvem o problema mas têm capacidade de contenção até que possam chegar reforços.”	5.3.6
Entrevistado 7	“(…) se pudessem enquadrar, para efeitos de táticas de policiamento com as EIR, o que veio efetivamente a acontecer depois no desenho da doutrina de intervenção.”	5.2.2

Quadro 10 - Sinopse dos conteúdos da Questão 5

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de Enumeração	Resultados %
		Questão 5	1	2	3	4	5	6	7		
5. Enquadramento com a restante atividade policial	5.1. Vantagem	5.1.1 Mais-valia			X					1	5%
	5.2. Articulação	5.2.1. Complemento ao policiamento em geral	X	X	X	X		X		5	25%
		5.2.2. Complemento às EIR					X		X	2	10%
	5.3. Desempenho ao Nível Operacional	5.3.1. Níveis de Intervenção Policial		X						1	5%
		5.3.2. ZUS		X						1	5%
		5.3.3. NEP dos Níveis de Comando e Controlo na PSP		X						1	5%
		5.3.4. Prevenção/Visibilidade		X						1	5%
		5.3.5. “Hardpolicing”		X			X			2	10%
		5.3.6. Contenção	X					X		2	10%
		5.3.7. Reforço	X							1	5%
		5.3.8. Reação rápida	X				X	X		3	15%
	Total									20	100%

Análise de Conteúdo da Questão 6

Quadro 11 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 6

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
Entrevistado 1	“Não chamamos bem de prevenção, embora elas no seu desenvolvimento façam prevenção.”	6.2.1
	“(…) devem estar a patrulhar as zonas que a Divisão acha que são mais sensíveis para terem o tal efeito preventivo.”	
	“(…) fazer uma prevenção natural pela sua presença no local.”	6.2.2
	“(…) deslocalização criminal natural em virtude da dissuasão que era exercida pelas EPRI.”	
	“Ao nível da reação imediata (…) perceber quando é que há algo que merece uma atuação deste tipo de unidades, (…) só atuar em casos de criminalidade grave e violenta, para fazer uma reação imediata e muito mais rápida.”	6.3.1

	“Devem ter um caráter reativo e não preventivo (...)” “As EPRI não foram constituídas para prevenir e sim para reagir rapidamente a situações de criminalidade grave e violenta.”	6.1.2.
Entrevistado 2	“(...) prevenção está relacionada com o patrulhamento da via pública (...) em situação de patrulha estão a desempenhar missões de prevenção.”	6.2.1
	“A reação concretiza-se quando há uma ocorrência e as EPRI são acionadas para ir resolver ou intervir nessa ocorrência.”	6.3.1
	“(...) a designação destas Equipas advém exatamente desta dupla vertente.”	6.1.1
Entrevistado 3	“(...) quando as equipas chegam a determinado local criam um impacto muito grande (...) com a questão da prevenção.”	6.2.1
	“Para além de serem empenhadas em policiamentos numa vertente muito mais operacional e de reação (...)”	6.3.1
	“(...) as equipas têm um cariz muito mais operacional e de intervenção do que propriamente de prevenção (...)”	6.1.2
Entrevistado 4	“(...) espaços de grandes aglomerados de pessoas, como é o caso dos interfaces, onde desenvolvem um policiamento de visibilidade.”	6.2.3
	“Qualquer elemento policial, pela sua própria presença, constitui-se como elemento preventivo da criminalidade. Por maioria de razão um recurso como as EPRI com meios de grande (...) atingirão, obviamente, esse objetivo.”	6.2.1
	“A reação tem a ver com a oportunidade e eficácia (...)”	6.3.1
Entrevistado 5	“Em termos de prevenção, onde existe o polícia será mais difícil a ocorrência do crime. (...) aspeto preventivo inerente à própria capacidade destas equipas.”	6.2.1
	“A visibilidade também entra neste pressuposto (...)”	
	“(...) quando foram criadas, no seu espírito não estava a sua utilização para efeitos de visibilidade, embora saibamos que a têm (...)”	6.2.3
	“Há um equilíbrio entre a prevenção e a própria reação.”	6.1.1
	“(...) uma reação mais musculada e efetiva por parte da Polícia tem de ser sempre considerada como prevenção da ocorrência de outros crimes.”	6.3.1
Entrevistado 6	“Se a reação tiver sucesso, estará obviamente a fazer a prevenção.”	
	“Eu vejo que quando passam (...) ainda chamam a atenção às pessoas.”	6.2.3
	“Têm um efeito preventivo e dissuasor.”	6.2.1
	“E tem depois a capacidade reativa pelo equipamento que têm e pela velocidade com que chegam ao local.”	6.3.1
Entrevistado 7	“(...) um ótimo meio de conciliação das duas características, que julgo estarem equilibradas.”	6.1.1
	“(...) as EPRI destinavam-se, eminentemente, a ser empregues em reação policial mais musculada e móvel (...)”	6.3.1
	“(...) CD Setúbal acabou por empenhar (...) este meio em ações de prevenção e sensibilização (...)”	6.2.1

Quadro 12 - Sinopse dos conteúdos da Questão 6

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de Enumeração	Resultados %
		Questão 6	1	2	3	4	5	6	7		
6. Designação	6.1. Natureza	6.1.1. Equilíbrio		X			X	X		3	13%
		6.1.2. Desequilíbrio	X		X					2	8,7%
	6.2. Prevenção	6.2.1. Prevenção	X	X	X	X	X	X	X	7	30,4%
		6.2.2. Dissuasão	X							1	4,3%
		6.2.3. Visibilidade			X		X	X		3	13%
	6.3. Reação	6.3.1. Reação	X	X	X	X	X	X	X	7	30,4%
Total										23	100%

Análise de Conteúdo da Questão 7

Quadro 13 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 7

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
--------------	---------------------	--------------------

Entrevistado 1	“Dá para tudo (...) não consigo antever nada onde não se possa utilizar este tipo de recurso (...)”	7.1.3
Entrevistado 2	“(...) consubstancia-se na necessidade da PSP de dar resposta rápida a uma criminalidade de oportunidade”	7.1.2
Entrevistado 3	“(...) latitude de atuação muito grande.”	7.1.3
Entrevistado 4	“As EPRI têm, objetivamente, todas as valências requeridas para uma unidade operacional de polícia.”	7.1.1
Entrevistado 5	“É sobretudo no âmbito reativo. Criam novas dinâmicas, ampliam a velocidade da reação policial (...) um meio muito dinâmico e operacional.”	7.1.2
Entrevistado 6	“(...) facto de possuírem as componentes de prevenção e reação, e de as exercerem de forma equilibrada.”	7.1.2
Entrevistado 7	“(...) poderá constituir um reforço do atual modelo de intervenção, ajustado por níveis (...)”	7.1.3

Quadro 14 - Sinopse dos conteúdos da Questão 7

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de Enumeração	Resultados %
		Questão 7	1	2	3	4	5	6	7		
7. Vantagem	7.1. Policiamento	7.1.1. Natureza				X				1	14,3%
		7.1.2. Missão		X			X	X		3	42,9%
		7.1.3. Aplicabilidade	X		X				X	3	42,9%
		Total								7	100%

Análise de Conteúdo da Questão 8

Quadro 15 - Matriz das unidades de contexto e de registo da Questão 8

Entrevistado	Unidade de Contexto	Unidade de Registo
Entrevistado 1	“Eu acho que está consolidado, não tenho dúvidas nenhuma.”	8.1.1
	“(...) é que haja aqui alguma consolidação doutrinária deste tipo de equipas (...) que elas não sejam utilizadas com tanta discricionariedade (...) temos de ter alguma preocupação (...)”	8.1.3
	“(...) eventualmente fazer uma avaliação destes anos de implantação no terreno (...)”	
Entrevistado 2	“Sim, porque a sua presença (...) a sua atuação tem (...) do ponto de vista da perceção de segurança, um efeito positivo. (...) perceção de tranquilidade às pessoas. Traduz a introdução de uma metodologia mais musculada (...) equilibrando musculação com rapidez e com flexibilidade. Desse ponto de vista é positivo.”	8.1.1
	“Não, porque temos de refletir bem na forma como estamos a empenhar as EPRI.”	8.1.2
	“(...) a dependência orgânica das EPRI tem tido demasiadas alterações.”	
Entrevistado 3	“Acho que das duas uma: ou revemos a Diretiva Operacional atualmente em vigor e são atribuídas novas funções às EPRI ou então tem que ser revisto o empenhamento tático das EPRI em alguns dispositivos de segurança.”	8.1.3
	“temos de refletir sobre a postura bélica/ostensivamente musculada das EPRI (...) por vezes, em situações de mera prevenção e de visibilidade não adotam uma conduta de mais de baixo perfil, de contenção, preventiva (...) aqui há que ter a flexibilidade.”	
	“Penso que não. Não consideraria as equipas como um recurso consolidado.”	8.1.2
Entrevistado 4	“(...) é um meio policial que se está a desenvolver (...)”	
	“(...) num nível de consolidação muito inferior quando comparado aos restantes meios policiais.”	
	“Acredito que sim. São um dado adquirido, tendo sido alargado o seu âmbito a outros comandos e também a outras ameaças como o terrorismo.”	8.1.1
Entrevistado 5	“(...) obteve alguma consolidação e implementação ao nível nacional somente em 2014, penso que ainda é cedo dizermos que já está efetivamente consolidado.”	8.1.2
	“(...) é um meio novo, estão ainda em aprendizagem e que poderá ainda dar mais do que deu.”	

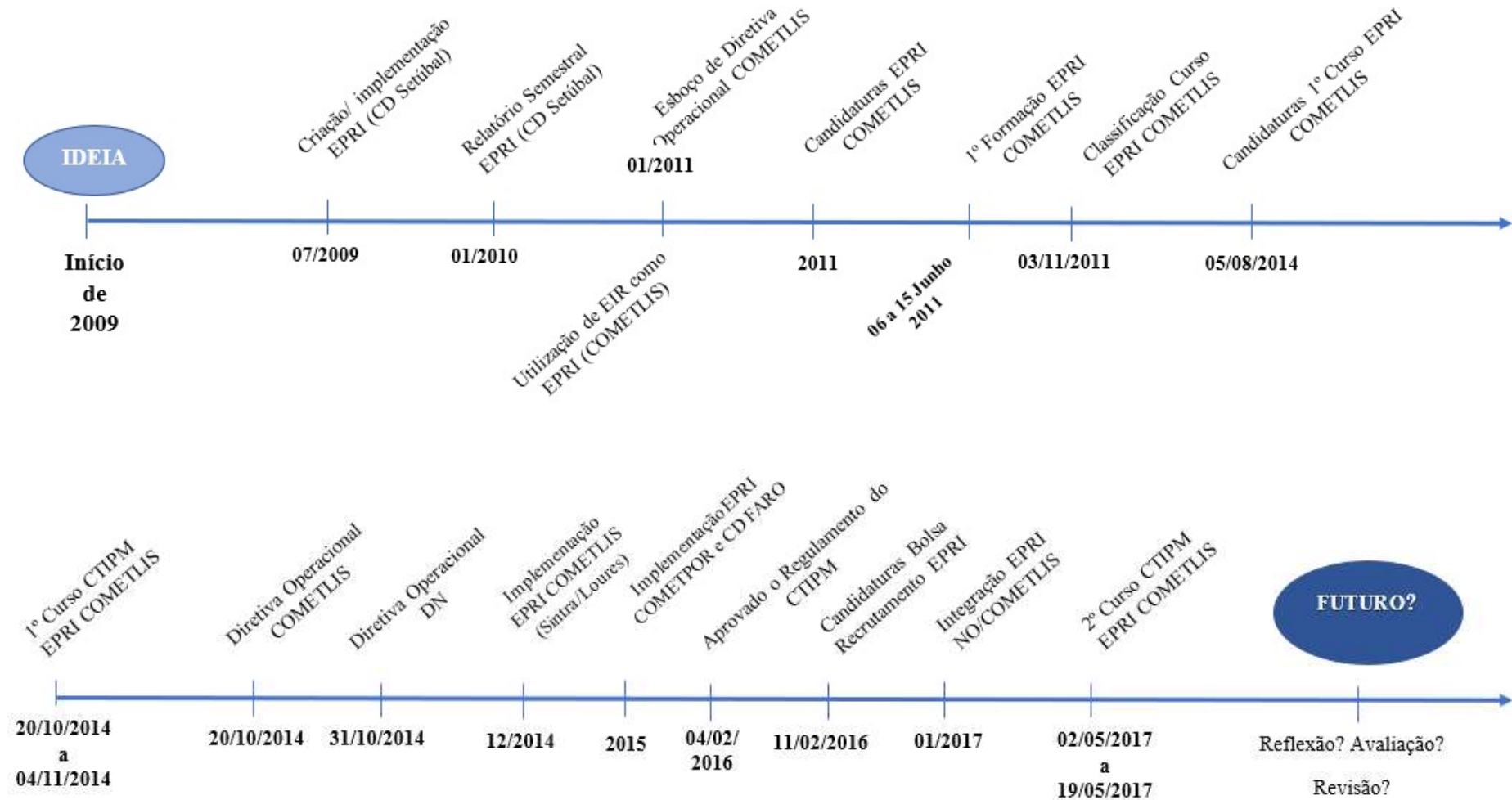
	“Penso que se poderá dizer que já está meio caminho feito.”	
Entrevistado 6	“(…) mas penso que sim. (…) percebeu-se que tinham um bom efeito, até mesmo pela auscultação da população e da comunicação social, e penso que continue assim atualmente.”	8.1.1
Entrevistado 7	“Não! Não considero que a experiência até hoje obtida seja o suficiente para que se possa falar de recurso consolidado.” “(…) os Comandos usam este recurso em diferentes situações, não se definiu ainda, objetivamente, a sua “mais valia”, não se objetivou o seu lugar no atual modelo de intervenção policial.”	8.1.2

Quadro 16 - Sinopse dos conteúdos da Questão 8

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo	Entrevistados							Unidades de Enumeração	Resultados %
		Questão 8	1	2	3	4	5	6	7		
8. Concretização	8.1. Consolidação	8.1.1. Realizada	X	X		X		X		4	40%
		8.1.2. Não realizada		X	X		X		X	4	40%
		8.1.3. Sugestões futuras	X	X						2	20%
		Total								10	100%

APÊNDICE IV - CRONOLOGIA DAS EPRI

Fita do tempo



APÊNDICE V – SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DIÁRIOS DAS EPRI

Tabela 1: Síntese da análise dos Relatórios das EPRI - I

		1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017
Meios Humanos	Turnos	103	97	163
	Nível de empenhamento	535	499	871
	Indicador	5,19	5,14	5,34
Supervisão no terreno	Turnos	103	97	163
	Nível de empenhamento	535	499	871
	Chefe	35	50	43
	Indicador	34%	51,50%	26,40%
Áreas de patrulhamento	Turnos	103	97	163
	Divisão Integrada	2	29	76
	Divisão Destacada	101	32	64
	Divisão Específica	0	35	22
Acompanhamento no terreno	Turnos	103	97	163
	Nível de empenhamento	535	499	871
	EIR	20	2	75
	Indicador	19%	2%	46%

Tabela 2: Síntese da análise dos Relatórios das EPRI - II

		Resultados Operacionais							
		Detenções	Apreensões	Estupear-facientes	Viaturas				Suspeitos
	Turnos				N.º viaturas fiscais	Autos levantados	Infrações detetadas	Condutores testados	
1º Trimestre 2015	103	3	4	1	121	3	3	1	481
1º Trimestre 2016	97	1	0	0	42	0	0	0	412
1º Trimestre 2017	163	7	2	4	16	0	0	0	319
TOTAL	363	11	6	5	179	3	3	1	1212

ANEXO I - FATORES QUE INFLUENCIAM OS RISCOS DO CRIME E A VIOLÊNCIA

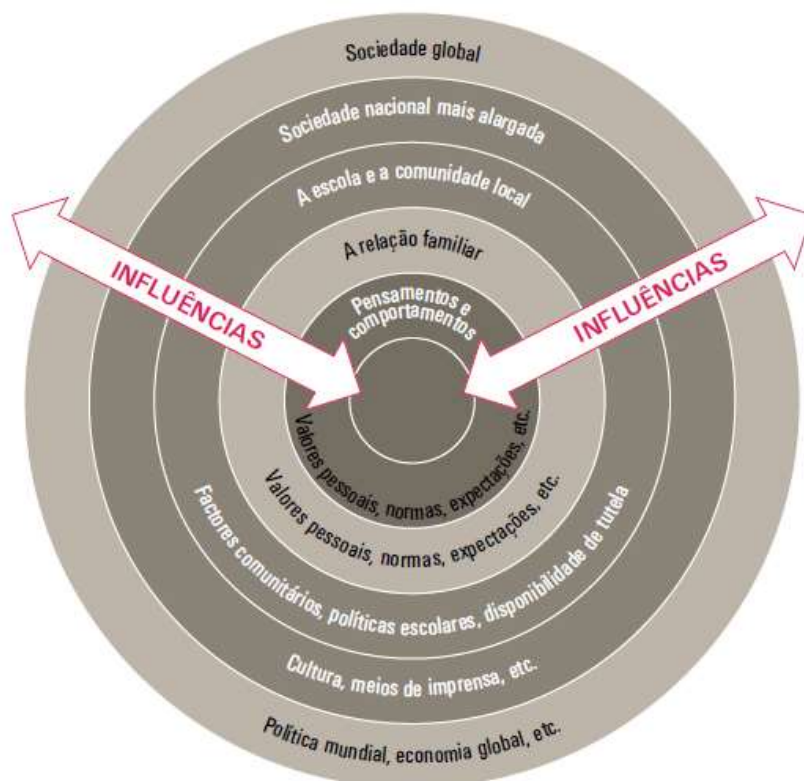


Figura 1: Fatores que influenciam os riscos do crime e a violência

Fonte: ONU (2010)

**ANEXO II - OS NOVE PRINCÍPIOS DO POLICIAMENTO POR SIR
ROBERT PEEL, 1829**

SIR ROBERT PEEL'S NINE PRINCIPLES

1. The basic mission for which the police exist is to prevent crime and disorder.
2. The ability of the police to perform their duties is dependent upon public approval of police actions.
3. Police must secure the willing cooperation of the public in voluntary observance of the law to be able to secure and maintain the respect of the public.
4. The degree of cooperation of the public that can be secured diminishes proportionately to the necessity of the use of physical force.
5. Police seek and preserve public favor not by catering to public opinion but by constantly demonstrating absolute impartial service to the law.
6. Police use physical force to the extent necessary to secure observance of the law or to restore order only when the exercise of persuasion, advice and warning is found to be insufficient.
7. Police, at all times, should maintain a relationship with the public that gives reality to the historic tradition that the police are the public and the public are the police; the police being only members of the public who are paid to give full-time attention to duties which are incumbent on every citizen in the interests of community welfare and existence.
8. Police should always direct their action strictly towards their functions and never appear to usurp the powers of the judiciary.
9. The test of police efficiency is the absence of crime and disorder, not the visible evidence of police action in dealing with it.

Fonte: New Westminster Police (undated) disponível em <[https://www.durham. police.uk/AboutUs/Documents/Peels_Principles_Of_Law_Enforcement.pdf](https://www.durham.police.uk/AboutUs/Documents/Peels_Principles_Of_Law_Enforcement.pdf)>.

OS NOVE PRINCÍPIOS DO POLÍCIAMENTO POR SIR ROBERT PEEL.

1. A missão fundamental para a qual a polícia existe é a prevenção do crime e a desordem.
2. A capacidade da polícia para exercer as suas funções está dependente da aprovação pública das ações policiais.
3. A polícia deve garantir a cooperação voluntária dos cidadãos, no cumprimento voluntário da lei, para ser capaz de garantir e manter o respeito do público.
4. O grau de cooperação do público que pode obter segurança diminui proporcionalmente em relação à necessidade do uso da força física.
5. A polícia procura e preserva o favor público não atendendo à opinião pública, mas demonstrando constantemente serviço imparcial absoluto à lei.

6. A polícia usa a força física na medida necessária para garantir a observância da lei ou para restaurar a ordem apenas quando o exercício da persuasão, recomendações e advertências é considerado insuficiente.
7. A polícia deve manter, sempre, um relacionamento com o público que dá força à tradição histórica de que a polícia é o público e o público é a polícia; a polícia é formada por membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral aos deveres que incumbem a cada cidadão no interesse do bem-estar da comunidade e da sua existência.
8. A polícia deve sempre orientar a sua ação estritamente no sentido das suas funções e nunca parecer que está a usurpar os poderes do judiciário.
9. O teste de eficiência da polícia é a ausência do crime e da desordem, não a evidência visível da ação da polícia em lidar com os mesmos.

Fonte (traduzido do original): New Westminster Police (sem data) disponível em <https://www.durham.police.uk/AboutUs/Documents/Peels_Principles_Of_Law_Enforcement.pdf>.

ANEXO III - OJETIVOS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

COMMUNITY POLICING OBJECTIVES BY JOHN ALDERSON (1979)

1. To contribute to liberty, equality and fraternity.
2. To help reconcile freedom with security and help uphold the law.
3. To uphold and protect human rights and thus help achieve human dignity.
4. To dispel criminogenic social conditions, through co-operative social action.
5. To help create trust in communities.
6. To strengthen security and feelings of security.
7. To investigate, detect and activate the prosecution of crimes.
8. To facilitate free movement along public thoroughfares.
9. To curb public disorder.
10. To deal with crises and help those in distress involving other agencies where needed.

Fonte: Alderson, 1979, citado em Tilley, 2005.

OBJETIVOS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO POR JOHN ALDERSON (1979)

1. Contribuir para a liberdade, igualdade e fraternidade.
2. Ajudar a reconciliar liberdade e segurança e ajudar a defender a lei.
3. Defender e proteger direitos humanos e assim ajudar a alcançar a dignidade humana.
4. Dissipar condições sociais criminosas, através de ação social cooperativa.
5. Ajudar a criar confiança nas comunidades.
6. Reforçar a segurança e sentimentos de segurança.
7. Investigar, detetar e ativar a acusação de crimes.
8. Facilitar a livre circulação na via pública.
9. Restringir a desordem pública.
10. Lidar com crises e ajudar os que tenham dificuldade com outras agências, quando necessário.

Fonte (Traduzido do original): Alderson, 1979, citado em Tilley, 2005.

ANEXO IV - NÍVEIS DE INTERVENÇÃO POLICIAL

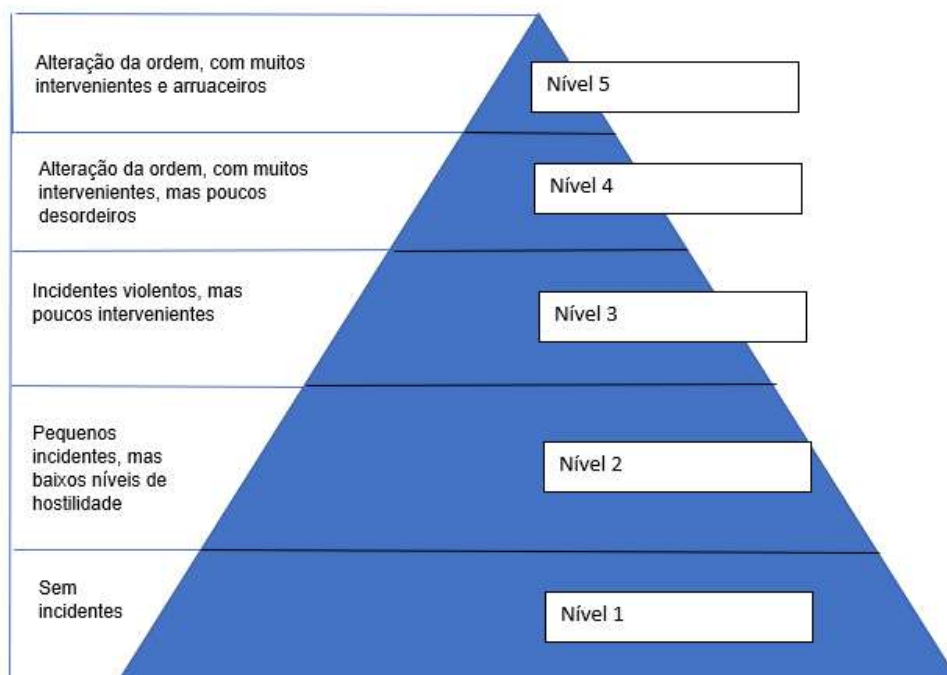


Figura 1: Níveis de Intervenção Policial.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2015), p. 84.

ANEXO V - POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO GLOBAL DA PSP AO LONGO DOS TEMPOS

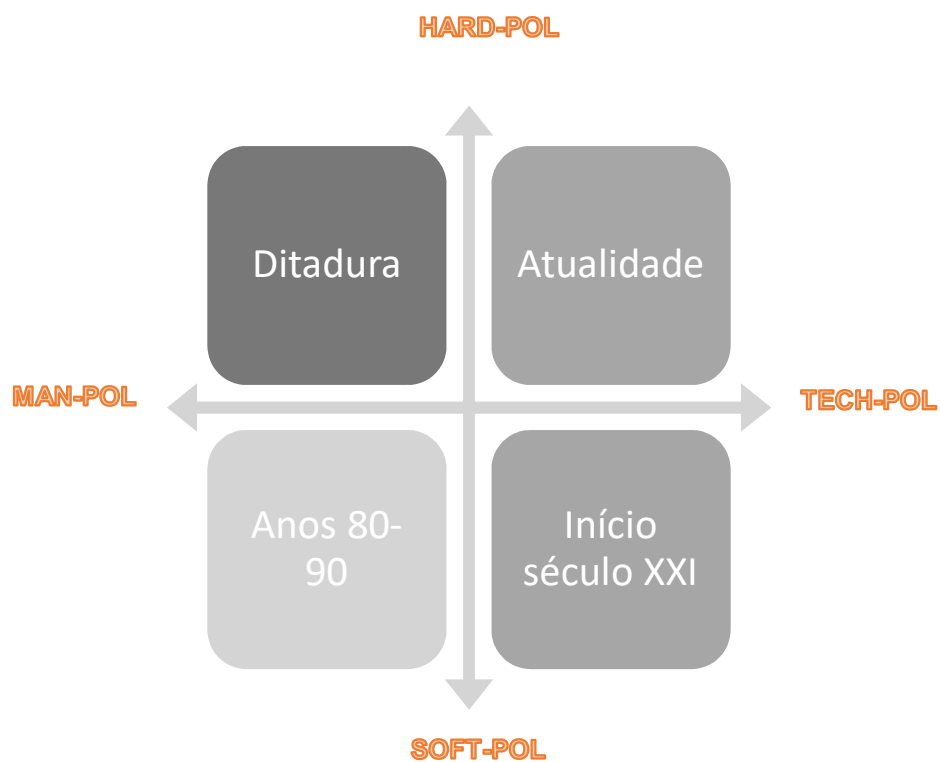


Figura 1: Posicionamento estratégico global da PSP ao longo dos tempos.

Fonte: José Torres, Curso de Direção Estratégica Policial, 2016.

ANEXO VI - RELATÓRIO DIÁRIO DAS EPRI



INDICATIVO	
Data	
Turno	

MEIOS EMPENHADOS	
Meios Humanos	
Nº de Chefes / Chefes Principais	
Nº de Agentes / Agentes Principais	
Total	0

Meios Materiais				
Matrícula Viatura				
Shotgun				
Taser				
Colete Balístico				
Outros				

Divisão				
EIR de Apoio				

DETENÇÕES	
Mandado de Detenção	
Posse de Arma Ilegal	
Tráfico de Estupefacientes	
Situação irregular em Território Nacional	
Condução com excesso de álcool	
Falta de habilitação legal para conduzir	
Desobediência	
Agressão a Agente	
Injúrias	
Furto	
Roubo	
Outras	
Total	0

Viaturas	
Documentos	
Armas Brancas	
Armas de Fogo	
Explosivos (kgs)	
Outras	

Cocaína	
Heroína	
Haxixe	
Ecstasy	
Liamba	
Outras	

Nº de Viaturas Fiscalizadas	
Ligeiros	
Pesados	
Motociclos/Ciclomotores	
Outros	
Total	0

Autos Diretos	
Autos Indiretos	
Avisos de apresentação	
Guias de Substituição	

Total	0
-------	---

Falta Seguro	
Cinto Segurança (falta ou inexistência)	
Não utilização de cadeira de retenção para crianças	
Desobediência da sinalização luminosa	
Regra da cedência de prioridade	
Iluminação	

Falta Inspeção	
Uso de telemóvel durante a condução	
Traço Contínuo	
Desobediência ao Sinal STOP	
Estacionamento Irregular	
Outras	

Total	0
-------	---

0,2 a < 0,5 (Art. 81º n.º 3 do C.)	< 0,5	> 0,5 a <= 0,8	0,8 a 1,20	>= 1,20
Total				0

Masculinos	
Femininos	

Masculinos (por consumo estupefaciente)	
Femeninos (por consumo estupefaciente)	

Total	0
-------	---
